



Relatório Estadual n. 5 - 2019

Fórum de Direitos Humanos e da Terra

Inácio Werner
Michèle Sato
Déborah Santos
(Orgs.)



Mato Grosso – Brasil



FÓRUM DE DIREITOS HUMANOS E DA TERRA

RELATÓRIO ESTADUAL N. 5 MATO GROSSO: 2019

Organizadores:
Inácio José Werner
Michèle Sato
Déborah Moreira Santos



Fotos: Rafael Martine

Cuiabá, MT: 2019
Associação Antônio Vieira



FÓRUM DE DIREITOS HUMANOS E DA TERRA

Coordenação:

Centro Burnier Fé e Justiça
Associação Antônio Vieira – ASAV
CNPJ 92.959.006/0020-71

Rua do Ouro, 64
Araés, Cuiabá, MT

78005-675

65 3023 2959

Email: direitoshumanosmt@gmail.com

Todos os relatórios disponíveis em:

<https://direitoshumanosmt.blogspot.com/p/relatorios-fdht.html>

Relatório de Direitos Humanos e da Terra no. 5

Mato Grosso, 2019

Organizadores: Inácio Werner, Michèle Sato, Déborah Moreira Santos

Fotos da capa: Rafael Martine

Arte da capa: Michèle Sato

Editoração e design gráfico: Michèle Sato

Revisão gramatical: Sonia Palma & Theo C. Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R361

Relatório estadual de direitos humanos e da Terra 2019. Mato Grosso, Brasil | Organizadores Inácio Werner, Michèle Sato, Déborah Santos. – Cuiabá (MT): Associação Antônio Vieira, 2019.
132 p.: il. Color; 21 x 29,7 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-94361-01-1

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-94361-01-1



9 788594 361011

1. Direitos humanos. 2. Direitos da Terra. 3. Mato Grosso. 4. Violações de direitos. 5. Justiça.

I. Werner, Inácio. II. Sato, Michèle. III. Santos, Déborah. IV. Título.

QUEM SOMOS



1. Associação Brasileira de Homeopatia Popular – ABHP
2. Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso-ADUNEMAT
3. Associação dos Docentes da UFMT – ADUFMAT
4. Central Única dos Trabalhadores – CUT
5. Centro Burnier Fé e Justiça, CBFJ
6. Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès – CDHDMB
7. Centro de Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáliga
8. Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade – CDHHT
9. Centro de Tecnologia Alternativa – CTA
10. Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos de Mato Grosso – CEBI-MT
11. Centro Pastoral para Migrantes – CPM
12. Comissão Pastoral da Terra – CPT – MT
13. Comitê Popular do Rio Paraguai
14. Centro de Referência em Direitos Humanos Profa Lúcia Gonçalves – CRDHPLG
15. Comunidades Eclesiais de Base, CEBS – Regional Oeste II
16. Conselho Indigenista Missionário – CIMI-MT
17. Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB
18. Fé e Alegria
19. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE
20. Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD
21. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
22. Fórum Teles Pires
23. Grupo de Estudo Educação & Merleau-Ponty – GEMPO UFMT/IE
24. Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação – GPMSE/PPGE/IE/ UFMT
25. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA-UFMT
26. Grupo Raízes
27. Instituto Caracol – IC
28. Instituto GAIA
29. Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
30. Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST
31. Movimento dos Trabalhadores Rurais 13 de Outubro
32. Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA
33. Operação Amazônia Nativa – OPAN
34. Pastoral Carcerária Regional Oeste 2
35. Rede De Comunidades Tradicionais Pantaneiras
36. Rede Mato-grossense de Educação Ambiental – REMTEA
37. RuAção – Núcleo Interinstitucional Merleau – Freiriano (UFMT)
38. Sindicato dos Trabalhadores no Ensino o Público de Mato Grosso – SINTEP
39. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino – ANDES
40. Sociedade Fé e Vida – Cáceres
41. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH
42. Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT



Todos eram iguais perante a lua.

~ Manoel de Barros

RESUMO



O Relatório Estadual n. 5 do Fórum dos Direitos Humanos e da Terra (FDHT) expressa um panorama geral das dimensões relacionadas com os direitos humanos e do ambiente como partes intrínsecas do amálgama mato-grossense. O relatório não tem a pretensão de ser exaustivo ou completo, já que a realidade é mutante e está em constante movimento, mas expressa vivências, estudos, narrativas, denúncias e anúncios de pessoas que buscam construir um mundo mais digno de bem-viver. Entre várias maneiras de se organizar o documento, escolhemos dividir em quatro grandes seções para uma melhor compreensão didática: 1) ESPERANÇARES BASILARES, com reflexões das conjunturas urbanas, de campo, ou de outros territórios, entre os pactos e acordos das políticas de proteção e de direitos humanos. 2) ESPERANÇARES E TRABALHO, com considerações dos conflitos do trabalho escravo, agronegócio ou dos migrantes, incluindo os atingidos pelas barragens. 3) ESPERANÇARES SOCIOAMBIENTAIS que não segregam natureza e cultura, assumindo-as nas dimensões de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e outros grupos sociais afetados pelos agrotóxicos e pelo colapso climático. 4) ESPERANÇARES DE CONSTITUIÇÃO são dimensões ontológicas do ser religioso; do corpo feminino e as lutas de gênero; e dos meios de comunicação.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direitos da Terra. Mato Grosso.

ABSTRACT



The State Report no. 5 of the Human and Earth Rights Forum (FDHT) expresses an overview of the dimensions related to human and environmental rights as intrinsic parts of the Mato Grosso shape. The report does not pretend to be exhaustive or complete, since reality is changing and is in constant movement, but it expresses practises, studies, narratives, denunciations and announcements of people who seek to build a world more worthy under sustainable way of life. Among several choices of organizing the document, we designated to divide into four great sections for a better didactic understanding: 1) BASILAR HOPE, with reflections of the urban conjunctures, of the field, or of other territories, between the pacts and agreements of the policies of protection and human rights. 2) WORK AND HOPE, considering the conflicts of slave labour, agribusiness or migrants, including those affected by dams. 3) SOCIO-ENVIRONMENTAL HOPE that do not segregate nature and culture, assuming them in the dimensions of indigenous peoples, "quilombola" community, traditional communities and other social groups affected by agrochemical and climate's collapse. 4) CONSTITUTIVE HOPE are ontological dimensions of the religious being; of the female body and the gender struggles; and the media and communication.

Keywords: Human Rights. Earth Rights. Mato Grosso.

SUMÁRIO



ESPERANÇARES INICIAIS

Um início dos diálogos

9

Armando Wilson Tafner Júnior

Michèle Sato

1 – ESPERANÇARES BASILARES

1.1. O direito à cidade

Roberto Rossi

15

1.2. Direitos ameaçados – Contexto nacional de políticas públicas, cidadania, democracia

Gilmar Soares Ferreira

29

1.3. Direitos Humanos: Plano, Pacto, Rede, Programas de Proteção. "Que que é esse"?

Inácio José Werner

33

1.4. Sistema prisional em Mato Grosso: realidades comparadas 2017 x 2019

Ana Claudia Pereira

37



2 – ESPERANÇARES & TRABALHOS

2.1. Trabalho escravo e agronegócio.

A natureza da produção no campo em Mato Grosso

Cristiano Apolucena Cabral

43



49

2.2. Conflitos no campo, agronegócio e estado. A institucionalização da violência no campo e a luta por terra, trabalho, alimentação e pela vida

Cristiano Apolucena Cabral

54

2.3. O Centro de Pastoral para Migrantes em MT e seus desafios no atendimento integral ao migrante

Bianca Vasquez Pistório

Eliana Aparecida Vitaliano

60

2.4. Movimento dos Atingidos por Barragens –MT

Coordenação MAB-MT

3 – ESPERANÇARES SOCIOAMBIENTAIS

3.1. Povos e biomas de MT sob ameaças constantes

Andrés Pasquis

65

3.2. Direitos indígenas: resistência à flor da pele

Andreia Fanzeres

Maria de Lourdes Araújo Duarte

70

3.3. O Racismo e as Comunidades Quilombolas

Francileia Paula de Castro

Laura Ferreira da Silva

78

3.4. Injustiças sócio-sanitárias-ambientais: o agronegócio como violador do direito fundamental à saúde

Wanderlei Antonio Pignati

Marcia Leopoldina Montanari

Franco Antonio Neri de Souza e Lima

Bianca Vasquez Pistório

Maelison Silva Neves

82

3.5. Colapso climático no olho do furacão

Déborah Moreira Santos

Michèle Sato

Giselly Rodrigues Gomes

Rafael Martine

90



99

104

115

121

4 – ESPERANÇARES & CONSTITUIÇÕES

4.1. Ideologia, comunicação e cosmologia

Ana Paula Carnahiba

Gibran Luis Lachowski

4.2. Tramas do fundamentalismo religioso

Teobaldo Witter

Luiz Augusto Passos

4.3. Organização e resistência feminina na Baixada Cuiabana

Denize Aparecida Rodrigues de Amorim

Gloria María Grández Muñoz

4.4. A esperança na Igreja e na sociedade tem um rosto feminino

Marilza José Lopes Schuina

APÊNDICES

A – Carta do Fórum de Fluxos Migratórios 127

B – Carta final das Jornadas Universitárias a favor da Reforma Agrária (JURA) 130

UM INÍCIO DOS DIÁLOGOS

Armando Wilson Tafner Jr.
Michèle Sato

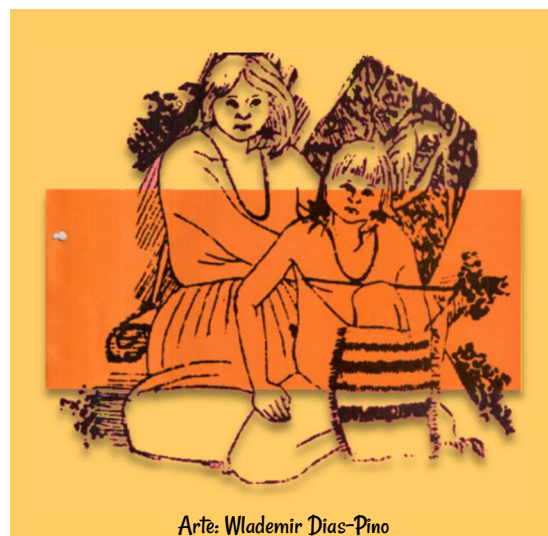
Professores da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso, ADUFMAT



SAMBA DA UTOPIA

Jonathan Silva

Se o mundo ficar pesado Eu vou pedir emprestado A palavra poesia	Se a gente desanimar Eu vou colher no pomar A palavra teimosia
Se o mundo emburrecer Eu vou rezar pra chover Palavra sabedoria	Se acontecer afinal De entrar em nosso quintal A palavra tirania
Se o mundo andar pra trás Vou escrever num cartaz A palavra rebeldia	Pegue o tambor e o ganzá Vamos pra rua gritar A palavra utopia



A Democracia está para o humano como uma necessidade biofísica, como comer, por exemplo — sem a liberdade não há realização, não há vida. Em outras palavras, embora culturalmente construída, a Democracia opera nos sentidos humanos requerendo nossa teimosia contra a tirania, como uma necessidade para que todos tenhamos os Direitos Humanos e da Terra, principalmente em um momento em que o colapso de várias ordens se alastra pelo mundo.

Está instalada, em várias partes do globo, uma crise — composta de várias dimensões — de negação e violação dos Direitos Humanos e do ambiente. Historicamente, tais desrespeitos auferem as minorias sociais de toda a ordem, sendo agudizados quando alcançam e atingem mulheres, crianças e idosos, entre outros grupos em situação de vulnerabilidade, causando aflições mentais, sociais e ambientais da forma mais vil.

A grave crise civilizatória que assola o mundo promove um retrocesso que afeta a vivência de pessoas que têm seus direitos civis e políticos diluídos em meio a interesses escusos. Essas perdas, que foram intensificadas no início da década de 1980 com a implementação do neoliberalismo, impactou a classe trabalhadora diretamente na única dimensão que a restava, sua humanidade. Os direitos foram sendo pulverizados, e as trabalhadoras e os trabalhadores — principalmente os que vivem nos países do Hemisfério Sul — foram sendo reduzidos, pouco a pouco, a uma espécie de espectro descartável. O não cumprimento (e até mesmo a cassação) dos Direitos Humanos promovido pelas instituições políticas é também chancelado pela mídia, que dá o tom de uma oficialização das perdas de tais direitos.

É pelos meios de comunicação que os discursos cheios de uma "moralidade" completamente imoral passa a condenar o humano, como é feito na Europa perante os imigrantes que atravessam um mar de dificuldades, arriscando suas vidas e a de suas filhas e seus filhos, e passam a ser impedidos de entrar em territórios que representem suas últimas esperanças de viver! Outrora, nas duas Primeiras Grandes Guerras, quando o movimento migratório foi o contrário, não houve nenhuma forma de resistência. Nesse sentido, o discurso etnopopulista, que dissemina uma repulsa ao outro, seja migrante, negra ou negro, homossexual ou pobre, e demais preconceitos, toma conta da sociedade, a ponto de a Venezuela ser o maior centro de cobertura política da mídia, e a Hungria, onde houve um golpe de ordem fascista¹, ser pouco comentada pela mídia.

Exemplos atuais que atacam os Direitos Humanos, inclusive os direitos da Terra, infelizmente, estão presentes costumeiramente em nosso cotidiano. Complementando o mesmo cenário, os interesses do mercado financeiro são garantidos pelos políticos que os representam e em meio a uma enxurrada de divisas que se esvaem por mera especulação. O Brasil se apresenta como um braço desses interesses, onde se instalam corporações internacionais que sugam não só o ambiente, como a humanidade do país.

Em pouco mais de 30 anos da afirmação da Constituição de 1988, o Brasil demonstra ter uma Democracia frágil, na qual o empoderamento popular não acontece — ao contrário, há um forte crescimento do fundamentalismo no país, onde o conservadorismo, regado por um discurso de ódio, estabeleceu em nossa sociedade o manifesto de um fascismo social, que condena e segrega categorias, implementando o totalitarismo pela retórica de intolerância à equidade humana, discriminação às populações negra e LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans e *Queer*), opressão às mulheres e criminalização dos movimentos sociais que são baseados na pluralidade. Junta-se a essas manifestações odientas a afirmação da retórica elitista, que passa a influenciar as camadas mais pobres por meio dos já mencionados meios de comunicação dominantes, que são patrocinados pelos (quando eles mesmos não o são) donos dos meios de produção e passam a defender os interesses dessa classe dominante, disseminando ideias que promovem a desigualdade social e refutam qualquer possibilidade de uma ação afirmativa ou a valorização de atores que historicamente estiveram à margem da sociedade.

Ao lume das atuais conjunturas políticas temerosas, que parecem assombrar o cenário global, e não somente o Brasil, inúmeras violações de Direitos Humanos e do próprio planeta parecem incidir de forma mais frequente e intensa. Nos Estados Unidos, na Itália, na Hungria, na Turquia, na Índia, nas Filipinas ou no Brasil, entre outros exemplos, vencem os candidatos liberais e conservadores, muitas vezes com perfil fascista (LOWY, 2019²). Para vencer as eleições, é preciso eliminar o mal, e, geralmente, os "culpados" que ferem a tradição da família e da propriedade são os migrantes, os de religião diferente, os negros, os comunistas e os pertencentes aos LGBTQ+, entre outros grupos. A melhor resposta a esses segmentos é a polícia militar por intermédio do porte de armas.

Não nos iludamos que a História se repete: em 1964, tivemos um golpe, mas em, 2018, uma eleição. O processo de hegemonia cultural branca, rica e liberal se produz e reproduz em escala mundial, expressando as formas de pânico identitário, conduzindo ao crescimento de ideários xenófobos ["Brasil acima de tudo"], distorções religiosas [Jesus em pé de goiaba], conflitos étnicos ["quilombola se pesa em arroba"], declarações misóginas ["Amazônia é a virgem que todo tarado quer"] e muitas *fakenews* para iludir, mentir, enganar e confundir a

¹ Em 12 de dezembro de 2018, o presidente da Hungria, János Áder, sancionou a "Lei dos Escravos".

² LOWY, Michel. A extrema-direita: um fenômeno global. **Esquerda Online**, 15/01/2019. Acesso em 15/06/2019 - [<https://esquerdaonline.com.br/2019/01/15/a-extrema-direita-um-phenomeno-global/>].

história, afora os escândalos de juízes gravados em redes sociais e denunciados pelo *The Intercept*³.

Intensifica-se a crença de que um homem (masculino) pode restaurar a "ordem e o progresso", com a extinção de coletivos participativos e democráticos, com autoritarismo repressivo de intolerância contra os "diferentes", com declarações explícitas de machismo de uma abominável política misógina e, quase impossível de se acreditar, de animosidade contra os ambientalistas e o desprezo às ciências, com claro louvor às teorias esotéricas e da Terra plana!

O cenário, por mais perverso que seja, reacende uma luz de organização e resistência popular. A desconstrução da Democracia e dos Direitos Humanos no Brasil fez com que a classe trabalhadora se aglutinasse, mesmo em meio a uma forte condenação das lutas sociais. A violência infundada que os sujeitos excluídos vêm sofrendo faz com que sua busca por uma vida digna se transforme em ações que pervertem a ordem, com o intuito de alcançar a Democracia, com a ferocidade de um faminto buscando um prato de comida.

O Fórum de Direitos Humanos e da Terra (FDHT) acredita que a RESISTÊNCIA (e não a resiliência) é urgente e necessária! É preciso diminuir as injustiças do mundo, eliminando a supremacia de nação, raça, religião, sexo ou opção política. É necessário garantir que os direitos da Terra e da humanidade sejam seguros e protegidos. O FDHT agrega diversas entidades, movimentos, militantes, sonhadores e poetas que ainda acreditam na vida, com seu mais amplo sentido de felicidade. Buscamos denunciar difíceis situações de riscos, violências ou ameaças, sem perder a capacidade de anunciar a esperança, a fé e o entusiasmo na Terra.

Assim, bianualmente, registramos as diferentes violações de Direitos Humanos (e da Terra) por meio do nosso relatório estadual, celebrando em 2019 nossa quinta edição. Este relatório nº 5 se divide em **quatro grandes esperanças**, que, junto com o apêndice, buscam expressar nossas indignações e lutas no Estado de Mato Grosso:

1) ESPERANÇARES BASILARES: dimensão que inicia o relatório e dá um panorama geral de MT, em suas estruturas urbanas e do campo, nos contextos políticos que nos desafiam a cada momento. São reflexões políticas, gritos e alertas de quem tem direito à cidade, ao campo e ao planeta de forma digna. Há muito, tentamos fortalecer os pactos e os acordos de leis, planos, programas e meios de proteção. Esta dimensão considera, também, o sistema carcerário de MT, temática que, por ser um assunto polêmico, ainda mal compreendido pela sociedade, foi importante fazer-se emergir na dimensão basilar do relatório.



Vitória Basaia

³ GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. *The Intercept*, 09/06/2019, 16h57. Acesso em 15/06/2019 - [<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>].

2) ESPERANÇARES E TRABALHO: ligam-se diretamente com as atividades de trabalho, seus conflitos, suas necessidades e seus desafios. O agronegócio, apontado por muitos como "maior economia de MT", possui uma colossal responsabilidade pelas violações de direitos em duas cruciais instâncias planetárias: as humanas e as ambientais — trabalho escravo, produção, institucionalização das violências no campo e nas cidades, como é o caso da repressão ao Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), etc. Crescem "desesperadamente" os fluxos migratórios pelo mundo, aumentando aqueles atingidos pelo clima e evidenciando a afinidade inerente entre vida e trabalho.



Imara Quadros

3) ESPERANÇARES SOCIOAMBIENTAIS: não segregam natureza e cultura, mas implicam essas dimensões intrinsecamente associadas nas vidas dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e grupos sociais que pulsam nos territórios da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal. Aqui, consideramos a saúde das pessoas dramaticamente afetadas pelos agrotóxicos. O atual governo federal vem autorizando cada vez mais o uso de novas substâncias nocivas e promovendo nosso genocídio. O colapso climático, de eminentes responsabilidade e interferência humanas, é a abordagem que denuncia os processos de migração climática, estimando-se que, no ano de 2030, 150 milhões de pessoas viverão sob absoluta miséria.



Clóvis Irigaray

4) ESPERANÇARES E CONSTITUIÇÕES: são dimensões constitutivas de nossas existências, que teimam pela fé e pela esperança. No devir que ressignifica os esperançares, vale a reflexão sobre a importância da comunicação, seja ela muda ou de palavras — de visões ou interpretações. O "tornar-se mulher" é uma reflexão beauvoriana que presenteia os discursos femininos, e feministas, de quem já não mais aceita nenhum tipo de violência contra as mulheres. Nosso relatório se encerra com uma entrevista especial de um rosto feminino presente na Igreja e na sociedade, com bravura e doçura — com luta e muita coragem!



Ruth Albernaz

APÊNDICES

Fazem parte de nossos trabalhos e, portanto, devem constar como registros no relatório algumas atividades realizadas com ativa participação do FDHT:

- A) 2018 – Carta do Fórum de Fluxos Migratórios, com diversas proposições para fortalecer as políticas públicas.
- B) 2019 – Carta final das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA).



Roberta Simione

Agradecemos aos autores dos textos, que dedicaram um tempo para expressar as partes deste relatório, que só se faz grande pelos membros que o compõem. Muito agradecemos aos artistas que permitiram a reprodução generosa de suas obras: **Vitória Basaia, Imara Quadros, Clóvis Irigaray, Ruth Albernaz e Roberta Simione**. Também agradecemos aos fotógrafos **Rafael Martine, Flávia Bertier e Andrés Pasquis** pela autorização de publicação de suas imagens. Igualmente, nossa eterna gratidão ao Theo C. Silva e, em especial, à **Sonia Palma**, que lá da Inglaterra colaborou com o fórum realizando as correções gramaticais.

Este relatório só foi possível pela intensa atuação que muitos de nós dedicamos em nossas vidas, porque sonhamos, imaginamos e desejamos uma Terra melhor para todos e porque não esperamos de braços cruzados, mas agindo: semeamos poesia para que a plenitude da vida contorne os dissabores e nos permita viver com menos injustiças. Esperançar torna-se, assim, um direito dos humanos e da Terra!

Com o braço esquerdo levantado e com o punho cerrado, bradam as incansáveis manifestações sociais: **"Nenhum Direito a menos!"** — é com esse brado, esperançar e coragem que o FDHT quer ouvir as vozes, compreender os silêncios, enxergar as diversas violações e sentir as diferentes expressões e manifestações de quem pode ter perdido muitas coisas na vida, mas ainda não perdeu a esperança no significado ético da palavra JUSTIÇA.

Referências

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. **The Intercept**, 09/06/2019, 16h57. Acesso em 15/06/2019 - [\[https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/\]](https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/).

LOWY, Michel. A extrema-direita: um fenômeno global. **Esquerda Online**, 15/01/2019. Acesso em 15/06/2019 [\[https://esquerdaonline.com.br/2019/01/15/a-extrema-direita-um-phenomeno-global/\]](https://esquerdaonline.com.br/2019/01/15/a-extrema-direita-um-phenomeno-global/).

ESPERANÇARES BASILARES



Arte: Vitoria Basaia

Roberto Rossi⁴

Sociólogo, membro do Centro Burnier Fé e Justiça, CBFJ, MT



E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
Compositor: Chico Science

Introdução

Nas cinco últimas décadas, o processo de urbanização de Mato Grosso foi intensamente acelerado⁵ e apresentou situações de grande diversidade no território estadual, sublinhando-se: periferização do aglomerado urbano de Cuiabá; acelerada urbanização das áreas de fronteira agrícola; surgimento de novas cidades; e interiorização do fenômeno urbano.

Nesse contexto, a evolução da urbanização mato-grossense insere-se na dinâmica das atividades econômicas articuladas pela agropecuária "moderna" implantada no estado. Segundo Doriane Azevedo, "o processo de urbanização de Mato Grosso não está ligado à industrialização (...), mas à ocupação do campo, cuja atividade principal é agrícola (...). Com isso, ocorrem o surgimento e a expansão de pequenos núcleos urbanos, mais tarde transformados em (pequenas) cidades. Enfim, os municípios mato-grossenses"⁶.

Consequentemente, o rápido e desordenado processo de urbanização, aliado aos modelos segregadores de ocupação do solo urbano, cujas raízes estão alicerçadas no processo sócio-histórico de ocupação do território mato-grossense, caracterizado pela alta concentração fundiária⁷, comprometeu e compromete a dignidade e a qualidade de vida, bem como a cidadania de determinados grupos sociais, especialmente daqueles que vivem nas maiores cidades do estado. Essa situação nos remete à questão do direito à cidade. O que significa, então, o direito à cidade?

Uma possível resposta a essa pergunta é a pretensão deste texto, dividido em duas partes. Na primeira, discutiremos sobre o que é o direito à cidade, seu conteúdo, a que tipo de direito

⁴Participaram da redação desse texto os alunos da disciplina "Realidade Social, Política, Econômica e Cultural de Mato Grosso", curso de teologia da Faculdade Católica de Mato Grosso. São eles: Carlos Vinicius Carbonera, Cássio Lucindo da Silva, Célia Bispo Rosa, Douglas A. da Silva Nascimento, Henrique O. Favaro, Idlain Dalusma, Jean Fritzson Lirismont, José T. da Silva Pereira, Lucas Nunes T. dos Santos, Marcos Paulo C. da Silva, Marcos Tainan H. de Amorim, Mateus Rodrigo Fernandes, Michael Erlo, Orlando da Costa Maximiano, Stanley Jules.

⁵A partir de 1977, Mato Grosso saltou de 38 municípios para 141 municípios (cf. IBGE, 2010).

⁶Para a autora, foi com os programas de desenvolvimento implementados pelos governos militares que Mato Grosso iniciou um processo acelerado de urbanização. **A urbanização mato-grossense: uma reflexão a partir da relação urbano – rural.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Investigacion/03.pdf>.

⁷Rafael Faleiros de Pádua. **Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso.** Revista Mato-Grossense de Geografia – Cuiabá – v. 17, n. 1 – p. 33 – 63 – jan/jun – 2014. Disponível em: periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/download/770/2845

pertence e a quem pertence. Na segunda, trataremos sobre o processo de urbanização de Mato Grosso e, finalmente, apresentaremos o estudo de caso sobre quatro cidades mato-grossenses⁸.

1ª PARTE

1. Conceitualização de cidade e de urbano

Existe, na atualidade, uma vasta literatura sobre a temática da cidade e da realidade urbana. Preliminarmente, é importante observar que os conceitos de cidade e urbano, apesar de distintos, têm uma relação inseparável, já que em sua origem os diferentes estilos de vida urbana surgem no seio da dinâmica socioespacial das cidades, ou seja, a dimensão socioespacial da cidade, em sua materialidade visível, é o espaço habitado, construído, transformado e utilizado pelo ser humano. Simultaneamente, ou dialeticamente, esse espaço construído pela engenhosidade humana vai também caracterizando mentalidades e estilos próprios de viver na cidade. Dito isso, vamos brevemente caracterizar os conceitos "cidade" e "urbano", sem a pretensão de esgotar o assunto devido à sua complexidade contemporânea.

1.2 A cidade

Milton Santos (1992, p. 241, apud IPEA, 2011, p. 2) faz uma distinção clara entre urbano e cidade. O urbano é frequentemente o abstrato; a cidade "é o concreto (...) a materialidade visível do urbano". Em outras palavras, a cidade se configura como um conjunto de edifícios, parques, praças, lojas comerciais, rede viária, entre outras coisas. O urbano, por sua vez, tem a ver com "o subjetivo, o simbólico, o que está por trás da paisagem urbana que compõe a cidade". Por outro lado, a cidade não seria possível sem o conteúdo que lhe dá sentido: os diferentes grupos sociais que vivem nela. Nesse sentido, a cidade é uma construção humana, alicerçada nas intencionalidades e nos interesses do ser humano.

Raquel Rolnik (1988), por sua vez, entende a cidade como um espaço caracterizado pela aglomeração de seres humanos, que se apresenta mais ou menos organizada em ruas, casas, avenidas e edificações, com zonas residenciais, comerciais e industriais, marcada pela presença de atividades econômicas não agrícolas, que atrai, reúne e concentra homens e mulheres. A cidade, portanto, é uma localização física, geográfica, que demanda infraestrutura e diversos tipos de serviços públicos para atender às necessidades das pessoas que nela vivem.

É nesse ambiente em que vivemos e nos socializamos. Nele, aprendemos a nos comunicar e a nos relacionar com os outros. É também onde atuamos cotidianamente para manter nossa condição material de existência a fim de suprir nossas necessidades vitais.

1.3 O urbano

O urbano, ao contrário da cidade, não se refere a uma materialidade física, mas sim a um conjunto de manifestações simbólicas, costumes, valores, mentalidades, expectativas, modos de se relacionar e se associar com os outros. O urbano é, antes de tudo, uma forma concreta de viver a vida e de se apropriar do mundo em que vivemos.

Oscar Sorbazo (2010, p. 58) afirma que "o urbano corresponde a uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas (...) constitui-se como um modo de vida e de relações socioculturais", ou seja, a vida urbana ganha estrutura e forma por meio do conjunto de ações e relações sociais integradas ao cotidiano vivido. Historicamente, segundo o autor, a cidade representa esse conjunto de relações sociais e materiais de existência.

⁸ Para responder a essas perguntas, vamos nos apoiar em um trabalho de Maria Clara Dias, cujo título é Direito à cidade: considerações teóricas. Em: Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais, organizado por Orlando Alves dos Santos Junior [et al.]. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/caderno_direitocidade_2017.pdf.

Em suma, é importante frisar que a cidade possui um conjunto de significados que ultrapassam uma definição mais precisa. Nesse sentido, ela agrega a vida cotidiana das pessoas, que desempenham papéis sociais e reproduzem sua existência em níveis de cultura e de relações interculturais. Enfim, a cidade só existe porque há pessoas que a fazem em sua estrutura e dinâmica.

2. O direito à cidade

Na compreensão de Maria Clara Dias⁹, o direito à cidade é um direito de natureza indivisível, e todos os habitantes da cidade são titulares desse conjunto de direitos. Além do que, sua interpretação deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos Direitos Humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos.

No Brasil, o direito à cidade está delineado no Estatuto da Cidade, no art. 2º, incisos I e II, que dispõem sobre o direito a cidades sustentáveis. No inciso I, o direito a cidades sustentáveis é compreendido como "o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações" (art. 2º, inciso I).

No Estatuto da Cidade, a moradia adequada dos habitantes da cidade é um elemento central do direito à cidade. Esse direito está vinculado ao acesso a terra urbana, saneamento básico, infraestrutura urbana, transporte e um conjunto de equipamentos sociais públicos¹⁰. Além disso, a preservação da identidade e da memória histórica e cultural das comunidades, seus costumes, seus modos de viver e de morar, também é um dos elementos fundamentais do direito à cidade¹¹.

Em nível internacional, o direito à cidade é referenciado em documentos produzidos em fóruns cujo sujeito importante é a sociedade civil organizada, como a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006), a Carta-Agenda pelos Direitos Humanos nas Cidades (2009), a Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade (2009), a Carta do Rio de Janeiro sobre o Direito à Cidade (2010), a Conferência Habitat III, entre outros¹².

A Conferência Habitat III aprofunda o entendimento de que as cidades são um bem comum e devem ser livres de discriminação, com inclusão cidadã e participação política, cumprindo sua função social, com espaços públicos acessíveis a todos os habitantes da cidade, com respeito à igualdade de gênero, à diversidade cultural e ao meio ambiente, e com economia

⁹Ibid.

¹⁰ São espaços físicos concretos a partir dos quais são prestados os serviços públicos relativos a diferentes setores das políticas sociais, tais como: saúde (posto de saúde), educação (creche), assistência social (Centros de Referência da Assistência Social – CRAS), esportes, cultura e lazer.

¹¹ LIBÓRIO, Daniela Campos; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Direito à cidade e institutos de proteção dos territórios urbanos de grupos sociais vulneráveis**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/66/edicao-1/direito-a-cidade-e-institutos-de-protecao-dos-territorios-urbanos-de-grupos-sociais-vulneraveis>>.

¹² AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana**. In: A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20à%20cidade.pdf>

inclusiva, entre outros¹³. No entanto, conforme Maricato¹⁴, o que se constata no processo de urbanização brasileira é a desigualdade social, a segregação territorial e a invisibilidade das populações pobres. A segregação, ou a "apartação" territorial, é a face mais nefasta da desigualdade social no meio urbano. Torna-se, além disso, uma das interfaces da exclusão política e da negação da participação cidadã.

Além disso, a Conferência Habitat III afirma que a apropriação dos espaços públicos pela sociedade, enquanto espaços da diversidade, do exercício da cidadania, do exercício das relações comunitárias e do lazer, estão sendo comercializados e substituídos por edifícios privados. Aqui, voltamos a insistir que a mercantilização dos espaços públicos divide a sociedade e separa as pessoas por classes sociais, em uma perspectiva excludente.

Por conseguinte, exclusão, segregação, informalidade e ilegalidade são realidades enfrentadas por parte dos moradores das cidades brasileiras, o que tem levado alguns autores a defender que, no Brasil, tem-se "déficit de cidade" ou que o país precisa de "distribuição de cidade" (ROLNIK, 2016).

O objetivo fundamental da gestão da cidade, em uma perspectiva inclusiva, deveria contribuir para a redução das desigualdades urbanas: "Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis até 2030, garantir acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência."¹⁵

Todavia, no Brasil e nas principais cidades de Mato Grosso, o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade contrasta com a realidade urbana cotidiana de negação de direitos, em especial os "invisíveis" ao processo de planejamento e produção do espaço urbano.

Dessa forma, a questão que se nos impõe é como construir cidades que incluam e transformem os excluídos e/ou invisibilizados do processo de urbanização em sujeitos do direito à cidade. Como garantir nos diferentes núcleos urbanos, especialmente as periferias, o acesso a direitos como infraestrutura urbana adequada, transporte, saneamento, moradia digna e espaços públicos acessíveis para todos e todas? Isto é, como efetivar o direito à cidade para todos e todas?

2.1 A que tipo de direitos pertence o direito à cidade?

O conteúdo do direito à cidade aponta para garantias mínimas de subsistência, liberdades básicas, oportunidades e reconhecimento de características identitárias constitutivas dos diversos grupos ou indivíduos. Nesse sentido, o direito à cidade parece pertencer ao conjunto de direitos denominados de "direitos fundamentais"¹⁶.

O que são, então, direitos fundamentais? Dizemos que estes são direitos comuns a toda e qualquer pessoa, independentemente de sua inserção social, gênero, etnia, raça etc. São direitos que garantem o necessário para a existência com dignidade, ou seja, declaramos que uma pessoa só poderá viver com dignidade se seus direitos fundamentais estiverem sendo, de alguma forma, garantidos e promovidos.

¹³LIBÓRIO, Daniela Campos, SAULE JÚNIOR, Nelson. Princípios e instrumentos de política urbana. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/76/edicao-1/principios-e-instrumentos-de-politica-urbana>
¹⁴MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados 17 (48), 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013

¹⁵Documentos Temáticos da Habitat III. Objetivo 11: ESPAÇO PÚBLICO. Disponível em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/11-Espaço-Público_final.pdf

¹⁶Ibid.

Na Constituição de 1988, os direitos fundamentais do ser humano são subdivididos em cinco capítulos: Art. 5 – direitos individuais e coletivos: direito à vida, à igualdade, à dignidade, à segurança, à honra, à moradia, à liberdade e à propriedade; Art. 6 – direitos sociais: a educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos vulneráveis; direitos de nacionalidade: direito de pertencimento a um país; Art. 14 – direitos políticos que permitem o exercício da cidadania; Art. 17 – direitos relacionados à existência, à organização e à participação em partidos políticos.

Esse conjunto de direitos fundamentais reconhecidos pelo Estado brasileiro são necessários para assegurar a vida digna do ser humano. São universais, isto é, são de todos, não importando a nacionalidade, o credo, a etnia, a raça, a opinião política etc. São indivisíveis, pois não é possível proteger um direito e negligenciar outro; são interdependentes, pois todos os direitos se inter-relacionam.

Constatamos que, substancialmente, os direitos fundamentais apresentam acentuada semelhança com os Direitos Humanos. Nas definições da Carta Mundial (2006), o direito à cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Inclui, também, o direito à liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação e da herança histórica e cultural¹⁷.

3. Conteúdo do direito à cidade

Quando afirmamos que todas as pessoas têm direito à cidade, é porque reconhecemos que essas pessoas têm direito a pertencer e a viver em um espaço físico e sociocultural com condições dignas de vida¹⁸.

Reiteramos que essas condições dignas de vida, por um lado, estão associadas a moradia segura e adequada, saneamento básico, água potável, energia elétrica, transportes públicos, acesso aos serviços de educação e de saúde etc. Por outro lado, uma pessoa vive com dignidade no momento em que sua condição de ser livre lhe é efetivamente assegurada, como a possibilidade de circular e expressar suas ideias e saberes no espaço em que vive. A isso se associa, também, a necessidade de "reconhecimento da alteridade e das singularidades que povoam nossas cidades", bem como da pluralidade étnico-racial de pessoas e grupos sociais que são invisibilizados no meio urbano. Esse reconhecimento é fundamental para dar visibilidade às suas demandas e, assim, "fazer valer o seu direito à cidade".

Outro aspecto importante é a possibilidade de participar de espaços de decisão política, o que significa o direito de exercer sua cidadania ativa, ou seja, "o direito à cidade é mais amplo que a liberdade individual de ter acesso aos bens urbanos". Isso significa, também, o direito de deliberar e escolher os rumos da cidade que queremos, pois o direito à cidade é um direito coletivo. Disso resulta a necessidade de mobilização e participação social, porque o conteúdo do direito à cidade, mencionado anteriormente, é objeto de luta política.

4. A quem pertence o direito à cidade?

¹⁷FERREIRA, Valéria Corrêa Silva. **Cidade e democracia: o espaço urbano, os direitos fundamentais e um novo conceito de cidadania**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12143

¹⁸DIAS, Maria Clara. **Direito à cidade: considerações teóricas**. Em: Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais, organizado por Orlando Alves dos Santos Junior [et al.]. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. Disponível em: http://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/caderno_direitocidade_2017.pdf

Inicialmente, entendemos que o direito à cidade pertence às pessoas que vivem em uma determinada cidade. Desse modo, o direito à cidade não se remete somente a grupos isolados ou privilegiados. Com efeito, ele pertence a todas as pessoas. Pois, se o direito à cidade pertence ao "catálogo" dos direitos fundamentais, então, ambos são direitos universais, são indistintamente de todas as pessoas, dado que se encontram inerentes à própria condição humana.

2ª PARTE

1. O processo de urbanização mato-grossense

Vimos que o recente processo de urbanização mato-grossense se insere na dinâmica das atividades econômicas articuladas pela agropecuária "moderna" implantada no estado a partir da década de 1970. Nesse sentido, de lá para cá, a urbanização de Mato Grosso não está ligada à industrialização, mas à ocupação do campo, cuja atividade principal é o agronegócio.

Mediante diversos programas de incentivos regionais, foram construídas rodovias que facilitaram o fluxo de migrantes e a construção de diversos empreendimentos oficiais e privados de colonização, atraindo a população de outras regiões brasileiras para Mato Grosso.

Desse modo, o surgimento de novas cidades no território mato-grossense se amplificou por causa de uma lógica voltada para a ocupação dos "espaços vazios" do território estadual associada à implementação da agropecuária como negócio.

A partir desse momento, muitas cidades foram constituídas. "De apenas 38 municípios — quando da divisão do estado em 1977 —, salta para 53 no final desta década e, no encerramento de 1980, já são 96 municípios. No último censo de 2000, são catalogados 141 municípios"¹⁹. Portanto, a expansão da agricultura "modernizada", entendida na perspectiva do capitalismo, induzirá o crescimento demográfico, bem como a criação e o crescimento acelerado de novas cidades em áreas do cerrado e da Amazônia.

2. As cidades do agronegócio

Mesmo em regiões do estado onde a principal atividade econômica é o agronegócio, a cidade possui a hegemonia dos serviços que sustentam a atividade agropecuária. Por exemplo, o fornecimento de produtos e serviços necessários para a realização desse processo de produção: sementes, insumos, maquinários, armazenagem, estocagem, cooperativas, comercialização/negociação dos produtos, serviços de assistência técnica, consultorias, serviços financeiros/bancos etc. Portanto, a produção capitalista no caso do agronegócio localiza-se na cidade, não no campo²⁰.

Logo, as cidades desse período evidenciam em sua paisagem urbanística essa articulação com as atividades do agronegócio, ou seja, a fronteira agrícola mato-grossense incorporou fatores econômicos modernos, fundamentalmente capitalistas, gerando seu próprio modelo de cidades. As cidades criadas no contexto do agronegócio revelam a produção do espaço hegemonizada pelos interesses da ocupação capitalista da terra²¹.

Mesmo que seja resultado de projetos de colonização privados, em que a finalidade reside na produção e na realização de um negócio mercantil, a urbanização mato-grossense carrega em si toda a problemática urbana marcada pelos processos migratórios:

¹⁹AZEVEDO, Doriane. **A urbanização mato-grossense: uma reflexão a partir da relação urbano – rural**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Investigacion/03.pdf>

²⁰Ibid.

²¹PÁDUA, Rafael Faleiros. **Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso**. Revista Mato-Grossense de Geografia – Cuiabá – v. 17, n. 1 – p. 33 – 63 – jan/jun – 2014. Disponível em: periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/770

relações sociais conflituosas, segregação territorial, violência, periferização das maiores cidades e infraestrutura urbana inadequada²².

Podemos concluir, parcialmente, que a urbanização mato-grossense, desencadeada a partir da década de 1970, mostra uma realidade na qual o campo e a cidade não estão separados de maneira estritamente definida, pois formam uma única existência, um se realizando no outro, inseridos em uma realidade que, como conteúdo, revela-se urbana.

3. A realidade urbana de quatro cidades mato-grossenses

Nesta seção do texto, lançaremos nosso olhar para quatro cidades-polos de Mato Grosso: Rondonópolis, situada na região sudeste; Sorriso e Sinop, situadas na região centro-norte; Cuiabá, instalada na região sul; e Cáceres, localizada na região sudoeste.

Essas quatro cidades-polos configuram uma rede de influência em relação às demais cidades que compõem suas respectivas Regiões de Planejamento definidas pela Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso. Portanto, são quatro cidades-polos localizadas no interior de quatro regiões de planejamento na perspectiva da regionalização da realidade mato-grossense.

O território mato-grossense está dividido em Regiões de Planejamento. Na perspectiva da regionalização, ele se apoia na composição da rede urbana de cada região, considerando a organização espacial por meio da liderança dos principais núcleos urbanos, segundo a relação que estabelecem entre si e a disponibilidade de equipamentos sociais para o atendimento às necessidades e demandas da população. "Esse processo de regionalização considera o fato de que o espaço regional possui uma complexa lógica, onde cada região é composta por paisagens distintas e, ao mesmo tempo, integradas pelos seus aspectos socioeconômico-ecológicos, conformando uma teia de relações planificadas pela influência de seus polos urbanos" (Regiões de Planejamento de Mato Grosso – Seplan)²³.

Nesse contexto, o sistema de cidades de Mato Grosso apresenta Cuiabá como principal centro urbano. Dada as características gerais da rede estadual, cabe a ela, na ausência de uma estrutura de rede de cidades mais desenvolvida, apoiar a demanda por mercadorias e serviços, e atender à maioria das necessidades da população mato-grossense.

Cáceres, Rondonópolis e Sinop, são cidades consideradas como a segunda expressão regional quando se considera o sistema urbano no território mato-grossense. Estes centros, sob a liderança de Cuiabá, constituem as principais lideranças da rede urbana estadual.

Segundo informações da Seplan, percebe-se que apenas 28 cidades exercem centralidade urbana além dos limites de seus municípios, e são 113 as cidades que atuam tão somente como centros locais de serviços urbanos. Dessa forma, fica evidente que essa fragilidade da estrutura urbana estabelece um impacto considerável nas desigualdades regionais em Mato Grosso, especialmente porque são poucas as cidades que apresentam condições de prestar um bom serviço para a população do estado. Em suma, considerando a organização espacial das cidades mato-grossenses, o estado se sustenta em uma frágil rede urbana, com regiões funcionais pouco estruturadas.

4. Conceito de desenvolvimento humano

Na perspectiva do direito à cidade, procuramos identificar as condições de vida das populações que vivem nos municípios de Cuiabá, Cáceres, Rondonópolis, Sinop-Sorriso. Para tal, consideramos os seguintes indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Moradia, Educação, Saúde, Saneamento, Segurança Pública e Renda.

²² Ibid.

²³ SEPLAN-MT. Plano de Longo prazo de Mato Grosso: Estudo Retrospectivo, 2012.

Os primeiros conceitos e instrumentos para calcular o desenvolvimento humano foram expressos no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1990. Nesse relatório, as capacidades básicas para o desenvolvimento humano são: ter uma vida longa e saudável, ser bem-informado, ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente e ser capaz de participar da vida da comunidade. Duas décadas mais tarde, no Relatório de Desenvolvimento Humano (2014), revisou-se o conceito e se estendeu a discussão sobre o desenvolvimento humano considerando as questões da ampliação das escolhas e do acesso à educação, à saúde, à segurança e a uma vida razoável²⁴.

Com o objetivo de ajustar o cálculo do IDH global às características dos municípios brasileiros, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) criaram a metodologia do IDH Municipal (IDHM), baseado nos três indicadores de desenvolvimento da ONU (cf. ATLAS BRASIL, 2013)²⁵.

São estes indicadores que aplicaremos para constatar as condições de vida dos municípios supracitados: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Moradia, Educação, Saúde, Saneamento e Renda.

5. Cáceres

Cáceres foi fundada em 6 de outubro de 1778. As razões para a fundação da cidade se deram pelas necessidades de defesa do território e do fortalecimento da fronteira sudoeste do Estado de Mato Grosso.

O município de Cáceres, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, apresentava uma população de 87.942 habitantes. A última projeção populacional realizada pelo IBGE em 2017 atualizou a população total do município para 91.271 habitantes.

A partir da década de 1970, Cáceres passou a ser polo colonizador, dando origem a inúmeros municípios, que formam hoje a grande região de Cáceres. Quinze municípios se formaram a partir dessa área, e, hoje, a composição da região totaliza 22 municípios.

O município de Cáceres é um polo econômico na região sudoeste de Mato Grosso. Além disso, tornou-se o polo de educação superior na região, o que acaba atraindo jovens que buscam formação acadêmica e técnica.

Segundo o censo demográfico de 2010, a proporção de habitantes vivendo na área urbana do município era de aproximadamente 87% em relação à população total.

Renda familiar

A renda *per capita* domiciliar de Cáceres é considerada baixa em relação à média do Estado de Mato Grosso. Apenas 4% dos domicílios de Cáceres apresentam renda *per capita* acima de cinco salários-mínimos (IBGE, 2010).

O setor de serviços é o maior gerador de empregos no município, seguido pelo segmento comercial. Aproximadamente 70% do PIB do município de Cáceres é proveniente do setor de serviços.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Cáceres era 0,708 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribui para

²⁴SCHEUER, Junior Miranda et. al. Desenvolvimento Humano dos Municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul Contidos no Bioma Pantanal. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.45.82-96>

²⁵Ibid.

seu IDHM é a Longevidade, com índice de 0,813, seguida de Renda, com índice de 0,691, e de Educação, com índice de 0,633 (ATLAS BRASIL, 2013).

Saúde

A esperança de vida ao nascer cresceu 3,7 anos na última década, passando de 70,0 anos, em 2000, para 73,8 anos, em 2010. A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 25,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 17,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010 (ATLAS BRASIL, 2013).

Educação

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5 no Ideb. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4,3. Na comparação com cidades do estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava a cidade na posição 113 de 141. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 89 de 141.

Sistema de esgotamento sanitário

De acordo com SNIS (2015), a coleta de esgoto atende a apenas 4,6% da população urbana do município e 5,1% da população total, sendo que, desse esgoto coletado, 99,37% são tratados.

Segundo a UFMT (2015), dada à inexistência de rede coletora de esgoto na maior parte da cidade, a alternativa mais comum é o uso de fossas rudimentares como destino do esgoto domiciliar. Essas fossas são escavações feitas sem revestimento, nas quais os dejetos são lançados diretamente no solo, resultando em poluição do solo e das águas (superficiais e subterrâneas) e podendo gerar efeitos nocivos à saúde pública devido à presença de microrganismos patogênicos.

Em outros casos, os efluentes domésticos são lançados nos córregos urbanos ou em galerias pluviais.

Resíduos sólidos

De acordo com levantamento elaborado a partir dos dados do Siab (2013), 87,8% das residências têm coleta de resíduos feita regularmente, sendo o restante dos resíduos domésticos queimados (11,9%) ou disposto a céu aberto (0,3%). O SNIS (2015) indica atendimento com coleta regular a 90,6% da população do município e 93,4% da população urbana.

Urbanização

Apenas 20,50% da área urbana é atendida por ruas com pavimentação. Em decorrência da reduzida rede de ruas pavimentadas, grande parte das vias também não é atendida por rede de drenagem superficial e, mesmo em áreas pavimentadas, não é comum a existência de rede de drenagem, ou seja, conjunto sarjeta, meio-fio, boca de lobo e tubulação subterrânea. É comum, então, que a água seja drenada pela superfície do pavimento apenas, podendo haver, em pontos baixos, acúmulo excessivo de água pluvial.

Somente 23,2% de domicílios urbanos em vias públicas possuem urbanização adequada: presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

6. Rondonópolis

Quanto à produção espaço-temporal, especificamente na microrregião de Rondonópolis, segundo Medeiros (2016), podemos estabelecer três períodos distintos: o primeiro período de colonização vai de 1902 a 1930, que corresponde ao ciclo inicial, quando no antigo território habitavam os indígenas da etnia Bororo. O segundo período de colonização corresponde à

implantação das colônias, entre 1947 e 1960, coincidindo com a chegada dos primeiros pecuaristas. O terceiro período foi marcado pela transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura mecanizada.

Na microrregião de Rondonópolis, os núcleos urbanos se estruturaram a partir dos projetos de colonização, caracterizando-a atualmente por uma "fronteira urbanizada". Esta fez da cidade de Rondonópolis uma cidade-polo na região sudeste mato-grossense. De acordo com Medeiros (2016), a influência da cidade na malha urbana dessa região é muito importante, pois aglutina a maior parcela das atividades comerciais, econômicas e de prestação de serviços²⁶.

Renda familiar

A maior parte da população que apresenta rendimento recebe entre um e dois salários-mínimos (35%), seguida dos que recebem de meio a um salário-mínimo, sendo 31% da população. Entre os que recebem mais de 30 salários-mínimos está apenas 0,25% da população com rendimento. Já as pessoas consideradas sem rendimento somaram 56.147.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Entre 2000 e 2010, a população de Rondonópolis cresceu a uma taxa média anual de 2,67%. Nessa década, a taxa de urbanização do município passou de 94,42% para 96,19%. Em 2010 viviam, no município, 195.476 pessoas; já a estimativa para 2015 era de 211.718 habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Rondonópolis era 0,755 em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM é Longevidade, com índice de 0,823, seguida de Renda, com índice de 0,749, e de Educação, com índice de 0,698.

Saúde

No município, a expectativa de vida ao nascer cresceu 3,7 anos na última década, passando de 70,7 anos, em 2000, para 74,4 anos, em 2010. Em 1991, era de 65,2 anos.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 23,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Educação

No município, a proporção de crianças de cinco a seis anos na escola era de 88,82% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental era de 90,33%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo era de 72,42%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo era de 50,11%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 64,12 pontos percentuais, 48,94 pontos percentuais, 52,74 pontos percentuais e 39,98 pontos percentuais.

Sistema de esgotamento sanitário

De acordo com SNIS (2013), a coleta de esgoto atende a apenas 39,24% da população urbana do município, sendo que desse esgoto coletado 91,57% são tratados. Por outro lado,

²⁶MEDEIROS, Reuber Teles. As dinâmicas urbanas territoriais e as relações de exclusão social nos bairros Maméd e Alfredo de Castro na cidade de Rondonópolis, Mato Grosso. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2016.

segundo as informações da Sanear (2015), 55% da população é contemplada com os serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Resíduos sólidos

De acordo com dados do relatório SNIS de 2012, 100% da população urbana é atendida pelos serviços de coleta de resíduos domiciliares, que ocorre duas ou três vezes por semana na maior parte do município.

7. Sinop e Sorriso

Nesta parte, pretendemos expor uma sistematização e uma interpretação dos indicadores sociais das regiões centro e centro-norte do Estado do Mato Grosso. A região central, respectivamente, tendo como eixo principal o município de Sorriso, compreende as cidades de Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato, e a região centro-norte compreende as cidades de Cláudia, Feliz Natal, Marcelândia, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Sinop, União do Sul e Vera.

Sinop e Sorriso são consideradas polos nas regiões centro e centro-norte do estado, e crescem de forma bastante acelerada. Já as demais cidades no entorno desses "centros" não se desenvolveram tanto; acredita-se que um dos motivos seja por estarem fora do "eixo da soja" ou da rota do desenvolvimento que é a BR-163, pela qual acontece o escoamento de toda a produção agrícola da região. Essas cidades fora do eixo mostram que nem toda riqueza produzida lá representa desenvolvimento econômico e social.

A cidade de Sinop foi implantada pela Colonizadora S/A no começo da década de 1970 em uma área denominada, segundo Castilho (2007), de "fronteira agrícola moderna". Atualmente é conhecida popularmente como a "Capital do Nortão", devido à consolidação como polo de prestação de serviços do agronegócio. A estimativa populacional para 2015 era de 129.916 habitantes.

Saúde

Não obstante o crescimento populacional na região, as taxas de médicos e leitos por mil habitantes também cresceram. A primeira taxa saiu de 0,78 em 2010 para 1,12 em 2015. A segunda subiu de 1,46 para 1,85.

É bastante significativo e importante destacar a redução de óbitos de menores de um ano, o que resultou na queda da taxa de mortalidade no período comparado. A taxa, que era de 11,63 em 2010, caiu para 7,75 em 2015.

Educação

Os resultados do Ideb mostram que a rede pública de ensino segue melhorando seu desempenho nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois quase todos os municípios dessa região alcançaram a meta proposta no período 2007-2015. Pode-se afirmar que, nessa região, ocorreu uma melhoria consistente na qualidade da educação ofertada pela rede pública para esse nível de ensino.

De acordo com os resultados, embora tenha ocorrido uma evolução no Ideb no período 2005-2015, o desempenho da rede pública nos anos finais do Ensino Fundamental não acompanha o mesmo patamar dos anos iniciais. Ainda que se constate uma melhoria no ensino público fundamental dessas cidades, o Ensino Superior deixa a desejar; os jovens precisam se deslocar de suas cidades para esses centros maiores em busca de universidade.

Processo de urbanização

No que diz respeito ao processo de urbanização de Sinop, apresentaremos uma síntese das conclusões de uma dissertação de mestrado de Valdiney Vieira da Silva²⁷. Para o autor, em Sinop não é diferente do que ocorre na maioria das cidades brasileiras, onde os conflitos no espaço urbano precisam ser entendidos como disputa entre os diversos agentes do capital e do próprio Estado.

Considerando o Plano Diretor do município, percebe-se a falta de um diagnóstico sobre a situação habitacional do município, com ênfase nas desigualdades sociais, nas condições de moradia e no *déficit* habitacional. Além disso, não existe um diagnóstico sobre a situação do município na área do saneamento ambiental, com ênfase nas desigualdades sociais no acesso ao abastecimento de água, à rede de esgoto e à coleta de resíduos sólidos (SILVA, p.107).

Na cidade de Sinop, a segregação socioespacial não pode ser camuflada, apesar das tentativas da classe econômica dominante em disfarçá-la usando um discurso progressista que obedeceria à ideia de que as desigualdades de hoje são a possibilidade de riqueza amanhã. No entanto, ao contrário do que se prega, o que se vê é a multiplicação dos espaços sociais de pobreza na periferia, com condições habitacionais irregulares, impedindo aos moradores seu direito à cidade (p. 109).

Segundo Silva (2014, p. 110), existe "todo um aparato jurídico e político montado a fim de legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de expansão da urbanização em Sinop, e, com isso, os loteamentos irregulares proliferam. Assim como outras cidades, não escapa da especulação imobiliária (...) loteamentos estariam sendo comercializados sem registro em cartório, outros estariam com propagandas de vendas de lotes, porém não havia infraestrutura básica (rede de água, energia, iluminação pública, asfalto e rede de esgoto com tratamento) exigida em lei."

8. Cuiabá

Em termos populacionais, Cuiabá reúne uma população estimada pelo IBGE em 2016 de 585.367 mil habitantes, o que representaria 17,70% da população do estado. O IBGE também mostra a influência regional da capital, considerada o principal centro urbano de apoio a toda a rede estadual de cidades. Contudo, o que se verifica em Cuiabá é a produção seletiva do espaço urbano, o que implica desigualdades espaciais relacionadas ao acesso e ao usufruto do meio ambiente urbano por parte da população da capital e do entorno.

Conforme as informações do instituto, a população cuiabana cresceu de forma acelerada nas últimas décadas. Todavia, a cidade não estava preparada para receber esse número imprevisto de pessoas, que se espalhou pelas periferias da cidade, instalando-se nas bordas do perímetro urbano. Esse crescimento acelerado e desordenado tem sido fato preponderante para a intensificação da periferização e do fenômeno da dispersão da ocupação do território da cidade.

Resultam disso espaços ocupados precariamente, sem as condições necessárias para uma boa qualidade de vida urbana e com renda familiar justa para a satisfação das necessidades básicas das famílias. Dentre as deficiências estruturais dos bairros periféricos, verificam-se as ausências de esgotamento sanitário, que passa a ser lançado *in natura* nos córregos, e de universalização da pavimentação, o que precariza as condições adequadas de moradia.

²⁷ SILVA, Valdiney Vieira da. Abordagem sobre as políticas públicas e o planejamento urbano na cidade de SINOP. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Cuiabá, 2014. Disponível em: <http://geografiaufmt.com.br/index.php/pt-br/biblioteca-dissertacoes/send/30-dissertacoes/59-abordagem-sobre-as-politicas-publicas-e-o-planejamento-urbano-na-cidade-de-sinop-mt>

Atualmente, verificamos em alguns bairros periféricos melhorias no espaço urbano. Por um lado, notamos progressos na infraestrutura, na instalação de equipamentos sociais urbanos etc. Por outro lado, ainda existem bairros ou áreas de alguns bairros absolutamente entregues a péssimas condições de sobrevivência. Por exemplo, bairros como Altos da Serra e Altos da Glória, situados na região norte da cidade, não possuem infraestruturas mínimas para se afirmar que a cidade existe naqueles espaços, pois não possuem pavimentação universalizada, água ofertada com regularidade e esgotamento sanitário, e a rede de iluminação pública não é boa.

Outra constatação que agrava o direito à cidade nas periferias é a regularização fundiária. Informações da prefeitura revelam que cerca de 60% dos bairros da periferia não são regularizados, o que impede a destinação de recursos federais para a melhoria de infraestrutura e habitação para os moradores dessas áreas.

Ademais, é importante relacionar o processo de ocupação dos bairros periféricos de Cuiabá às condicionantes socioeconômicas e educacionais, ou seja, constatamos que há o aumento de renda em áreas com maior escolaridade entre os moradores, como também conforme haja maior proximidade com as áreas mais centralizadas, caracterizando-se um processo de segregação socioespacial²⁸.

Enfim, se quisermos acreditar que a nossa cidade é um bom lugar para se estar, precisaremos lembrar que ela é uma construção coletiva. Os indivíduos que nela habitam não são forasteiros querendo macular esse espaço no qual escolhemos viver — eles são, como nós, parte desse espaço.

Recomendações

a) Implantação de programas de moradia para acesso de famílias sem teto, com infraestrutura adequada, saneamento básico, água, energia e transporte que viabilize sua inserção social e o desenvolvimento das atividades produtivas.

b) Estímulo à implantação do Conselho Municipal da Cidade, cujo objetivo é a participação popular na gestão pública das cidades.

c) Conforme os artigos 39 e 40 do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana". Cabe à sociedade civil cobrar dos governos municipais de cidades com mais de 20 mil habitantes a elaboração do Plano Diretor como ferramenta central do planejamento das políticas públicas no meio urbano.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório brasileiro para o Habitat III**. Brasília: ConCidades. IPEA, 2016.

_____. Verticalização urbana e segregação socioespacial. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo38.pdf>.

OLIVEIRA, Ana Luiza Garção. **A produção do espaço urbano de Cuiabá, Mato Grosso (1920-2016)**. 2017. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

²⁸SILVA, Geovany Jessé Alexandre; PADOVANO, Bruno Roberto. Megaeventos e sustentabilidade urbana em Cuiabá-MT: entre a teoria, a prática e as possibilidades. Disponível em: https://www.academia.edu/35999679/Megaeventos_e_sustentabilidade_urbana_em_Cuiabá-MT_entre_a_teor%C3%ADa_a_pr%C3%A1tica_e_as_possibilidades

Organização das Nações Unidas. **Espaço público**. Nova Iorque: ONU, 2015. (Documento Temático, n. 11).

ROLNIK, Raquel. **Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade**. 20 jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/auMqvC>.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Roberta Amanajás; Leticia Klug. Governança e políticas nacionais urbanas: capacidades e desenvolvimento institucional. In: COSTA, M. A.; MAGALHÃES, M. T. Q.; FAVARÃO, C. B. (Org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília, 2018.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo. In: **CIDADE & HISTÓRIA** - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA - FAU/MAU. Salvador, 1992. p. 241-244.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-64.

DIREITOS AMEAÇADOS: Contexto Nacional **Políticas públicas, cidadania e democracia**

Gilmar Soares Ferreira

Professor de História,
dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso- SINTEP



Vivemos no Brasil um momento triste da conjuntura nacional, em função dos ataques aos direitos básicos da população impetrados pelo sistema financeiro através de governos, políticos e empresários interessados em obter altos lucros, favorecidos grandemente pelo poder judiciário que fecha os olhos para as mazelas cometidas, mas também, favorecidos pela grande mídia que atua para formar opinião em torno de reformas que afetarão de forma direta os mais pobres do país.

O que soa mais cruel é que tudo transparece como uma grande orquestração: as elites nacionais não se interessam para desenvolver um projeto nacional de inclusão e se submetem aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos da América, este que tem um único projeto para a América latina, incluindo o Brasil, através de uma nova colonização nos tornar seu quintal, exportador de matérias primas e commodities, sem se preocupar com os danos humanos, sociais e ambientais, impedindo as possibilidades de se desenvolver um projeto econômico e social mais igualitário e democrático.

As eleições gerais vivenciadas em 2018 foram palco de atuação de forças conservadoras que apregoavam o Liberalismo Econômico Conservador, sem o mínimo constrangimento, e que no caso do Brasil lograram eleger um presidente da República, numa clara orquestração com o capitalismo financeiro estadunidense. De forma direta, o avanço do conservadorismo foi alavancado pelo fundamentalismo religioso que se alastra pelo Brasil e o mundo. O resultado tem sido catastrófico para a classe trabalhadora e a maioria da população pobre do país.

Vivemos um momento de grande investida para destruir ou, no mínimo, anular qualquer prerrogativa de legislação que possa assegurar DIREITOS à maioria da população. Toda a construção social e de direitos observada pelo Congresso Constituinte de 1987, contido na Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988 por Ulisses Guimarães, agora está sob risco de desconstrução e destruição. As ameaças aos Direitos Humanos e aos Direitos dos cidadãos e das cidadãs, aí estabelecidos, estão com os dias contados, caso não haja, do ponto de vista republicano e democrático, um freio de arrumação no governo federal, com a necessária pactuação com governos estaduais e municipais no sentido de preservação dos direitos instituídos na constituição.

São aterrorizantes as reformas que vem sendo impostas desde o golpe que apeou do poder a primeira mulher presidenta da República, Dilma Rousseff, sem que a mesma tivesse cometido um crime fiscal sequer.

Logo que o governo golpista de Michel Temer se instalou, aprovou através de uma PEC a Reforma do Ensino Médio. Depois de quase uma década de reflexão envolvendo a sociedade brasileira como um todo, com duas grandes Conferências Nacionais de Educação em 2010 e 2014, o governo de Michel Temer impõe sem diálogo social e mais diretamente com os

interessados uma PEC – Projeto de Emenda Constitucional para criar as bases da atuação empresarial de forma definitiva no Ensino Médio através da redução curricular e da abertura da atividade do ensino para outros agentes não habilitados com base no "notório saber" possam atuar na educação, em detrimento das exigências legais da formação docente exigida para ensinar nas escolas.

A reforma do Ensino Médio se aplicada à risca e sem a resistência da comunidade escolar vai ampliar a perda de direito ao ensino de qualidade, como condição da formação humana e profissional para inserção do indivíduo nos valores da solidariedade, paz e transformação das realidades sociais em favor da maioria.

Em seguida, o governo advindo do golpe, a mando dos empresários descompromissados em distribuir renda impuseram uma Reforma Trabalhista que retira toda a base de direitos dos/as trabalhadores/as na relação com o patrão. Uma reforma baseada em subterfúgios que visa ampliar as liberdades empresariais para com a contratação de empregados com ações definidas em três eixos: 1. Contratos e jornada de trabalho; 2) Negociações Coletivas e Organização sindical e 3) Justiça do Trabalho. Segundo Murilo Pinheiro, presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) a Reforma Trabalhista é um desastre para os/as trabalhadores/as. Segundo ele, "As ações trabalhistas caíram, em média, 50% no país, desde 11 de novembro de 2017. Não há o que comemorar. É apenas o resultado da dificuldade do acesso dos trabalhadores à Justiça, após a Reforma Trabalhista, introduzida pela Lei 13.467/17. Outros números denunciam a ineficácia da medida. O desemprego foi de 11,8%, em dezembro do ano passado, para 12,2%, em fevereiro. Em 2015, a taxa era de 8,5%, no mesmo período. A informalidade também cresceu e segue como a tendência no mercado de trabalho, com quase 3 milhões de brasileiros, entre autônomos e informais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)". A tragédia do desemprego no Brasil, agora aprofundada pelas medidas flexibilizatórias do direito do trabalho tem levado à ampliação do tempo por procura por trabalho e até à desistência de procurar por emprego. Considerando que o trabalho é a fonte de renda das famílias, a flexibilização de direitos juntamente com a não adoção de política de crescimento da economia para gerar empregos produz um rastro de desistência interior nos indivíduos, gerando impactos diretos na degradação social.

A agora, já sob o Governo de Jair Bolsonaro, travestido de a "nova política", trava-se um intenso debate sobre a Reforma da Previdência que afetará sobremaneira a maior política de distribuição de renda no país e que assegura à maioria da população condições mínimas de seguridade social.

Estamos falando de um ataque estruturado, orquestrado pelos representantes do capital financeiro que querem liberar o Brasil das amarras políticas (de forma fragilmente instituída) do Bem-Estar Social, que só existe, se fundada e sustentada nas bases de um Estado Democrático e de Direito. É o Estado de Direitos Sociais, Públicos e Subjetivos que as elites querem destruir.

Na escalada de retirada de direitos dos cidadãos para continuar favorecendo a atividade empresarial predatória, o Governo Bolsonaro engana a população quando diz que reforma da Previdência vai combater desigualdades e reduzir privilégios. As avaliações quase chegam à unanimidade sobre seus efeitos maléficos, de forma geral em cinco pontos, todos com maiores prejuízos para as mulheres, o homem e a mulher que trabalha no campo, os deficientes e toda a população que necessita de um BPC – Benefício de Prestação Continua.

Muitos outros ataques são diariamente orquestrados para reduzir ou retirar direitos dos cidadãos e cidadãs. Para tanto, o Governo Jair Bolsonaro busca anular ou reduzir todas as estruturas de Estado que possam atuar, promover, impulsionar qualquer ação que vise oferecer proteção jurídica, econômica e social aos indivíduos. Medida recente do governo através de decreto assinado pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL) determina o fim dos conselhos sociais que

integravam a Política Nacional de Participação Social (PNPS). A medida foi um ataque direto às conquistas democráticas asseguradas na Constituição Federal de 1988. Representa, também, a aversão do governo à participação social, uma vez que a condução atual da política não contempla um projeto de desenvolvimento nacional na base de garantia de direitos, mas a opção clara do governo é sucumbir os destinos do país à relação bilateral com os EUA de forma a impedir qualquer organização sócio-política-administração em favor da maioria da população que necessita das políticas públicas estatais para sua assistência e subsistência.

A eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, como opção desesperada do capitalismo rentista para impedir a eleição de um candidato ligado a um projeto político mais democrático e popular, jogou o país na vala comum da ignorância, mentira, do desrespeito e da desconsideração das realidades de desumanidades que assolam nosso povo, como o desemprego, a falta de políticas de saúde, educação, segurança, moradia e segurança alimentar.

As ameaças à liberdade de expressão também estão presentes com o "novo" governo. É desvelada a própria atuação do presidente da República na orientação a estudantes contrário ao pensamento crítico nas escolas em filmar os professores para acusá-los de doutrinação política. Tal postura já resultou em diversos casos de perseguição, violência para com os professores que não conseguem perceber melhorias na sua condição profissional diante de um pífia atuação política do Ministério da Educação. O abandono das políticas educacionais instituídas no Plano Nacional de Educação, hoje dão lugar às interpretações moralistas, fundamentalistas e militar.

Neste sentido, são grandes as ameaças ao direito à Educação. Este direito subjetivo das pessoas está sendo negado na medida em a "nova" política de educação não tem interesse em promover as ações de Estado já previstas e instituídas no arcabouço jurídico nacional. Ao contrário, o "novo" MEC tem exercido mais o papel de uma agência de fomento do que de execução da política nacional de educação. Os cortes das verbas discricionárias no ensino superior e também os cortes de recursos na educação básica vão expor ainda mais as fragilidades dos mais de 5 mil sistemas de ensino entre estados e municípios no país que a partir das mudanças impostas pela BNCC –Bases Nacionais Comuns Curriculares serão presas fáceis das empresas do setor, que estão ávidas em lucrar com recursos públicos da educação.

Mas, as ameaças aos direitos das pessoas não param por aí. A área da segurança pública é, também, grande exemplo. Bastou uma canetada para através de um decreto, o governo federal colocar em risco a vida de milhões de pessoas no país. A liberação do porte de armas já é considerado um desastre em termos de segurança para o povo. O decreto "ampliou de forma sem precedentes as categorias que têm direito ao porte de armas (direito de andar armado) no país. Antes restrito a policiais, agentes de segurança e promotores, agora políticos de todas as esferas de poder que tenham mandato eletivo, jornalistas, agentes de trânsito, motoristas de veículos de carga, proprietários rurais e até conselheiros tutelares terão o direito de andar armados. No total, as alterações feitas por Bolsonaro permitem que 19 milhões de brasileiros possam ter porte ou posse de arma em função da categoria profissional, segundo dados do Instituto Sou da Paz, em matéria publicada no Jornal El País (https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557344559_959983.html).

Tal situação aprofunda a realidade de violência vivenciada no Brasil, onde o fracasso das políticas de segurança pública é visível e abre portas para o mercado da segurança privada, com desvios seríssimos como existência de milícias e forças paramilitares que oferecem "segurança" em grandes propriedades rurais, por exemplo.

Situações mais propensas a conflitos e que já se apresentam com resultados preocupantes. Vários segmentos sociais vêm sofrendo diretamente com a violência no país. Segundo matéria no site Ipea, "apenas em 2017, 35.783 jovens de 15 a 29 anos foram mortos, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, recorde nos últimos 10 anos. A juventude perdida é considerada um problema de primeira importância para o desenvolvimento

social do país e vem aumentando numa velocidade maior nos estados do Norte. Os dados do Atlas da Violência também trazem evidências de outra tendência preocupante: o aumento, nos últimos anos, da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI+ e mulheres, nos casos de feminicídio."

(http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34786&catid=9&Itemid=8).

A mesma matéria traz a luta pelo direito à vida por parte das mulheres. Assim, "o ano de 2017 registrou, também, um crescimento dos homicídios femininos no Brasil, chegando a 13 por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007 – 66% delas eram negras. Entre 2007 e 2017, houve um crescimento de 30,7% nos homicídios de mulheres no Brasil."

A violência é algo aterrador para a busca de assegurar direitos. A violência quando não atacada estruturalmente, ela se torna meio de garantia das condições de concentração de renda. Neste sentido, a liberação do porte e armas atua diretamente para impedir a luta pelo direito à terra. Como não há interesses políticos para desenvolvimento do conteúdo nacional, de um projeto nacional, as lutas dos/das trabalhadoras rurais pela posse da terra já vêm acentuando as realidades de conflitos. Estudo da CPT aponta que Conflitos no campo aumentam em MT e fazem 28 mil vítimas em 2018.

Relatório mostra dados de famílias despejadas, vítimas de pistolagem, conflitos por terra indígena, sem-terra envolvidos em conflitos e outros.

Enfim, falar em cidadania e democracia, lutar por direitos e oportunidades para todos parece ser crime no país que usa com facilidade o nome de Deus e tem na religiosidade intimista/fundamentalista do povo as armas para dominar e levar o povo a aceitar com docilidade a miséria, fome, violência e opressão.

Mesmo com tanta negação de direitos, nossa história, a contada pelos vencidos e não pelos vencedores, é digna de toda resistência. RESISTIREMOS! Resistiremos como resistimos à colonização, ao longo período de escravidão, à república dos coronéis e ao militarismo que buscou anular nossa condição política de participação republicana na construção do país.

Nosso maior desafio é fazer valer a Constituição de 1988, especialmente nos capítulos que fala dos Direitos humanos e Sociais. Será necessário assegurar um novo contrato social, que assegure a regulamentação da constituição em favor da maioria da população, que nutrindo-nos dos valores de justiça e direitos sociais, favoreça a humanidade sufocada que existe em e entre nós.

Neste momento em que se eleva sobre a nação brasileira os valores mais mesquinhos do individualismo e da riqueza para poucos, promovidos pela especulação financeira e pelo rentismo, que corrompe políticos, empresários, líderes religiosos e parcela significativa da população, vale cantar os versos da canção: "Apesar de você, amanhã há de ser, novo dia..."

Referências

ALESSI, Gil. "Absoluto desastre": Bolsonaro libera porte de armas para mais de 19 milhões de pessoas. **El País**, Brasil, 10 maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557344559_959983.html.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**: Brasil registra mais de 65 mil homicídios em 2017. IPEA, 05 jun. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34786&catid=9&Itemid=8.

PINHEIRO, Murilo. O desastre da reforma trabalhista. **Portal vermelho**, São Paulo, 18 maio 2018. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/310180-1>.

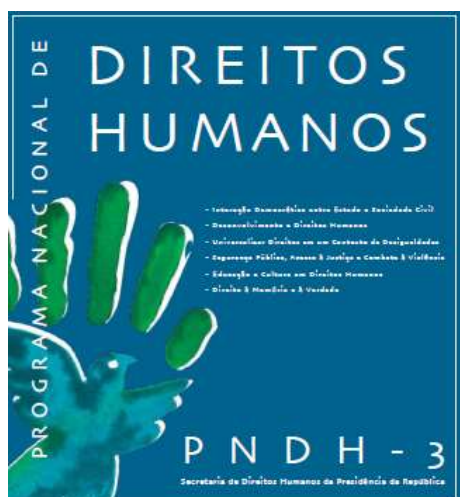
DIREITOS HUMANOS: PLANO, PACTO, REDE, PROGRAMAS DE PROTEÇÃO. *“Que que é este”?*

Inácio José Werner

Sociólogo, membro do Centro Burnier Fé e Justiça, CBFJ – MT



O Brasil vive uma grave crise política, provocada principalmente para atender o mercado financeiro e seus representantes. Não é só um aumento das violações de Direitos, mas uma acelerada perda e retrocessos de conquistas históricas que atinge em cheio temas importantes aos Direitos Humanos como democracia e participação efetiva da sociedade civil. Em tempos de luta e resistência temos referenciais por onde nos orientar.



O Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado através do Decreto Federal N° 7.037 de 21 de dezembro de 2009 e o Pacto e a Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos de 19 de outubro de 2018.

O Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 foi construído a partir de 6 eixos, sendo: Eixo I: Interação democrática entre Estado e sociedade civil; Eixo II: Desenvolvimento e Direitos Humanos; Eixo III: Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; Eixo IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Eixo V: Educação e Cultura em Direitos Humanos; Eixo VI: Direito à Memória e à Verdade.



O Pacto e a Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos se referem e tratam mais diretamente do eixo I do Plano Nacional – interação democrática entre Estado e Sociedade Civil, na perspectiva do fortalecimento da democracia participativa. Refere-se ainda aos Princípios relativos ao estatuto das instituições nacionais para a promoção e proteção dos direitos humanos (Princípios de Paris) adotada pela resolução 48/134 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 20 de dezembro de 1993.

Desde o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, os setores conservadores da sociedade brasileira fizeram uma guerra de desconstrução, argumentando que estava em jogo toda representatividade parlamentar, dos que legitimamente representam o povo. A pergunta que cabe é: democracia representativa representa os interesses de quem? As elites e interesses corporativos? Percebemos que a representatividade grande maioria da população sempre está ausente ou sub-representação? A participação é somente no dia das eleições?

Outra forma de impedir a participação é o decreto que acaba com diversos conselhos a nível Federal. Decreto Presidencial n.º 9.759/2019, que extinguiu órgãos colegiados na Administração Pública, além de estabelecer diretrizes, regras e limitações ao seu funcionamento. Esperamos que seja revertido mas é uma demonstração clara da perversidade e falta de compromisso com a sociedade civil organizada.

A implantação dos Programas de Proteção a nível de Brasil aconteceu entre 2005 e 2008, foi uma importante conquista para as pessoas que lutam por direitos humanos. Desde a sua criação muitas pessoas puderam ser protegidas por uma e além de continuarem com vidas no caso do programa de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos puderam continuar a luta pela causa que os velou a serem ameaçados.

O grande problema da política pública é o compromisso dos governantes e neste movente de grande instabilidade e ameaça aos direitos também este programa está sob ameaça.

A criminalização das lutas e dos movimentos sociais é histórica; ela acontece por ação dos agentes ou instrumentos do Estado; por grupos de políticos ideológicos ou grupos organizados no âmbito da sociedade civil com apoio paramilitar. Estas ameaças se intensificaram e não existe mais segurança com a posse do atual governo.

Direitos Humanos em Mato Grosso

Mato Grosso não possui um "Plano Estadual de Direitos Humanos". O que há é longa uma história de tentativas para construção de um referencial para os Direitos Humanos em Mato Grosso. A I Conferência Estadual de Direitos Humanos com o tema "Construindo uma Proposta para Mato Grosso", realizado no período de 15 a 18 de julho de 1999, em Cuiabá contou com a participação de 167 pessoas, representando 79 entidades governamentais e não governamentais. Foram apontadas 279 propostas das quais 34 como prioritárias.

Portanto uma luta que já dura mais de 20 anos.

Uma nova grande tentativa aconteceu a partir de 2014 como ação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana- CDDPH-MT e do Fórum Estadual de Direitos Humanos e da Terra-FDHT. Foi feita mobilização através de 14 cursos envolvendo diversos segmentos da sociedade nos municípios divididos em regiões no Estado. Esta formação concluída possibilitou a realização de uma grande Conferência Estadual de Direitos Humanos e da Terra realizada nos dias 10 a 12 de dezembro de 2014. A base foram os 6 eixos do III Plano Nacional de Direitos Humanos-PNH3.

As 500 propostas da Conferência Estadual de Direitos Humanos e da Terra, realizada em dezembro de 2014, consolidou o Plano Estadual de Direitos Humanos e da Terra que foi encaminhado para assinatura do Governador e sua implementação, entretanto, não se concretizou. Para o ano de 2016 foi proposta a realização de mais uma conferência de Direitos Humanos, inicialmente houve resistência da sociedade civil através do FDHT e do CDDPH-MT para a realização de mais esta conferência, uma vez que o plano não havia sido assinado. Foi acordado no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH-MT que uma nova conferência seria realizada onde as prioridades a serem implementadas seriam eleitas e o Governador assinaria o Plano no ato da conferência. No entanto, o plano não foi assinado e continua a tramitar na burocracia do Estado.

Só uma observação quanto ao período de 2015 a 2018 o Estado foi governado por quem já foi vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH-MT.

Em 2019 com a posse do Governo eleito novamente se retoma o desafio da assinatura e implementação do plano Estadual de direitos Humanos. E tem uma urgência porque está se discutindo o Plano Plurianual –PPA 2019-2023 em que se define a política e os investimentos para os próximos 4 anos.

Programas de Proteção e Criminalização dos Movimentos Sociais

A Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada em 1999, dentre as propostas para elaborar o programa Estadual de Direitos Humanos, apresentava no nº 22 “criar no Estado o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e seus familiares”. A sua concretização aconteceu através da Lei estadual nº 7.180, de 21 de outubro de 1999, publicada no Diário Oficial em 28/10/1999, dispõe sobre a proteção, auxílio e assistência às vítimas de violência e às testemunhas e dá outras providências. O então Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, não implantou o Programa Estadual de Direitos Humanos, e vetou todos os itens da lei que envolvessem recursos públicos. Assim, não houve ações efetivas que representassem respostas aos anseios da sociedade.

No dia 28 de março 2008, um grupo de representantes de entidades da sociedade civil entregou uma lista de 20 ameaçados de morte ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, para que medidas de proteção fossem tomadas.

Em 24/07/2008 o então secretário de Justiça e Segurança Pública, recebe em audiência juntamente com representantes da Sociedade Civil, o coordenador nacional do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Presidência da República, tendo como pauta a implantação do referido Programa e a palestra de abertura da Conferência Estadual de Direitos Humanos de 10 a 12 de setembro de 2008.

No mesmo período, representação das entidades da Sociedade Civil entregam ao Procurador Geral do Ministério Público Estadual pedido para que se envolva para que se apurem as mortes causadas nos conflitos no campo e se evitem novas mortes.

Em 12 de julho de 2010, o promotor do Ministério Público Estadual (MPE), ingressou com uma Ação Civil Pública, exigindo a implantação do programa de proteção nos moldes do que outros estados têm implantado.

Em 2012, parecia que finalmente o Governo iria implantar os programas de proteção. Foi nomeada uma comissão para elaborar um projeto de lei, a qual entregou uma proposta em outubro do mesmo ano. Também em julho, aproveitando a caravana de Direitos Humanos, o Governador assinou um termo de parceria com o Governo Federal para a implantação dos três programas em Mato Grosso.

Mesmo assim, os governos do Estado neste período não realizaram a implantação dos programas; foram recorrendo da Ação Civil pública e perderam em todas as instâncias. Em 2018 perdeu no STJ, tendo o governo 6 meses para o cumprimento de sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública 23988-56.2014.811.0041, Código 891148.

Luta, Resistência e Teimosia

Após este texto concluído é necessário abri-lo novamente. Acontece que no dia 23 de julho 2019 finalmente foi publicado o decreto 183 que Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos em Mato Grosso- PPDDH/MT. Após 20 anos uma importante etapa vencida; principalmente pelas entidades da sociedade civil que nunca deixaram de lutar por esta política. A luta pela implantação continua, principalmente porque esperamos que ele vá além de uma obrigação imposta ao Estado pelo judiciário, e que possa perdurar por anos como

uma real proteção aos defensores de Direitos Humanos, além de um efetivo compartilhamento na execução de uma política pública entre a sociedade civil e Estado.

Recomendações

- Aprovação e implantação do plano Estadual de Direitos Humanos.
- Implantação dos Programas de Proteção, principalmente o programa de proteção aos Defensores e defensoras de Direitos Humanos
- Inserir no Plano Plurianual-PAA 2020 – 2023 orçamento adequado para: Execução do Plano de Direitos Humanos; Funcionamento dos Conselhos; dos programas de proteção; Ouvidoria de Direitos Humanos.

Referências

BRASIL. Decreto Presidencial n.º 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**: seção: 1 – extra, Brasília, DF, Ed. 70-A. p.5, 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2010. 228p.

SISTEMA PRISIONAL EM MATO GROSSO: REALIDADES COMPARADAS 2017-2019

Ana Claudia Pereira

Coordenadora da Pastoral Carcerária - Regional Oeste 2



Dados estatísticos tradicionalmente apresentados nos artigos sobre aprisionamento não conseguem expressar a perplexidade com a qual vivemos mais um episódio de horror no sistema prisional brasileiro. No final de maio deste ano, um novo massacre nos presídios de Manaus vitimou 55 pessoas e inundou a internet com imagens compatíveis a crimes de guerra, nas quais cabeças e corações humanos são exibidos como troféus. Entretanto, como chegamos a esse ponto? Em nota, a Pastoral Carcerária Nacional afirma: "O que acontece em Manaus agora, assim como os massacres de 2017, o Massacre do Carandiru em 1992 e tantos outros, não é uma exceção do sistema prisional, e sim parte de seu funcionamento. Não se trata, portanto, de uma ausência do Estado, mas de sua presença, por meio de um gigantesco sistema de encarceramento e controle, que coloca o Brasil na posição de terceiro país que mais encarcera no mundo."

Em entrevista ao *Vatican News*, o padre João Poli, membro da coordenação estadual da Pastoral Carcerária do Amazonas, expressa preocupação com a situação desesperadora das famílias em luto, mas denuncia a falta de transparência em relação aos feridos e reeducandos que permanecem na unidade. Já a irmã Petra, coordenadora nacional da Pastoral Carcerária, lembra-nos que a Umanizzare, empresa que administra os estabelecimentos prisionais dos massacres de 2017 e 2019 em Manaus, recebe repasse de R\$ 4.700,00 por preso, custo que nos leva a refletir sobre a precariedade das condições de reintegração oferecidas — já que, via de regra, são as famílias que garantem a subsistência dos presos — e a eficiência da privatização do sistema, defendida no meio político.

Segundo a Pastoral Carcerária de Manaus, "essas mortes são consequências inevitáveis da manutenção da lógica de encarceramento em massa e da banalização das vidas; e de se aprisionar e exterminar uma população indesejável, em sua maioria pobre e negra". De fato, o fenômeno no encarceramento em massa como alternativa para a falência de políticas sociais gerou episódios vergonhosos para o Brasil:

- 2019, novo massacre de Manaus, 55 mortos;
- 2018, Centro de Recuperação Penitenciária do Pará, 22 mortos;
- 2017, Penitenciária de Alcaçuz, Nísia Floresta (RN), 26 mortos;
- 2017, Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, Boa Vista (RR), 33 mortos;
- 2017, Massacre de Manaus, 67 mortos;
- 2013, Complexo Penitenciário de Pedrinhas, São Luís (MA), 18 mortos;
- 2004, Casa de Custódia de Benfica, Rio de Janeiro (RJ), 31 mortos;
- 2002, Presídio Urso Branco, Porto Velho (RO), 27 mortos;
- 1997, Massacre do Carandiru, São Paulo (SP), 111 mortos;
- 1989, 42º Distrito Policial de São Paulo, 18 mortos;
- 1987, Penitenciária do Estado de São Paulo, 31 mortos.

Soma-se às tragédias elencadas anteriormente o massacre silencioso e pouco contabilizado das mortes rotineiras nas unidades prisionais brasileiras, em casos mal esclarecidos à sociedade, sendo um dos mais emblemáticos em Mato Grosso o da jovem Rosilda Pompeo de Oliveira, presa em 2014 por causa de um surto sofrido dentro de sua própria residência, que foi enviada à penitenciária feminina de Cuiabá — em vez de a uma unidade de saúde —, de onde saiu com 70% do corpo queimado, falecendo poucos dias depois.

Na edição de 2017 do Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra, o sacerdote belga Josef Geurickx, o Padre Zeca, como é conhecido no Brasil, discutiu uma série de questões levantadas a partir da percepção dos agentes de pastoral carcerária atuantes principalmente nas áreas de maior concentração de unidades prisionais: **infraestrutura** (superlotação, alimentação, assistência médica, fornecimento de itens básicos); **recursos humanos** (quantidade de efetivo e militarização do sistema); **acesso à Justiça** (volume de presos preventivos; audiências de custódia no interior; mães com direito a prisão domiciliar); e **assistência religiosa**.

O Estado de Mato Grosso não apresentou melhorias significativas na infraestrutura geral das unidades prisionais. A Cadeia Pública de Jovens e Adultos no Capão Grande, em Várzea Grande, por exemplo, custa cerca de R\$ 24 milhões aos cofres públicos e deveria ter sido entregue ao estado em agosto de 2016²⁹. Enquanto isso, a atual cadeia pública de Várzea Grande abriga cerca de 300 presos em condições inadequadas e sob forte vigilância — uma vez, decidiu-se agrupar membros de uma mesma facção nessa unidade. Quem compreende o ambiente prisional sabe que a superlotação afeta todo o processo de segurança e ressocialização, ocasionando sofrimento laboral a agentes penitenciários, professores e profissionais de saúde atuantes nas unidades. São 11.800 presos em espaços capazes de acomodar 6.341, o que representa um *déficit* de 5.459 vagas, ressaltando que 53,6% são presos provisórios.

Sobre alimentação, saúde e fornecimento de itens básicos, em 2018 o governo do estado atrasou o pagamento das empresas fornecedoras por cerca de seis meses, acumulando uma dívida de 25 milhões. Houve queda da qualidade até a suspensão do café da manhã em determinadas unidades³⁰. A assistência médica psiquiátrica continua sendo um desafio. Na unidade feminina da capital, a Pastoral Carcerária e outros órgãos de defesa de direitos passaram cerca de quatro anos intercedendo pelas pacientes mantidas na unidade. A Vara de Execução Penal, então, se mobilizou, e a maioria foi encaminhada às famílias, com exceção de uma paciente que até hoje é mantida no hospital psiquiátrico público da cidade por falta de encaminhamento a uma Residência Terapêutica, local mais apropriado a pacientes mentais sem suporte familiar. Nas unidades masculinas, o progresso foi menor, contando ainda com presença de pacientes mentais e recursos limitados aos profissionais de saúde que os atendem. Materiais básicos de higiene e limpeza estão sendo deixados cada vez mais a cargo das famílias, especialmente depois da instalação de mercados nas prisões. Enquanto os presos comuns sofrem com a precariedade do sistema, o Centro de Custódia da Capital, unidade que abriga presos com nível superior, incluindo figuras conhecidas dos meios político e empresarial, tem uma despesa 290% superior, já que um preso comum custa R\$ 1.732,41 no Presídio Central do Estado, e um "especial", R\$ 6.765,73 no Centro de Custódia³¹.

²⁹ PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Cadeia Pública de Várzea Grande (MT) pode ser a maior do estado se obra iniciada há mais de 10 anos for concluída. <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/cadeia-publica-de-varzea-grande-mt-pode-ser-a-maior-do-estado-se-obra-iniciada-ha-mais-de-10-anos-for-concluida.ghtml>. Acessado em 10/06/2019.

³⁰ GAZETA DIGITAL. Empresas ameaçam cortar alimentação em presídios gerando risco de rebeliões <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/empresas-ameacam-cortar-alimentacao-em-presidios-gerando-risco-de-rebelioes/560483>. Acessado em 10/06/2019.

³¹ HIPERNOTÍCIAS. Despesa com presos do CCC é 290% superior que a do PCE. <https://www.hipernoticias.com.br/cidades/despesa-com-presos-do-ccc-e-290-superior-que-a-do-pce/125733>. Acessado em 10/06/2019.

Os últimos anos têm sido desafiadores para os agentes penitenciários, sendo necessárias várias mobilizações da categoria, incluindo ameaças de greve. A militarização nos presídios se consolidou e, associada à superlotação, à falta de estrutura física e à limitação de pessoal, contribuiu para que a preocupação com a segurança deixasse pouco espaço para a ideia de reintegração social na rotina das unidades.

O volume de presos provisórios em Mato Grosso continua alto, assim como no restante do país. As audiências de custódia na capital contribuíram para a redução de prisões desnecessárias, mas esse recurso vem sendo apresentado à população de uma forma negativa e distorcida, especialmente durante o pleito eleitoral do último ano.

Assim, o debate sobre reintegração social em Mato Grosso vem perdendo espaço para o fenômeno da mercantilização. A presença de mercados dentro das unidades, que ofertam, além dos produtos comuns, aqueles que o Estado deveria oferecer com frequência e também os que os parentes não têm autorização de fornecer, aumentou substancialmente a pressão para que as famílias deem dinheiro aos presos, lembrando que estamos falando de um perfil de pessoas cuja maioria possui baixa escolaridade, não tem renda fixa e reside em áreas periféricas.

Atualmente, esses comércios são administrados por agentes penitenciários que se comprometem a destinar parte dos recursos à melhoria nas unidades, que, via de regra, o Estado deveria providenciar. O governo já manifestou o interesse de transferir a gestão dos mercados aos Conselho de Comunidade. E o impasse continua.

Um dos pontos mais preocupantes para a Pastoral Carcerária atualmente é a violência contra a mulher nas unidades prisionais. Os relatos de violências física, verbal e psicológica são constantes. A presença de agentes prisionais masculinos nas áreas internas e com livre acesso às mulheres presas tem sido reportada constantemente às autoridades, além do transporte de detentas sem a presença de agente penitenciária feminina. Trata-se da única unidade da capital que tem mantido restrições ao acesso da Pastoral Carcerária, inobservando a Lei de Execuções Penais e o direito à assistência religiosa, especialmente após encaminhamento de ofícios de reclamações. Está claro que o sistema trata as mulheres com mais violência e restrições, apesar das notas oficiais insistirem no contrário.

DE ESPERANÇA EM ESPERANÇA

Algumas sementes de esperança podem ser encontradas no caminho árduo da ressocialização. O Centro de Ressocialização de Cuiabá, por exemplo, tem se destacado no decorrer dos anos com uma perspectiva mais positiva. Apesar de uma lotação acima da capacidade limite, na unidade existe uma política de ressocialização tangível que sempre é observada nas visitas ordinárias ou especiais da Pastoral Carcerária. Destacam-se um clima de mais cooperação entre servidores e reeducandos, oferta de empregos, ensino e capacitação profissional. Chama a atenção o fato de determinadas alas serem mantidas destrancadas sem que isso signifique perigo eminente, e a instituição foi uma das primeiras unidades do Brasil a oferecer ala destinada à população LGBTQ+, diminuindo os riscos de violência, iniciativa que deveria ser expandida para outras unidades de Mato Grosso, segundo as pessoas ouvidas pela pastoral na última visita institucional. Já em outras unidades da capital e do interior, como a Penitenciária Central do Estado, algumas ações de ressocialização surgiram, como o oferecimento de Curso Superior em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso em 2018 e o aumento da oferta de emprego extramuro.

Referências

ARAÚJO, Pollyana. Superlotação aumenta e unidades prisionais de MT abrigam 86,1% acima da capacidade. **G1 Mato Grosso**, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/04/26/superlotacao-aumenta-e-unidades-prisionais-de-mt-abrigam-861percent-acima-da-capacidade.ghtml>. Acesso em: 10/06/2019.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PRESOS, EGRESSOS E FAMILIARES DE BRASÍLIA. **Relatório de Visita a Cuiabá de Maio de 2019**. Cuiabá, MT: 2019.

COLLET, Andressa. Massacre em presídios no Amazonas: 55 mortos em conflitos. **Vatican News**, Roma, 28 maio 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-05/presidio-manaus-massacre-55-mortos.html>. Acesso em: 31/05/2019.

CORRÊA, Ana Flavia. Empresas ameaçam cortar alimentação em presídios gerando risco de rebeliões. 12 de dez. de 2018. **Gazeta Digital** Cuiabá, 12 dez. 2018. Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/empresas-ameacam-cortar-alimentacao-em-presidios-gerando-risco-de-rebelioes/560483>. Acesso em: 10/06/2019.

ESCOUTO, Fernanda. Despesa com presos do CCC é 290% superior que a do PCE. **Hipernotícias**, Cuiabá, 09 maio 2019. Disponível em: <https://www.hipernoticias.com.br/cidades/despesa-com-presos-do-ccc-e-290-superior-que-a-do-pce/125733>. Acessado em: 10/06/2019.

ROCHA, Cinthya. Cadeia Pública de Várzea Grande (MT) pode ser a maior do estado se obra iniciada há mais de 10 anos for concluída. **G1 Mato Grosso**, 27 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/cadeia-publica-de-varzea-grande-mt-pode-ser-a-maior-do-estado-se-obra-iniciada-ha-mais-de-10-anos-for-concluida.ghtml>. Acesso em: 10/06/2019.



Faz bem uma janela aberta.
Uma veia aberta.

~ Manoel de Barros

2. ESPERANÇARES & TRABALHOS



Arte: Imara Quadros

TRABALHO ESCRAVO E AGRONEGÓCIO. A natureza da produção no campo em Mato Grosso.

Cristiano Apolucena Cabral

Filósofo, Doutorando em Educação, Comissão Pastoral da Terra – CPT, MT.



Introdução

A exploração da força de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras é inerente à própria estrutura do Capital, pois sem essa condição não há lucro. Quanto mais se explora, mais se lucra. Assim é o agronegócio no Mato Grosso: “tiram o couro” do trabalhador. Essa condição piorou quando a produção no campo se tornou *commodity* para exportação, e a competitividade internacional intensificou mais ainda essa exploração — essa é a base fundamentadora do trabalho escravo no campo. Quanto ao Estado, este legitima e legaliza essa condição em suas leis trabalhistas e de terceirização, na mudança do conceito de trabalho escravo, na impunidade àqueles e àquelas que escravizam, e na fragilização de organização de fiscalização e conscientização.

São essas determinações históricas socioeconômicas que os dados denunciam. São 53.853 escravizados no Brasil, sendo 6.169 no Mato Grosso, entre os anos de 1995 a 2018. A barbárie se mantém no campo, espaço de produção em que o trabalhador e a trabalhadora são, além de explorados, desumanizados.

1. Sistema de exploração e lucro: Estado e Capital unidos contra o trabalhador e a trabalhadora

O escravismo colonial, que teve início desde as primeiras décadas do século XVI e perdurou até os fins do século XIX, é um dos fatos mais tristes e bárbaros para a história e, especificamente, para a história brasileira pós-invasão dos portugueses. Nesse período, o ser humano negro tinha seu corpo mercantilizado e, a partir dessa coisificação, era escravizado. Trabalhos domésticos, sexuais e nas lavouras eram as atividades mais corriqueiras desses negros e negras trabalhadores escravizados até a “libertação” em 1888.

Com o tempo e o aprofundamento do capitalismo no Brasil, as relações trabalhistas foram obrigadas a mudar, tanto por pressão da burguesia inglesa como pela débil burguesia nacional, e assim criou-se uma lei de prestação de serviços, iniciando o assalariamento no país. Essa lei, de 13 de setembro de 1830, legitima uma situação de mudança qualitativa na condição de escravização colonial. Não se escraviza mais o corpo do trabalhador e da trabalhadora, escraviza-se sua força de trabalho — essa é a grande superação das relações trabalhistas no capitalismo diante das mesmas relações no pré-capitalismo brasileiro.

No capitalismo, para sua própria sobrevivência, há em sua determinação estrutural a exploração da força de trabalho, e o agronegócio, ao territorializar o capital, soube organizar e institucionalizar o capital no campo explorando o trabalhador, a trabalhadora, o solo, a água, a fauna e a flora. Só é possível ter lucro esmagando, destruindo e negando a vida.

Em relação ao trabalhador e à trabalhadora, essa exploração para a obtenção do lucro se efetiva em sua jornada de trabalho. Na mesma jornada, há dois momentos de exploração e expropriação da força de trabalho: um, que é o tempo de trabalho pago, isto é, o tempo de

trabalho em que são produzidos bens na mesma proporção do valor do salário; outro é o tempo de salário não pago, ou seja, o tempo a mais trabalhado na mesma jornada produzindo para além daquilo em que se ganha. Se nas primeiras horas de trabalho já se produz o valor salarial que se ganha, o tempo de trabalho para além desse momento é trabalho excedente, o valor a mais criado para o lucro do capitalista. Então, na mesma jornada há o trabalho necessário para suprir o salário a receber e o trabalho excedente para suprir o lucro do capitalista que compra a força de trabalho.

Dessa forma, para se ter mais lucro é preciso, em uma mesma jornada, aumentar o tempo de trabalho excedente e diminuir o tempo de trabalho necessário. Essa é a essência estrutural do modo de produção capitalista: intensificar a exploração sobre a força de trabalho e pagar menores salários para se ganhar mais, e, quando os produtos se tornam mais competitivos nacional e internacionalmente, maximiza-se essa intensificação.

A competitividade dos produtos do agronegócio é grande. Quando concorre com os mercados internacionais, com sua alta tecnologia, o mercado nacional fica em desvantagem sobre os preços finais do produto, pois a existência de tecnologia de ponta é baixa no país. Assim, maximiza a intensificação sobre a força de trabalho, aumentando o trabalho excedente (trabalho não pago) e diminuindo o trabalho necessário (trabalho pago) para tentar igualar os valores finais e, assim, ter lucro sobre o produto.

Como grande parte dos produtos do agronegócio são *commodities* para exportação, a lógica dessa competitividade determinada pela própria natureza do Capital é vivenciada em grande parte por essas empresas capitalistas no campo. A porcentagem dos principais produtos do agronegócio no Estado do Mato Grosso para exportação é a seguinte: soja em grão, 60%; milho em grão, 63%; algodão em pluma, 58%; e carne bovina, 29%³². O mercado internacional determina o nível de exploração da força de trabalho no Mato Grosso, isto sem somar a relação de competitividade com outros estados, que, igualmente, determina a intensificação dessa exploração.

Assim, as condições estruturais do Capital, experienciadas por trabalhadores e trabalhadoras a partir da territorialização do Capital, são sentidas brutalmente, condicionando as bases fundantes ao trabalho escravo contemporâneo. Outro condicionante que se soma a essa conjuntura econômica é o desemprego, principalmente pela mecanização no campo. Nos dados de 2018 do IBGE, no Mato Grosso havia 71.042 tratores, 18.138 semeadoras/plantadeiras, 15.716 colheitadeiras, 12.892 adubadeiras. A quantidade que cada máquina desemprega é enorme, não sendo somente um desemprego conjuntural, mas estrutural, isto é, muitas vezes a atividade antes trabalhada não existe mais, é feita pela máquina. Com isso, com a geração de uma massa de desempregados, a insegurança cresce, aumentando por sua vez o desespero em encontrar qualquer serviço por qualquer renda. Assim, a vulnerabilidade de trabalhadores serem enganados por promessas e escravizados cresce.

A situação piora quando esses desempregados no campo decidem obter sua própria terra para trabalhar, produzir seu próprio sustento e morar. A concentração de terras em mãos de empresários do agronegócio, de grileiros e de fazendeiros que vivem pela especulação fundiária exclui trabalhadores e trabalhadoras desse acesso. Camponeses que possuem até 100 hectares somam 68,71% do total de estabelecimentos, isto é, a grande maioria, mas quando se analisam quantos hectares esse montante possui, a injustiça é gritante, pois possuem somente 5,01% da totalidade de hectares agricultáveis no estado.

Se o Capital desumaniza o trabalhador e a trabalhadora, o Estado não é diferente, ainda mais sendo um Estado burguês, legalizando e legitimando todas as condições necessárias para que o Capital continue a lucrar. Ainda, com o pós-impeachment de Dilma Rousseff e com a

³² IMEA. http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/Apresentacao_20190514.pdf

continua e diária implantação do neoliberalismo econômico e sua necessária muleta que é o desmonte do Estado, em suas burocracias, leis, programas e direitos sociais, o ataque às leis trabalhistas, a mudança nas regras de terceirização e a mudança na conceituação de trabalho escravo impactam diretamente a normatização da escravização de trabalhadores e trabalhadoras.

As mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que ampliam a terceirização, aumentam as horas na jornada de trabalho, reduzem as horas de descanso etc. legitimam, legalizam e banalizam direta e/ou indiretamente a ampliação da existência do trabalho escravo no Mato Grosso.

Diversos resgatados em condição de escravidão são contratados por intermediários, que são ou autônomos ou terceirizados, e, pela reforma, aumentam-se as cadeias de empresas de terceirização, elevando a probabilidade de escravização. Ainda, pelo acordo coletivo, podem-se aumentar o nível de insalubridade e as jornadas nesses espaços.

Já em relação à alteração do conceito de trabalho escravo limitando-o somente à coação da liberdade em ir e vir, é uma legalização da moderna escravidão no país e, especificamente, no campo do Mato Grosso, reduzindo assim os quatro pontos que caracterizam o trabalho escravo: condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida. A mudança, em parte, legaliza essa condição. Além de descaracterizar e legalizar, a própria efetivação de flagra nessas condições só será possível se o Grupo Móvel estiver *in loco* no momento dessa coação feita por seguranças/pistoleiros armados.

Capital e Estado estão unidos na estruturação econômica e na institucionalização político-legal da escravização moderna no campo, produzindo condições sociais, econômicas, políticas e culturais facilitadoras para a criação de trabalhadores e trabalhadoras vulneráveis a serem escravizados.

2. Escravização do trabalhador e da trabalhadora: entre vulnerabilidade e invisibilidade de trabalhadores no Mato Grosso

São nessas determinações estruturais tanto do Capital como do Estado que as condições sociais, econômicas e culturais construídas e institucionalizadas do trabalho escravo são efetivadas no cotidiano de homens e mulheres no campo mato-grossense. Os dados³³ são alarmantes. Desde 1995, ano em que o governo brasileiro reconheceu a existência de trabalho escravo, até 2018 foram 53.853 trabalhadores e trabalhadoras libertos no país, sendo 6.169 no Mato Grosso, estando, obviamente, de fora desses números os milhares de escravizados e escravizadas nem descobertos ou nem denunciados e libertos.

A condição socioeconômica de miséria da grande maioria desses trabalhadores e trabalhadoras os faz naturalizar a desumanização, a precariedade, a exploração intensificada, a barbárie, a fome, as agressões cometidas por superiores ("gato", pistoleiro, segurança, polícia, fazendeiro), a não existência de direitos, o dormitório (quando existe) precário, as jornadas exaustivas de trabalho etc. Walter Benjamin³⁴ (1994, p. 226) já declarava que "a tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral". Viver em estado de pobreza e miséria é viver em situações contínuas de 'estado de exceção'.

O nível de educação de trabalhadores e trabalhadoras escravizados é bastante denunciativo em relação à sua pobreza e miséria. Dos libertos no país, entre 1995 e 2018, que eram naturais do Mato Grosso, 90,02% estavam entre os níveis de analfabetismo e Ensino Fundamental incompleto; já os que foram libertos e residiam no Mato Grosso entre os mesmos níveis de estudo foram 93,15%. Se limitarmos a análise a somente duas categorias — analfabeto

³³ Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo – Brasil**. GO: CPT Nacional, 1995 a 2018.

³⁴ BENJAMIN, Walter. **Magia e tecnologia, arte e política**. SP: Brasiliense, 1994.

e até o quinto ano incompleto —, observar-se-á um padrão de escravização: para os libertos naturais do estado foram 59,28% e, para os que residiam no estado, foram 69,74%.

O *modus operandi* do Capital e, por sua vez, dos empresários fazendeiros do agronegócio e dos grileiros se repete continuamente não somente no perfil de instrução educativa dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados, mas igualmente na idade. Dos resgatados no Brasil, dado que não é diferente no Mato Grosso, 62,6% estão entre 18 e 34 anos, e 31,9% estão entre 35 e 54 anos. A idade é indispensável na geração de lucro, pois, quando para agregar valor ao produto se utiliza mais a força de trabalho que tecnologias de ponta, é determinante a maximização da intensificação dessa força de trabalho, por esse motivo o interesse do agronegócio nas idades entre 18 e 34 anos.

À vista disso, quando são analisadas as atividades em que os trabalhadores foram libertos no Mato Grosso vê-se a importância da força física. As principais atividades, entre 1995 e 2018, são: cana-de-açúcar, com 36%; pecuária, com 30%; lavouras temporárias, com 15%; e desmatamento, com 6%. Agora, se analisarmos os dados entre os anos 2010 e 2018, a pecuária está como primeira atividade, seguida por soja, mineração, reflorestamento, algodão e cana-de-açúcar, extrativismo, carvoaria e desmatamento. Já entre os anos 2017 e 2018, a soja (35,71%), a pecuária (29,59%), a mineração (20,4%) e o desmatamento (9,18%) foram as principais atividades em que trabalhadoras e trabalhadores foram libertos. Trabalho escravo e agronegócio se tornam irmãos siameses no Mato Grosso.

Como a intencionalidade do Capital e do Estado é não mudar o *status quo*, favorecendo assim a produção, a comercialização e o lucro do agronegócio, essa realidade socioeconômica não mudará. As condições de trabalhadores e trabalhadoras em todo o Estado do Mato Grosso são de vulnerabilidade, com risco de se tornarem escravos: segundo o IBGE³⁵, 40% recebem R\$ 843,00, em média; 28,7% têm restrição de acesso à educação; e 71,6% têm restrição de acesso a serviços básicos de saneamento. Nesse contexto social e econômico, a invisibilidade humana desumaniza tanto a percepção da sociedade como, muitas vezes, a percepção de si mesmos — é por isso que uns e outros não se veem na condição de escravizados. Há uma linha contínua entre sua vida particular e sua vida no trabalho, e isso dificulta até as denúncias, pois tanto quem está fora dessa relação de exploração como quem está dentro não consegue identificar a condição de escravidão.

Nesse contexto, as mulheres estão estruturalmente mais vulneráveis e invisíveis que os homens. O patriarcalismo estrutural e o machismo cultural são experienciados na realidade do trabalho escravo quando é a esposa de um dos trabalhadores que prepara a alimentação dos trabalhadores homens ou faz diversas outras "pequenas" atividades para o patrão sem nenhuma remuneração. A percepção da condição de escravidão aqui também é, por vezes, nula. Historicamente, mulheres estão submetidas a grandes diversidades de atividades, trabalhos não remunerados, em diversos espaços e instituições, principalmente aos trabalhos ligados ao domicílio. Dessa maneira, ao reproduzir as mesmas atividades em fazendas, não é percebida nem por ela nem pelos trabalhadores contratados uma condição de um trabalho que deveria ser remunerado. A relevância e a utilização da força de trabalho de mulheres são anuladas e invisíveis, fazendo-as mais vulneráveis que os homens.

São essas condições de vulnerabilidade e invisibilidade que fazem do Mato Grosso o segundo no *ranking* nacional de escravizados libertos, ficando somente atrás do Pará. Dos 141 municípios no estado, 86 (60,99%) já entraram na lista de trabalhadores e trabalhadoras libertos entre os anos de 1995 e 2018, totalizando 6.618 escravizados libertos. Desses 86 municípios, 16 passaram de 100 libertos, totalizando 4.434 escravizados libertos, ou seja, 71,88% do total.

³⁵ IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/45/62585>.

Quando se sacraliza o lucro, profana-se a vida; quando o único objetivo é o lucro a qualquer custo, os imediatamente penalizados são trabalhadores e trabalhadoras. O agronegócio com seu discurso "*pop*" não é diferente da *plantation* colonial brasileira: escravismo colonial e escravismo capitalista. O domínio sobre o corpo ou sobre a força de trabalho é sempre a negação do trabalhador em suas humanidade e dignidade.

Reflexões finais e recomendações

A intensificação da exploração da força de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras é estrutural em uma realidade socioeconômica que tem por intencionalidade o lucro. Dessa forma, para combater a escravização de homens e mulheres, além da conscientização, da ratificação de leis mais justas e humanizadas, e do fortalecimento da fiscalização em empresas e fazendas, é necessário transformar a estrutura criadora dessa condição de escravidão. Sem combater a raiz do problema, a luta contra o trabalho escravo será eterna.

Contudo, não se deve assegurar uma luta em detrimento da outra. Deve-se manter o empenho pela conscientização, por melhores leis e por mais fiscalizações, por isso a importância da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE). Seu desmonte devido aos interesses do Capital é inaceitável. Por isso, há de se lutar para que organizações como essa sejam mais bem estruturadas e dinamizadas para combater, fiscalizar e denunciar os escravizadores contemporâneos.

Assim, as principais linhas de atuação de combate ao trabalho escravo contemporâneo são a instituição de leis que combatam e punam, e a educação. Estamos em um momento de ataque às leis trabalhistas, de sua fragilização, por isso tem-se que lutar para que essas leis sejam mais justas ao trabalhador; simultaneamente, tem-se que conscientizar as populações do campo e da cidade sobre a existência dessa realidade, sua conceituação, como fazer a denúncia e a necessidade de se organizarem para transformar as estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas fundadoras e mantenedoras do trabalho escravo. Prevenir, combater e erradicar são o tripé da linha de atuação diante dessa realidade, que teima em permanecer no tecido social.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Magia e tecnologia, arte e política**. SP: Brasiliense, 1994.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 1995.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 1996.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 1997.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 1998.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 1999.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2010.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2011.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2012.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2013.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2014.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2015.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2016.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2017.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/45/62585>.

INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA (IMEA). **Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso**. Cuiabá, 2019. Disponível em: <http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/Apresentacao_20190514.pdf>.

CONFLITOS NO CAMPO, AGRONEGÓCIO E ESTADO.

A institucionalização da violência no campo e a luta por terra, por trabalho, por alimentação e pela vida.

Cristiano Apolucena Cabral

Filósofo, Doutorando em Educação, membro da Comissão Pastoral da Terra – CPT, MT.



Introdução

A realidade no campo no Estado de Mato Grosso continua sendo violenta, perversa, excludente e assassina, tudo em nome do lucro, o qual é a cada ano maior. Nesse sentimento de ganância institucionalizado na política e na economia, o respeito e a valorização da vida não têm lugar. É isso o que está acontecendo no estado: concentração de terras e lucros; envenenamento por agrotóxico em solos, águas, alimentos, plantas e seres humanos; negação de acesso à água potável aos mais pobres; violências física e psicológica; negação de direitos e acesso à lei; e assassinatos.

No biênio de 2017 e 2018, os conflitos no campo cresceram, principalmente em relação a indígenas, assentados e sem terras. Somando, nesses dois anos o conflito no campo atingiu 68.882 pessoas. Não há somente esse dado alarmante; nesse mesmo período a pistolagem cresceu 103,11%, as famílias despejadas pelo Poder Judiciário aumentaram 88,39% e as famílias expulsas por policiais e pistoleiros a mando de empresários fazendeiros aumentaram 13.650%.

Se não for um empresário do agronegócio ou um grileiro, é perigoso querer produzir a própria existência no campo. A vulnerabilidade e a violência são estruturais no estado, estão burocratizadas em suas diversas administrações, presentes na intencionalidade econômica do agronegócio, banalizadas na sociedade. Os dados e a própria realidade denunciam essa determinação histórica dessa capitalização do território e territorialização do Capital no Mato Grosso.

1. Agronegócio e Estado. Política e economia que absolutizam o lucro em detrimento da vida: fundamentos determinantes para a violência

A história teima em se repetir em Mato Grosso. O trinômio terra-trabalho-capital, sob uma única intencionalidade política, econômica e social que é o lucro, carrega em sua própria natureza o biocídio. Para a acumulação de capital, não há barreiras! Dominam-se a terra, a força de trabalho, os meios de produção, a fauna, a flora, a água, os desejos, as vontades, os comportamentos e as atitudes para serem explorados e expropriados na satisfação da acumulação de mais capital — essa é a lógica desse sistema.

Com esse objetivo, no Mato Grosso aconteceu e acontece a territorialização do Capital, em que este se presentifica no território. Fertilizantes, adubos, sementes e defensivos são industrializados para agregarem valor; a mecanização é ampliada e, na força de trabalho sobrando, é intensificada a exploração. A ampliação do Capital é o objetivo fim que determina toda a organização e a estruturação do Capital no campo.

Em 2017, segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária³⁶ (IMEA), o valor bruto da produção no estado chegou a atingir R\$ 63,47 bilhões, sendo da agricultura 77,5% e, da pecuária, 22,5%. Já em 2018, a Amaggi, empresa que pertence à família do ex-ministro da Agricultura e ex-governador do estado Blairo Maggi, "teve um lucro líquido 50% maior"³⁷. O valor bruto da produção (VBP)³⁸ está dividido em 78% para a agricultura (soja, 46%; algodão, 16%; milho, 13%; cana-de-açúcar, 2%; o mínimo para arroz, feijão e mandioca) e 22% para a pecuária (gado, 18%; aves, 2%; suínos, 2%). É um lucro gigantesco limitado a pouca variedade, o qual determina a continuidade dessa limitada produção no campo.

Esses lucros determinam os rumos tomados pelo Estado em relação à economia, à sociedade, aos investimentos em educação e às diversas políticas públicas. O Capital se mantém com seu imperativo determinante sobre os rumos de toda a sociedade; e, como o Estado de Mato Grosso tem enquanto base econômica a produção de empresários do campo, estes impõem seus objetivos a toda a sociedade, mediados pelo Estado. Dessa forma, o território do agronegócio somente aumenta, enquanto o território de camponeses e camponesas de assentamentos e comunidades tradicionais diminui a cada ano. Em um total de 118.599 estabelecimentos³⁹ rurais, os camponeses que possuem até 100 hectares são donos de 81.499 estabelecimentos, ou seja, 68,71% do total. Agora, essa realidade injusta se faz gritante quando comparada à área que esses estabelecimentos possuem. Em um total de 54.830.814 hectares, esses pequenos produtores possuem somente 2.751.366, ou seja, 5,01% da totalidade.

Grilagem de terras, legalização e legitimação dessas grilagens pelo Estado, representado em seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a facilitação de INCRA e INTERMAT para limitar o acesso à terra pelos pequenos produtores e facilitá-lo aos empresários da agropecuária, madeireiros e mineradores são alguns dos desmandos determinados pelo Estado à concentração de terras. Uma das consequências dessa concentração é a monocultura, que reduz a produção e a criação a poucas variedades. Segundo o IMEA⁴⁰, de 15 milhões de hectares de produção, a soja domina 9,5 milhões; o milho, 4,6 milhões; e o algodão, 0,8 milhão. Já a criação bovina está na casa dos 30 milhões de cabeças. Outra condição é a diminuição da biodiversidade e a utilização de agrotóxicos, que impacta diretamente a fragilização do solo, criando desequilíbrios em todo o ecossistema, envenenando a fauna, a flora, o rio, o lençol freático e o solo, os trabalhadores, os alimentos e os consumidores.

Além da territorialização do Capital, há a capitalização do território, em que o próprio território se capitaliza. Isso acontece quando se criam valores a partir da terra em si mesma, tais como: juros fundiários e especulação fundiária, ou até sua instrumentalização para acesso a financiamentos e créditos.

Há, assim, na estrutura político-econômica fundiária e agrícola do Mato Grosso a absolutização da mercantilização e do lucro, e, conseqüentemente, a restrição à vida pela intensificação da exploração da natureza e de trabalhadores e trabalhadoras, pelo seu envenenamento, pela exclusão de acesso à terra e ao trabalho para pequenos produtores etc., produzindo uma massa de sujeitos do campo vulneráveis a pobreza, miséria, fome, superexploração da força de trabalho, trabalho escravo, envenenamento, inacessibilidade à terra de trabalho e à terra-de-consumo, e invisíveis ao poderes executivos, legislativos e judiciários, além de igualmente invisíveis à mídia e à sociedade, às políticas públicas, aos direitos etc.

³⁶ <https://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=25606¬icia=agronegocio-tem-producao-recorde-e-gera-mais-de-r-63-bilhoes-em-mato-grosso-em-2017>.

³⁷ <https://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=26829¬icia=com-receita-de-r-173-bilhoes-amaggi-fecha-2018-com-lucro-liquido-50-maior>.

³⁸ IMEA. http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/Apresentacao_20190514.pdf.

³⁹ SCARABELLI, Vanderli; LIMA, Eloísa A. C. R. **Privatização da Reforma Agrária**. Texto submetido à publicação.

⁴⁰ IMEA. http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/Apresentacao_20190514.pdf.

2. Realidade do campo: institucionalização da violência, estado de exceção e banalidade do mal aos sujeitos vulneráveis

São esses determinantes históricos no cotidiano no campo mato-grossense que impulsionam uma indignação social e política de camponeses e camponesas de assentamentos, acampamentos e comunidades tradicionais, de quilombolas, povos indígenas, trabalhadores e trabalhadoras assalariados, posseiros e posseiras etc.

Os dados⁴¹ dos conflitos no campo no biênio 2017-2018 denunciam o agravamento da violência sobre esses sujeitos sociais. Os municípios envolvidos em conflitos por terra aumentaram 24,13%, passando de 29 para 36, em uma totalidade de 141 municípios em todo o estado. O total de envolvidos foram, em 2017, 4.790 famílias e, em 2018, 5.154. Indígenas e sem-terra foram os sujeitos sociais que mais sofreram. Em 2017, 1.864 indígenas e 1.240 sem-terra estavam em conflitos para garantir seus direitos à vida, à terra, ao trabalho e à alimentação. Já em 2018, aumentaram para 1.904 e 1.674, respectivamente. Porém, o grande aumento de violência sofrida nesse biênio foi sobre os assentados, de 46%, passando de 650 famílias envolvidas em 2017 para 949 em 2018.

Esses dados são alarmantes, demonstrando a vulnerabilidade que a vida tem diante do Capital, do Mercado. Anteriormente, foi apresentada a presença desse Mercado e do Estado no campo fundamentando a base sustentadora para os conflitos, mas ainda há outras realidades que aprofundam o grito da criatura oprimida, tais como os ataques às políticas sociais, como Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família, os desempregos estrutural e conjuntural, e a limitação de acesso ao Ensino Superior público pelo Fies ou Prouni.

Essas realidades acentuam as condições desfavoráveis de pessoas que saíram do campo para a cidade no período dos governos do Partido dos Trabalhadores, que agora, pós-crise econômica e pós-impeachment de Dilma Rousseff, retornam ou tentam retornar ao campo ou para acessar a terra ou em busca de trabalho assalariado. Porém, tanto para um como para o outro não é simples a conquista. O agronegócio, com suas condições de intensificação da exploração, dificulta a permanência de trabalhadores sob seus grilhões, isto quando conseguem, pois, com a mecanização, muitos não têm mais essa "oportunidade". Quanto aos que intencionam ter sua terra para trabalhar, morar, produzir alimentos e gerar renda, está cada vez pior. Em 2017, houve somente dois assentamentos; já em 2018, houve apenas um.

Já os acampamentos obtiveram um crescimento do tamanho da crise econômica para os sujeitos sociais. A quantidade de famílias acampadas aumentou 393,75% de 2017 para 2018, tendo um crescimento no número de famílias de 96 para 476, respectivamente. Porém, em relação a ocupação aconteceu o oposto: houve uma diminuição de 40,48%, caindo de 1.025 para 610 famílias que optaram em ocupar as terras de interesses. Essa diminuição é denunciadora. As violências por parte do Estado ou dos empresários se presentificam no cotidiano de camponeses e camponesas sem-terra em todo o Estado do Mato Grosso, afetando a organização e a ação política de ocupação.

Em 2017, 5.592 famílias sofreram violências em processos de ocupação e posse; já em 2018, foram 5.454 famílias. As denúncias de violências efetivadas pelo Estado ou por empresários vão de agressões físicas a tentativas de assassinatos, destruição de bens, prisões, agressões psicológicas, ameaças etc. A sensação de vulnerabilidade e de estar vivendo em um estado de exceção se faz presente nesses momentos de angústia e medo. Os despejos com ordem judicial aumentaram 88,39% entre 2017 e 2018, passando de 336 famílias despejadas para 633, respectivamente. Já as famílias expulsas por pistoleiros ou policiais a mando dos empresários fazendeiros aumentaram de maneira absurdamente perversa em 13.650% de 2017 a 2018, saindo de 4 famílias em 2017 para 550 em 2018.

⁴¹ Todos os dados de conflitos no campo foram retirados dos cadernos de Conflitos no Campo Brasil de 2017 e 2018. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo - Brasil**. GO: CPT Nacional, 2018; 2019.

Pela institucionalização da violência, como *modus operandi* do Capitalismo e do Estado no campo, camponeses e camponesas sentem que, mesmo com direitos constitucionais formais, estão vivendo em estado de exceção, isto é, "uma suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico"⁴², por isso o medo. Sabe-se que a justiça, a polícia e os políticos são parciais, sabem que o dinheiro é superior ao direito e à vida; sabem e sentem o poder da violência e da morte, tão poderoso, que a pistolagem, realidade estrutural e cultural no Mato Grosso, tem crescido em suas ações. Aumentou 103,11% de 2017 a 2018, passando de 578 famílias, em 2017, que sofreram ações de pistoleiros para 1.174 em 2018.

A maldade e a violência são banalizadas nessas ações de pistoleiros, nos despejos e nas expulsões. As ações possuem um nível de crueldade inimaginável: assassinatos a sangue frio, jogar combustível em criança para queimá-la em fogo, agressões físicas com pau, agressões psicológicas das mais variadas e ameaças. A ausência de julgamento ético e legal nesse cumprimento de ordens recebidas pelo Poder Judiciário ou pelo empresário fazendeiro manifesta a banalidade do mal tanto pelos que ordenam como pelos que somente a cumprem. O "outro", que já era vulnerável e invisível, tornou-se negado.

No Mato Grosso, a população rural é de 552.321 pessoas. Somando as pessoas que sofreram algum tipo de conflito no campo nos anos de 2017 e 2018, foram 68.882 indivíduos, pouco mais de 12% da população rural no estado. Essa quantidade fornece uma ideia da gravidade da situação no campo, uma terra sem lei, ou, como afirma o ditado popular, "a lei aqui é a lei da bala", bala que não somente fere, mas mata. Entre 2017 e 2018, somam-se 11 assassinatos. Desses, um massacre, no ano de 2017, com nove pessoas em Colniza, um município que faz parte de uma região altamente violenta contra posseiros, sem-terra, assentados e indígenas. A forma brutal desse massacre ainda é lembrada em todo o estado, principalmente pela impunidade. Já foram assassinadas no campo mato-grossense 138 pessoas entre os anos de 1985 a 2018, mas nenhum mandante foi até hoje preso. Desses 138, 55 mortes ocorreram em chacinas, nove no total: Alta Floresta (1986), com dez pessoas mortas e, depois, em 1987,, com quatro vítimas; Aripuanã (1989), com cinco assassinatos; Jauru (1986), com cinco pessoas mortas; Juína (1986), com oito e, depois, mais seis vítimas (1986); Terra Nova do Norte (1990), com cinco mortes; Colniza (2007), com três pessoas e, novamente, em 2017, com nove assassinatos. Por terra e por lucro, vale a pena assassinar no estado.

Além dos conflitos gerados pelo agronegócio, pela grilagem de terras e pelo Estado, há os conflitos oriundos do hidronegócio. O Brasil é o país no mundo com a maior área agricultável — 360 milhões de hectares — e o que possui a maior quantidade de água doce no mundo (13%). Isso faz do país o celeiro do mundo. Já o Mato Grosso possui igualmente uma grande quantidade de terra agricultável e água doce em seus rios, riachos, lençóis freáticos e aquíferos (Aquífero Guarani, no sul do estado; e Sistema Aquífero Parecis — Aquífero Salto das Nuvens, Aquífero Utariti, Aquífero Ronuro —, que se localiza na região centro-norte do estado). As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), as usinas hidroelétricas, as irrigações por pivôs, o assoreamento e o envenenamento das águas por agrotóxicos são algumas das ações de empresários e do Estado a este bem natural tão necessário à vida. Com a limitação, ou até negação ao acesso à água — e água de fato potável —, diversos sujeitos sociais do campo estavam em conflitos pela água. Entre os anos de 2017 e 2018, somaram-se 2.699 pessoas em conflito pela água.

Terra, água, trabalho, comida, geração de renda e defesa da natureza são direitos e deveres fundamentais à vida e à Democracia. Negá-los é a criação e a estruturação na sociedade de anomalias sociais perversas fundamentadoras na criação de marginalizados, excluídos, vulneráveis sócio-político-econômicos, invisíveis etc. Por esse motivo, organizam-se,

⁴² AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. SP: Boitempo, 2004, p. 39.

lutam, debatem, manifestam. Entre 2017 e 2018, somaram-se em manifestações 10.4013 pessoas em todo o estado sobre as diversas demandas do campo. Eram indígenas, quilombolas, posseiros, acampados, assentados, povos de comunidades tradicionais, ribeirinhos, assalariados do campo, retireiros etc., uma diversidade de saberes, culturas e maneiras de produzir a própria existência e de lutar. Porém, com a violência crescente desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, houve a diminuição de 68,23% das pessoas em manifestação nesses anos referidos. Lutar por direitos tornou-se um crime ou legalizado pelo Estado ou legitimado pela sociedade.

Reflexões finais e recomendações

No Mato Grosso, a situação do povo do campo está cada vez mais violenta. Os últimos governadores — Blairo Maggi, Silval Barbosa, Pedro Taques e Mauro Mendes — são publicamente contra indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, e trabalhadores assalariados do campo. Somando-se a eles estão o ex-presidente golpista Michel Temer e o presidente Jair Bolsonaro, de cunho fascista e cuja família possui ligação com milicianos. Esses governadores e presidentes institucionalizaram a violência no estado, alicerçando uma distopia autoritária não somente nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas em diversas instituições públicas e privadas, na mídia e no cotidiano das relações interpessoais.

Exemplos são a Lei Antiterrorismo, que criminaliza qualquer indivíduo ou grupo que se manifesta contra os detentores do poder em favor da vida e por direitos, e a defesa do presidente fascista Jair Bolsonaro do excludente de ilicitude que permite a reação com armas de fogo de civis e policiais sem serem condenados. Em um estado em que existe a banalidade do mal e da violência sobre sujeitos sociais historicamente invisíveis e vulneráveis, que já vivem em estado de exceção, tornam-se legais os assassinatos dos mais pobres, excluídos e marginalizados.

Será somente com a organização dos vários sujeitos sociais do campo na luta contra a exclusão do acesso a terra, água, trabalho, comida, moradia e renda e contra as diversas formas de violência efetivadas tanto pelo Estado como por empresários fazendeiros que essa realidade poderá se transformar.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. SP: Boitempo, 2004, p. 39.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo – Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo – Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA (IMEA). **Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso**. Cuiabá, 2019. Disponível em: http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/Apresentacao_20190514.pdf.

MERCURI. Isabela. Com receita de R\$ 17,3 bilhões, Amaggi fecha 2018 com lucro líquido 50% maior. **Olhar Direto**, Cuiabá, 18 Abr. 2019. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=26829¬icia=com-receita-de-r-173-bilhoes-amaggi-fecha-2018-com-lucro-liquido-50-maior>.

SANTANA. André Garcia. Agronegócio tem produção recorde e gera mais de R\$ 63 bilhões em Mato Grosso em 2017. **Olhar Direto**, Cuiabá, 04 Out 2017. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=25606¬icia=agronegocio-tem-producao-recorde-e-gera-mais-de-r-63-bilhoes-em-mato-grosso-em-2017>.

O CENTRO DE PASTORAL PARA MIGRANTES EM MATO GROSSO E SEUS DESAFIOS NO ATENDIMENTO INTEGRAL AO MIGRANTE

Bianca Vasquez Pistório*
Eliana Aparecida Vitaliano**

* Psicóloga, pesquisadora do NEAST, Saúde Coletiva, UFMT

** Pedagoga, Centro da Pastoral dos Migrantes, CPM-MT



Introdução

O Centro de Pastoral para Migrantes (CPM) foi fundado em 17 de agosto de 1980, quando, atenta à conjuntura nacional e ouvindo o clamor do grande êxodo de brasileiros do campo para as cidades, a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no ano de 1980, lançou a Campanha da Fraternidade com os temas "Fraternidade e Migrações" e o lema "Para onde vais?". Como gesto concreto, a Igreja de Cuiabá, em parceria com os Missionários Scalabrinianos, iniciou um trabalho de acolhida, orientação e encaminhamento de migrantes, prestando assim um serviço à igreja e à sociedade cuiabana. A instituição se caracteriza como entidade particular e de caráter filantrópico, mantida pela Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, dirigida pelos Missionários Scalabrinianos, que têm como missão o atendimento a migrantes.

A relevância da existência de um serviço de apoio ao migrante se encontra no crescente fenômeno da migração, tema que se encontra na pauta mundial. Na América do Sul, por exemplo, o Brasil é o terceiro colocado como país que mais recebe imigrantes e é um dos países do continente com maior relevância econômica, possuindo vasta extensão territorial, tendo 121 municípios de 11 estados brasileiros que fazem fronteira com dez países da América do Sul. Por esses motivos, o Brasil atrai as pessoas que saem de suas pátrias em busca de condições mínimas de sobrevivência para garantir sua dignidade, contudo, ainda assim, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, mais de 3 milhões de brasileiros estão em outros países, e, em contrapartida, pouco mais de 700 mil imigrantes vivem aqui. Este número não chega nem a 0,4% da população brasileira, que ultrapassa 209 milhões de pessoas.

O Centro de Pastoral para Migrantes, além de dar atendimento a migrantes na sede, preocupa-se com a realidade da mobilidade humana existente em Cuiabá e região, agindo como centro propulsor na defesa e na garantia de direitos e valores do migrante, no resgate da cultura e dos costumes, e no fortalecimento da cidadania.

Tendo como finalidade ser um espaço de acolhida, apoio e integração do migrante, por meio da oferta de abrigo, serviços básicos de alimentação e higiene pessoal, orientação e encaminhamentos, a instituição tem hoje o grande desafio de trabalhar de maneira integral, considerando a necessidade de atender à integralidade do migrante, o que exige o trabalho considerando múltiplos eixos e em rede com o estado, sociedade civil e, também, com o setor privado.

Assim, o CPM tem assumido o papel de sensibilizar a sociedade para a temática da mobilidade humana, fomentando laços de solidariedade para o atendimento integral de seu público.

Fato é que o fenômeno da migração tomou novas proporções e se reconfigurou nos últimos anos, inclusive no Estado de Mato Grosso, o que desafiou a instituição a assumir uma nova postura frente a esse novo cenário, adequando seu serviço em conformidade com as exigências dos novos rostos de migrantes e também da Lei de Migração (BRASIL, 2017), que entrou em vigor em novembro de 2017, e hoje se encontra regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017.

A migração em Mato Grosso e a atuação do Centro de Pastoral para Migrantes

A questão da migração em Mato Grosso está diretamente ligada ao processo da ocupação do território nacional. A partir de 1964, com o objetivo de defender o território, começou-se a "Marcha para o Oeste", ocupando os espaços que até então estavam desabitados (MORENO, 2007). Além da política de ocupação territorial, também se pensava no desenvolvimento da agricultura no Brasil, com sua modernização com foco em produção para a exportação (PRADO JUNIOR, 2004, 2007; GRAZILIANO SILVA, 1982).

Para atender a essa demanda nacional, pessoas passaram a se mover no espaço geográfico incentivadas pela ideia de desenvolvimento pessoal (PORTO; CASTRO, 2012). É nesse contexto que surge a presente instituição para atender o público de migrantes internos, principalmente trabalhadores rurais, que tinham em Cuiabá um ponto de apoio para seguirem viagem rumo à ocupação do norte de Mato Grosso (MORENO, 2007). Cabe ressaltar que nesse processo novos municípios se originaram: em 1970, Mato Grosso possuía 34 municípios e, em 1990, eram 95 (MORENO, 2007), o que reforça a ideia de que foi preciso a migração de populações para habitar essas novas cidades.

Nos primeiros 30 anos de existência da instituição, o público atendido caracterizava-se por migrantes internos, oriundos de outros estados do Brasil, que se deslocavam principalmente em busca de trabalho. Tratava-se, em sua maioria, de pessoas com baixo nível de escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional (documentos internos). Dentro dessa caracterização, podemos incluir os trabalhadores rurais, tais como catadores de raiz e sementes, canavieiros, tarefeiros, trabalhadores de empreita e outros.

Já desde o ano de 2010, em virtude de desastres naturais ocorridos no Haiti, a população deste país passou a buscar o Brasil como refúgio, e então a demanda do público atendido na instituição se reconfigurou. Hoje, a demanda de migrantes internacionais é maior que a do público interno (migrantes brasileiros). Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Brasil foi um dos principais destinos dos haitianos desde 2010. Já dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal apontam que 72.406 haitianos entraram no Brasil entre 2010 e 2015, enquanto 12.656 saíram no mesmo período, resultando em um saldo de 59.750.

Em seus 38 anos de história, a instituição já atendeu mais de 210 mil migrantes, homens, mulheres e crianças, o que justifica o funcionamento desse serviço e sua manutenção para os anos vindouros, já que a migração é um fenômeno mundial que tem tomado proporções cada vez maiores e que possui número crescente no Brasil e também em Mato Grosso, por configurar-se, segundo a ideologia dominante, como um estado de oportunidades devido à sua história econômica.

Com as obras da Copa do Mundo em Cuiabá, muitos desses migrantes haitianos foram atraídos por oportunidades de trabalho, sendo que dados institucionais internos apontam para o crescente número do público atendido: em 2010, os atendimentos anuais foram de 385 pessoas,

e, em 2013, de 1.635, com mais de 60% de migrantes de nacionalidade haitiana. Esse número, então, decresce gradativamente e aumenta novamente em 2018 com a migração venezuelana.

No quadro a seguir, apresenta-se o número dos atendimentos realizados pela instituição desde sua fundação, o que pode imprimir também a dinâmica do processo de migração ocorrido em Mato Grosso nos últimos 30 anos, bem como corrobora a historicidade da ocupação territorial do estado.

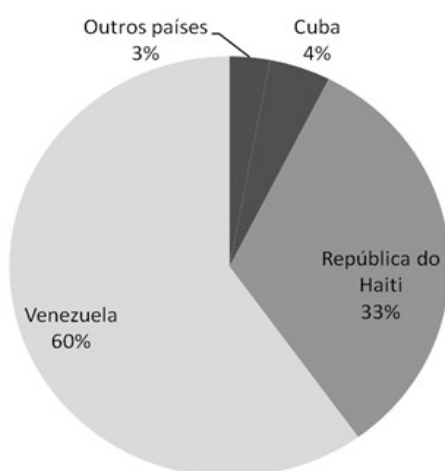
Quadro 1 - Atendimentos realizados de 1980 a 2018.

ANO	Nº MIGRANTES ATENDIDOS
1980-2002	199.979
2003	1.000
2004	994
2005	1.026
2006	591
2007	404
2008	404
2009	462
2010	385
2011	486
2012	488
2013	1.635
2014	874
2015	944
2016	520
2017	543
2018	1.046
TOTAL	211.781

Fonte: Dados internos, Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá-MT.

Em 2018, é possível perceber o novo aumento do público em busca de acolhimento, e, acompanhando a conjuntura da migração venezuelana, Mato Grosso acabou também sendo um local de mobilidade para esses migrantes. Na descrição do público atendido em 2018, conseguimos ter essa dimensão.

Figura 1 - Nacionalidade dos migrantes acolhidos em 2018 no Centro de Pastoral para Migrantes, Cuiabá-MT.



Dados internos, Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá-MT.

Portanto, de 1.046 pessoas atendidas em 2018, 60% foram venezuelanas. No que corresponde aos 3% de migrantes de outras nacionalidades, apresentam-se colombianos, africanos e outros procedentes principalmente da América do Sul.

Objetivando contribuir com o recente processo humanitário da migração venezuelana, a instituição tem recebido de maneira sistemática, desde abril de 2018, venezuelanos encaminhados pelo governo federal do Brasil e pela ONU, por meio do Programa Nacional de Interiorização, sendo que em 2018 foram cinco grupos de interiorização recebidos, que somaram mais de 150 pessoas, sem contar a demanda que busca a instituição de forma espontânea. A seguir, apresentamos uma descrição mais detalhada do público atendido em 2018 por mês de atendimento:

Quadro 2 – Quadro de atendimento do público acolhido em 2018 por mês no Centro de Pastoral para Migrantes, Cuiabá-MT.

MÊS	INTERIORIZAÇÃO	FAMÍLIAS	ADULTOS	CRIANÇAS/ ADOLESCENTES	LGBTQ+	DOENTES	TOTAL
Janeiro	0	1	37	0	0	3	37
Fevereiro	0	0	30	0	0	8	30
Março	0	1	40	0	0	4	40
Abril	66	25	80	19	0	3	99
Maio	29	23	95	24	0	4	119
Junho	0	24	111	23	0	3	134
Julho	24	8	115	18	0	1	133
Agosto	0	13	96	16	0	0	112
Setembro	25	10	94	13	0	1	107
Outubro	0	4	79	6	0	1	85
Novembro	20	9	80	2	5	1	82
Dezembro	0	8	65	3	5	1	68
TOTAL	164	126	922	124	10	30	1.046

Dados internos, Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá-MT.

Além do público listado no quadro de atendimento, que busca o CPM como abrigo, existe também o atendimento médio diário de 50 pessoas, que chegam em sua maioria sem encaminhamento de um órgão específico ou que são encaminhadas pelo Posto de Atendimento do Terminal Rodoviário, pela Assistência Social do Governo do Estado, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, pela Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Mato Grosso, pelo Ministério Público do Trabalho, pela Polícia Militar, por igrejas, entre outros.

Fato é que a imagem do estado como um lugar de oportunidades atrai também armadilhas sociais, desafiando a instituição a combater a violação dos Direitos Humanos para com seu público atendido, já que o fato de ser migrante configura-se por si só uma condição vulnerável de superexploração, principalmente de trabalho.

Dessa forma, além de se preocupar com o fenômeno da migração e atuar no acolhimento, entendendo que essa pauta está atrelada a outros fenômenos que vulnerabilizam a promoção dos Direitos Humanos, o CPM, desde que existe em Mato Grosso, oferece assistência a vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas, e também milita em prol de seus combates juntamente com outras instituições parceiras, como a Comissão Pastoral da Terra; o Centro Burnier Fé e Justiça; o Fórum de Direitos Humanos e da Terra; a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-MT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público do Trabalho (MPT-MT), entre

outras. A entidade também tem assento no Conselho Estadual de Direitos Humanos, no Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e na Comissão de Erradicação ao Trabalho Escravo. Ainda, o CPM também atuou como parceiro do Projeto Ação Integrada, acolhendo os trabalhadores egressos do trabalho escravo e vulneráveis a ele assistidos por este projeto.

Inerentemente à necessidade de atender ao perfil do público atendido, o CPM assumiu a postura de avançar em suas até então atividades precípuas (acolhida e apoio ao migrante) para pensar ações que visem atingir a missão de ser um centro propulsor de defesa e garantia dos direitos do migrante, seguindo as orientações do Papa Francisco de acolher, proteger, promover e integrar.

Migração, acolhimento e atendimento a migrantes: seus principais desafios

Os migrantes que passam pelo CPM carregam consigo diariamente casos diversos e que necessitam de respostas ágeis. O que mais tem inquietado a instituição é a falta de autonomia e a incapacidade de responder rapidamente a essas expectativas.

A continuidade do atendimento a migrantes e suas famílias que fixam residência em Cuiabá é outro ponto necessário de discussão, pois não há política pública para seu atendimento, e verifica-se que os órgãos públicos não buscam especializar-se nessa demanda, o que faz com que os migrantes locais considerem o CPM como referência para suas necessidades diversas, sejam nas áreas da saúde, da assistência social, do trabalho, da moradia e outras, além das especificidades no que tange ao perfil do público: homens, mulheres, crianças e adolescentes, LGBTQ+, trabalhadores e trabalhadoras, e pessoas doentes e em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente, vemos a questão do êxodo de venezuelanos como pessoas vítimas de um sistema político e econômico que as fez buscar novos lugares de moradia, o que acabou gerando uma situação de calamidade pública em Roraima. Para atender a essa situação, o governo brasileiro e organismos internacionais passaram a desenvolver o Programa Nacional de Interiorização, no qual, de maneira voluntária, venezuelanos são deslocados deste estado para outras localidades do Brasil. Portanto, é relevante que organizações especializadas apoiem essa iniciativa, buscando estruturar o serviço existente e garantir a defesa dos Direitos Humanos do público-alvo, ajudando a pressionar o Estado e seus órgãos públicos a se responsabilizarem e estruturarem propostas para atender a essa demanda, que acaba sendo absorvida pela sociedade civil organizada.

Por fim, o fenômeno da migração perpassa também a discussão sobre as vulnerabilidades sociais, entre elas a questão do trabalho escravo, pois sabe-se que esse público se encontra em uma situação socioeconômica desfavorável que o transforma em presa fácil para o aliciamento por uma questão de luta pela vida e para suprir necessidades básicas. Cabe ressaltar que, além da migração internacional, tem-se a migração interna, que é conhecida como uma característica inerente à maior parte dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Brasil.

O principal desafio atual, portanto, é atender a essa demanda humanitária crescente, principalmente de migrantes oriundos da Venezuela, do Haiti e de Cuba, que recorrem ao CPM diariamente em busca de dignidade humana. Contudo, como uma entidade filantrópica e de cunho religioso, apresentam-se limitações de recursos humanos e materiais, de modo que se faz também necessário sensibilizar a sociedade civil de maneira geral para cumprir sua parte, além de provocar o Estado para sua responsabilização nesse processo.

Referências

BRASIL. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

GRASIANO, Neto F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORENO, Gislaine. **Terra e poder em Mato Grosso**: Políticas e mecanismos de Burla, 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas, EDUFMT, 2007.

PRADO, Junior C. **História econômica do Brasil**. 46. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A questão agrária**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.



A água, por ser o recurso natural de maior volume e importância para a existência e a reprodução da vida, é, dentro de uma sociedade de classe, objeto de conflitos que vêm crescendo a cada ano. Só no Brasil, são 1.626 conflitos envolvendo 551.204 famílias, quase 3 milhões de pessoas nos últimos 16 anos, sendo que os números mais alarmantes são os do ano de 2018 — é o que aponta o último caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra.

Para termos uma ideia da importância desse recurso, só o Brasil tem 12% da água potável do mundo, espalhada por mais de 200 mil microbacias em 12 regiões hidrográficas, ou seja, uma abundância desse recurso — isso é 19 vezes superior ao que a ONU recomenda como volume de água mínimo por habitante ao ano, que é de 1.700 m³/s.

A utilização desses recursos nas atividades econômicas é liderada pela agricultura e pela pecuária, especialmente a criação de gado e os plantios irrigados de cana-de-açúcar e arroz. Já na indústria, segunda maior demanda de água do país, o consumo é muito maior do que o residencial. Todas as bacias hidrográficas são impactadas por uma ou mais dessas atividades, que muitas vezes acabam interferindo na agricultura familiar, no campesinato, em comunidades ribeirinhas e pescadoras, e em povos indígenas e quilombolas. A forma e a intensidade dessas interferências acabam recorrentemente gerando inúmeros conflitos envolvendo trabalhadores, empreendedores e o Estado brasileiro.

O simples uso, ou a restrição de uso, da água não é o único causador de conflitos. No caso do agronegócio, além do uso da água para irrigação e criação de gado, ainda há uma grande contaminação por resíduos de agrotóxicos, lixiviação de compostos nitrogenados industriais e assoreamento dos leitos de cursos d'água. Para se ter noção da proporção desse impacto, atualmente, segundo dados do SISAGUA disponíveis na internet, cerca de 2.300 municípios brasileiros têm algum nível de contaminação por agrotóxicos nas águas da rede de abastecimento.

A bacia amazônica, por ser uma das mais importantes do país, é uma das mais impactadas pelo uso e pela contaminação da água, tanto pelo agronegócio como pela mineração e pela construção de barragens. O rio Teles Pires, um dos mais importantes rios de Mato Grosso, é o rio mais impactado na Amazônia por projetos hidroelétricos — são quatro hidroelétricas em operação e mais duas inventariadas (UHE Salto Magessi e UHE Alta Floresta), que, ao longo de quase uma década, têm gerado diversos conflitos socioambientais e inúmeras violações de Direitos Humanos a povos indígenas, pescadores, assentados da reforma agrária, ceramistas, empresários do turismo e, até mesmo, médios e grandes proprietários de terra.

Apenas no âmbito das hidroelétricas, são 27 ações civis públicas movidas pelos ministérios públicos estadual e federal que apontam o descumprimento e os atrasos de diversas condicionantes dos documentos de licenciamento (EIA/RIMA, PBA, LP, LI e LO)⁴³. Vale lembrar que, apesar da nomenclatura ambiental, esses documentos abordam também os aspectos sociais e econômicos dos impactos desses empreendimentos.

⁴³ Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental, Plano Básico Ambiental, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

Um dos casos mais emblemáticos dessas violações talvez seja o da usina hidroelétrica Sinop, de propriedade do consórcio CES – Sinop Energia, formado pela francesa EDF (51%) e pelas estatais Eletronorte e Chesf, tendo seu barramento localizado no município de Cláudia e a maior parte do lago no município de Sinop. Dentre as várias violações e crimes de responsabilidade dessa empresa, uma das de maior visibilidade nacional e internacional ocorreu quando a empresa iniciou o enchimento do reservatório em fevereiro deste ano (2019), causando uma mortandade de 13 toneladas de peixe constatadas no quarto dia após enchimento.

Esse crime ambiental de proporção imensurável deu-se devido a uma somatória de fatores, entre os quais a não retirada por completo da vegetação do lago do reservatório – são cerca de 15 mil hectares de floresta que ficaram submersos, gerando diversos impactos ambientais, entre eles a emissão de gases causadores do efeito estufa, principalmente o gás metano, liberado pela decomposição da matéria orgânica que ficou submersa. O pesquisador do INPA e vencedor do Prêmio Nobel em 2007 Philip Fearnside aponta, como vemos, o tamanho do impacto dessa violação: "A UHE Sinop é prevista para ter emissões bastante altas de gases de efeito estufa, como mostrado pelo trabalho publicado por De Faria e colegas (...). A UHE Sinop foi a recordista entre todas as 18 barragens amazônicas analisadas por De Faria e colegas."

Cabe aqui mencionar que a supressão vegetal foi objeto de inquérito do MPE, o qual recomendou o empreendedor, a SEMA e seus servidores dos possíveis impactos que gerariam se não retirassem por completo a vegetação, isso cinco meses antes de a SEMA emitir a licença para o enchimento do reservatório. Trata-se, aqui, de crime anunciado, embora o empreendedor tenha sido multado em R\$ 50 milhões – o valor estimado pelo MPE chegava à soma de R\$ 200 milhões para a retirada de toda a vegetação no perímetro do reservatório, ou seja, os crimes socioambientais compensam, em uma lógica de custo e benefício.

As violações, por parte da usina, das recomendações do MPE e dos documentos de licenciamento ambiental, além de ameaçarem o complexo e delicado ecossistema dos rios amazônicos, ainda prejudicam de diversas formas as famílias trabalhadoras. Essas famílias que moram às margens desse lago já começam a sentir seus impactos, como a perda do acesso às minas d'água que abasteciam casas, animais e plantações, a proliferação de mosquitos (inclusive transmissores da malária e febre amarela) e a perda de lugares de lazer às margens dos rios e córregos que alimentam a bacia do Teles Pires.

A Sinop Energia tem descumprido diversas condicionantes do plano básico ambiental ao longo de cinco anos da construção da UHE Sinop. A gleba Mercedes V (PA Wesley Manoel dos Santos – Sinop) é a região mais impactada pela obra: são quase 6 mil hectares de terras inundadas só nesse assentamento (214 famílias atingidas). Nesse assentamento, o processo de indenizações das famílias atingidas é um exemplo típico e marcante dos crimes e violações dessa barragem. Uma série de perícias decorrentes de uma ACP movida pelas famílias em parceria com o MPF demonstra que mais de R\$ 120 milhões deixaram de ser pagos às famílias atingidas dessa comunidade. Esses valores, que foram apurados por um perito da Justiça Federal, apontam que a discrepância chega a algo próximo de R\$ 20 mil por hectare não pagos pela usina.

A região do baixo Teles Pires também é palco de conflitos envolvendo a construção de barragens; nesse caso, além dos crimes ambientais, as empresas violam, sistematicamente, os direitos dos povos indígenas da região, com destaque para o povo Munduruku, que, a partir da construção da UHE Teles Pires, teve sua saúde e seus modos de vida radicalmente prejudicados. Os impactos vão desde a destruição de territórios sagrados até a contaminação da água de consumo e a morte de espécies aquáticas da base alimentar dessas comunidades. Essas violações dos direitos desses respectivos povos são objetos de diversas ações civis públicas movidas pelo MPF e pelo MPE.

A bacia do Juruena, que, junto com a bacia do Teles Pires, dá origem ao rio Tapajós, na região noroeste do estado, também está sendo ameaçada pela construção de barragens. A primeira delas é a UHE Castanheira, planejada para ser construída no rio Arinos, próximo à cidade de Juara. No caso dessa barragem, já houve duas tentativas de audiências públicas para andamento no processo de sua construção. Essas audiências foram canceladas por pedido de liminar concedido ao MPE, pois diversos estudos referentes aos impactos da construção dessa barragem continham erros ou ainda não foram entregues. Podemos destacar que as prospecções (buscas) por sítios arqueológicos devem ser refeitas segundo orientações do IPHAN, pois a UHE Castanheira irá alagar territórios historicamente habitados pelos povos Apiaká, Kayabi/Kawaiweté, Munduruku, Rikbaktsa e Tapayuna. Outro impedimento é o Estudo de Componente Indígena do EIA/RIMA que ainda não foi entregue para a SEMA. O Ministério da Saúde também tem de se manifestar sobre os estudos epidemiológicos de que trata a portaria interministerial nº 60 de 2015 (sobre as doenças epidêmicas endêmicas na região, por exemplo, malária).

A violência contra os povos indígenas em Juara, que ocorre desde antes da chegada do empreendimento, foi potencializada pela UHE Castanheira, inclusive com ameaças a lideranças indígenas (Apiaká) dentro da casa legislativa de Juara. Notícias falsas, processos especulativos e interesses políticos locais são diariamente difundidos por alguns meios de comunicação locais, prejudicando a luta das famílias e comunidades atingidas e fomentando a violência.

A incerteza criada nas famílias atingidas pela UHE Castanheira sobre o futuro de sua existência é outra das mais severas formas de violência que essas comunidades sofrem. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais das comunidades Pedreira e Palmital, Linha Rodolfo Ferro e comunidade Casulo, por exemplo, estão apreensivos com a suposta chegada do empreendimento. Agricultores estão deixando de investir e trabalhar em suas propriedades por medo de perderem o investimento que será feito. A sanidade mental dessas pessoas também é ameaçada, já que muitas relatam que as preocupações e os medos chegam a afetar as noites de sono. Sinais de depressão são notados, com a tristeza causada pela ameaça de perda de sua história, seu território e o trabalho construído.

Recomendações

As violações e os crimes da Sinop Energia, mencionados anteriormente, são objetos de duas ações civis públicas que estão em curso na Justiça Federal de Sinop movidas pelo MPF. Essas ações têm sido subsidiadas com denúncias da comunidade atingida organizada, que tem feito um processo de monitoramento participativo das licenças e condicionantes de maneira permanente, promovendo debates com a comunidade escolar e mobilizações de rua no intuito de dar visibilidade a essas tantas violações de direitos.

Colocar em debate e dar visibilidade a essa problemática é de fundamental importância, pois controlar esse recurso natural é estratégico e estará cada vez mais no horizonte das lutas sociais, que definirão se a água será pra saciar a sede e as necessidades fundamentais do povo, ou se servirá pra satisfazer a ganância do Capital e a lógica do lucro.

Referências

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo – Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2018.

Bacias Hidrográficas do Brasil. **Sua Pesquisa.com**. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/geografia/bacias_hidrograficas.htm.

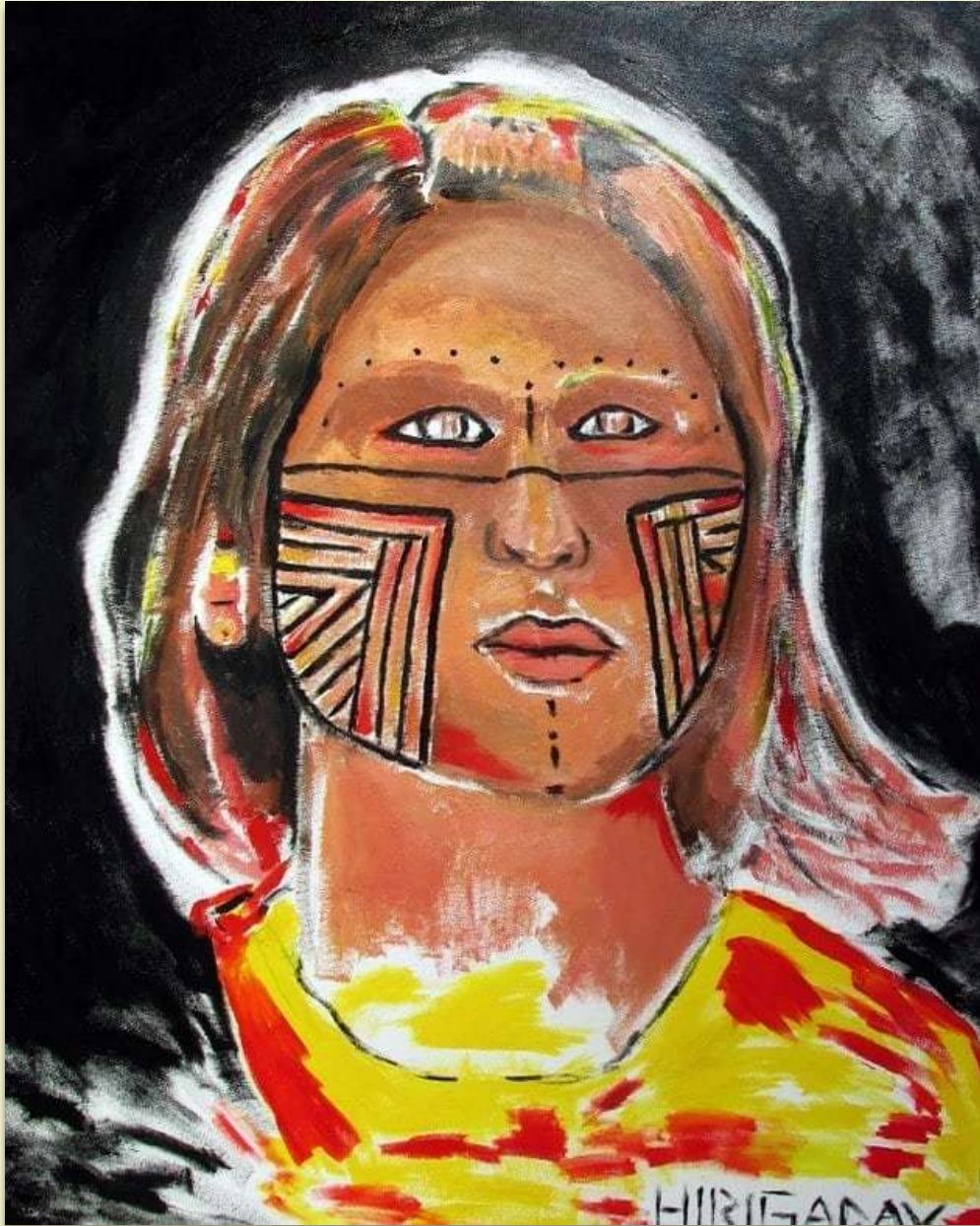
Estudo mostra que 1 em cada 4 cidades brasileiras têm água contaminada por 27 agrotóxicos. FASE, Rio de Janeiro. 16 abr.2019. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/estudo-mostra-que-1-em-cada-4-cidades-brasileiras-tem-agua-contaminada-por-27-agrotoxicos/>.

FEARNSIDEL, Philip Martin. A Hidrelétrica de Sinop: 7 – Sinop como emissor de gases de efeito estufa. **Amazonia Real**, Manaus, 04.mai. 2019. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/hidreletrica-de-sinop-7-sinop-como-emissor-de-gases-de-efeito-estufa/>.

GRIGORI, Pedro. agrotóxicos da água e dos alimentos? **Por trás do alimento**, São Paulo, 5 junho 2019. Disponível em: <http://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/> <https://app.rios.org.br/index.php/s/ljppVjrP37ak8HE>.

HIRATA, Taís. Hidrelétricas gastam 4 vezes mais água que todo o consumo humano do país. **Controvérsia**. 27 abr.2019. Disponível em: <http://controversia.com.br/hidreletricas-gastam-4-vezes-mais-agua-que-todo-o-consumo-humano-do-pais/>.

3. ESPERANÇARES SOCIOAMBIENTAIS



Arte: Clóvis Irigaray

POVOS E BIOMAS DE MATO GROSSO SOB AMEAÇAS CONSTANTES

Andres Pasquis

Sociólogo, Centro Burnier Fé e Justiça, CBFJ – MT



A história do Estado de Mato Grosso, contada desde a chegada do colonizador, é uma longa sucessão de conflitos para a ocupação e a exploração de seus recursos naturais. No século XVI, o território tinha sido invadido pela Coroa Espanhola, fato marcado pelo Tratado de Tordesilhas. Seguiram-se, então, dois séculos de invasão do território por bandeirantes e a instauração de Capitânias até que, em 1750, o Tratado de Madrid definiu Mato Grosso como sendo propriedade da Coroa Portuguesa. Anos depois, o estado também foi um dos palcos da Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870.

Todos esses fatos são relativamente bem conhecidos e transmitidos pelo sistema de ensino brasileiro, reforçando assim a ideia errônea de vazios demográficos nos biomas do estado. Isso porque quase não se faz referência aos povos indígenas originários dessa região, que foram, muitas vezes, assassinados ou escravizados com o objetivo de servirem de guias para o reconhecimento do território ou utilizados como mão de obra.

Desde a invasão portuguesa, o destrutivo destino do estado estava sendo definido, gerado em duas grandes etapas:

- A primeira, prolongada até meados do século XX, traduziu-se pela grande extração mineral e vegetal, marcando, também, o começo da agricultura de subsistência, por um lado, e o da pecuária extensiva, por outro.

- A segunda caracterizou-se pela inserção da economia de mercado do sistema neoliberal, com grandes projetos de colonização e "modernização" agropecuária que assolam, até hoje, os biomas e as populações do estado.

Um marco nos processos de colonização foi, justamente, a "Política de Ocupação dos Espaços Vazios", implementada pela ditadura militar nos anos de 1970, que destinou inúmeros recursos para a ocupação do território seguindo os ideais da dita "Revolução Verde", incentivando assim a migração de pessoas dos estados do Sul do país para Mato Grosso.

Resumindo, Mato Grosso, conhecido pelas alcunhas de "Celeiro do Brasil" e "Paraíso do Agronegócio", é fruto de uma longa história de conflitos sociais, agrários e ambientais, que continuam ainda hoje.

Localizado no centro do continente sul-americano, Mato Grosso é o terceiro estado em área da Federação Brasileira, com cerca de 903 mil km². Ele apresenta três diferentes biomas, com 53% de seu território ocupado pela Amazônia; 40%, pelo Cerrado; e 7%, pelo Pantanal. Entre os estados amazônicos, Mato Grosso se destaca por ser a fronteira agropecuária mais ativa e inserida nas economias nacional e global, com todos os impactos socioambientais que isso implica.

A Amazônia

A área de florestas no estado cobre cerca de 55% do território, correspondendo ao centro-norte, dividida entre floresta Amazônica (53%) e floresta Estacional (2%). Assim, Mato Grosso representa 17% do total da chamada "Amazônia Legal".

No entanto, o conhecido "pulmão do planeta" é muito mais do que isso. Ocupando 49% do território brasileiro, possuindo em torno de 60% de todo o bioma, a Amazônia constitui 67% das selvas tropicais do planeta e um terço das árvores do mundo, além de abrigar 20% da água doce e a maior reserva de biodiversidade do mundo.

Outro aspecto menos conhecido é que, junto com a cordilheira andina, a Amazônia eleva uma barreira natural contra o avanço de violentos fenômenos climáticos e possíveis epidemias. Além do mais, por meio do processo de rios aéreos ou voadores, ela atua como reguladora de temperatura e propagadora de humidade para regiões mais secas do continente.

O bioma mais conhecido do mundo também foi um dos primeiros alvos de ocupação em nome do desenvolvimento extensionista e destrutivo do período militar brasileiro, principalmente por causa de suas terras férteis destinadas ao agronegócio.

O Pantanal

O chamado "Reino das Águas" é a maior área inundável do planeta, sendo reconhecido, em 2011, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como patrimônio natural da humanidade. Em Mato Grosso, ocupa 7% do território e está situado na região oeste, na bacia do Alto Paraguai, ao longo do rio Paraguai, alimentado por mais de 180 rios. Em sua totalidade, é o ponto de união de quatro grandes biomas, que são as florestas Amazônica e Atlântica, o Cerrado e o Chaco (boliviano e paraguaio).

É uma região com alto índice pluviométrico (quantidade de chuvas), com períodos definidos de alagamentos ocasionados pelo transbordamento de inúmeros córregos e lagos, cujas águas fertilizam o solo.

Considerado um dos mais extraordinários patrimônios naturais do Brasil, possui uma biodiversidade faunística apenas superada pela existente na Amazônia, porém apresentando maior número de indivíduos por espécies. Contudo, nos últimos 20 anos, essa riqueza biológica natural tem sido ameaçada pelas crescentes expansões agropecuária e urbana, além da instalação de centrais para geração de energia elétrica e hidrovias.

Devido aos processos erosivos provocados pela agropecuária e pela ocupação urbana desordenada, principalmente em áreas que legalmente deveriam ser preservadas, temos hoje um quadro degradante de poluição, atingindo as nascentes e comprometendo a existência de animais e vegetais. Esse cenário é agravado pela contaminação do solo e das águas pelo uso de agrotóxicos.

Como em todos os outros biomas, sua história de ocupação foi marcada por confrontos sangrentos entre indígenas e colonizadores, como as etnias Guató, Bororo, Guarani e Paresi, que foram quase ou totalmente dizimadas.

O Cerrado

O Cerrado ocupa cerca de 40% do território mato-grossense, estendendo-se pelas regiões oeste, do Alto Paraguai, Vale do Guaporé, ao sul e sudoeste, do planalto dos Parecis até os limites com o Estado de Mato Grosso do Sul. Ao contrário da reputação dos outros biomas, o Cerrado foi esquecido e ignorado durante muito tempo, estando inclusive ausente da Constituição Brasileira, que só faz referência à floresta Amazônica, à Mata Atlântica, ao Pantanal e à zona costeira como biomas a serem explorados e preservados.

No entanto, o "Berço das Águas", como é conhecido, está presente em 11 estados brasileiros: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

Piauí, São Paulo, Paraná, Rondônia e Distrito Federal, ocupando assim um quarto do território nacional.

Os três principais aquíferos do país estão localizados nele: Bambuí, Urucuia e Guarani. Esse bioma, único no mundo, também se expande para partes da Bolívia e do Paraguai, o que faz com que ele seja considerado um dos maiores em formação vegetal da América do Sul. Ele também é a "caixa d'água" do continente, já que nele nascem as águas que alimentam as grandes bacias hidrográficas da América do Sul. No Brasil, são abastecidas seis das oito grandes bacias hidrográficas: Amazônica, Araguaia/Tocantins, Atlântico Norte/Nordeste, São Francisco, Atlântico Leste e Paraná/Paraguai.

A ocupação do Cerrado iniciou-se no século XVIII com a mineração, que se desenvolveu em um rápido ciclo de exploração intensiva. No entanto, atualmente, considera-se que 52% do bioma tenham sido destruídos, sendo o segundo bioma mais degradado depois da Mata Atlântica. A parte que ainda resiste está fortemente ameaçada por diversos fatores, entre eles o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) Matopiba, cujo foco é a expansão da fronteira agrícola e a transformação das terras em bens financeiros.

Os três biomas mato-grossenses estão submetidos, em maior ou menor proporção, às mesmas ameaças e impactos devastadores decorrentes de um chamado "manejo" do território para adequá-lo à exploração agropecuária e à matriz energética do Brasil. As principais causas são:

- as explorações madeireira e mineral (ouro, diamante etc.);
- a pecuária e as monoculturas (soja, algodão, cana, teca, eucalipto etc.), com ampla utilização de agrotóxicos;
- as grandes obras de infraestrutura: Usinas Hidroelétricas (UHEs), Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), hidrovias e rodovias (BR-163, Transpantaneira etc.).

As consequências desse formato de desenvolvimento são graves e numerosas, entre elas:

- contaminação da terra e das águas, desertificação e assoreamento;
- desmatamento e queimadas;
- caça e pesca predatórias;
- perda da biodiversidade;
- empobrecimento do patrimônio genético;
- crescimento descontrolado dos centros urbanos e dos diversos tipos de violência;
- proliferação de doenças;
- mudanças climáticas;
- violência no campo;
- trabalho análogo ao escravo;
- interferência e agressão contra povos e comunidades tradicionais e nativas, com erradicação do patrimônio cultural.

A partir do ponto de vista desenvolvimentista capitalista, esses biomas sempre foram considerados como "espaços vazios" que foram "descobertos" e precisavam ser ocupados. No entanto, eles sempre foram o lar de povos e comunidades diversos com culturas próprias, que aprenderam a viver em harmonia com o meio ambiente. Nesse sentido, Mato Grosso constitui uma região na qual vivem e convivem povos e culturas variados, com modos de vida diferentes.

Identidades dos povos indígenas, dos camponeses e das populações tradicionais

Os biomas citados anteriormente abrigam um rico mosaico de povos, comunidades e culturas, muitas vezes ignorados e invisibilizados, quando não, exterminados. Isso acontece desde o período de ocupação do Brasil Colônia e da expansão promovida pela ditadura militar até os dias atuais, cuja prioridade dos governos é obter lucro explorando o território e seus

recursos naturais. Nesse modelo, o agronegócio e a matriz energética brasileira, ancorada na construção de hidroelétricas, constituem os instrumentos utilizados para promover o dito desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos dos povos originários e da conservação. Foram cerca de cinco séculos de violência, apropriação e degradação de territórios e suas riquezas ambientais, sociais e culturais.

No entanto, a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado estão longe de ser "vazios demográficos". São o lar de muitos povos com identidades e culturas ricas e complexas, que dependem de suas tradições, *habitat*, atividades e cosmovisões.

- Povos indígenas: até 2006, a prospecção era da existência de, pelo menos, 45 etnias em Mato Grosso, repartidas em cerca de 80 terras indígenas. No entanto, esse número pode ser ainda maior, já que se considera a existência de povos não contatados ou isolados.

- Povos quilombolas: de todas as comunidades quilombolas existentes em Mato Grosso, 69 são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, considerando que várias delas ainda não estão listadas oficialmente.

- Povos ciganos: principalmente de origem ibérica (Calon), encontram-se principalmente em Tangará da Serra, Rondonópolis, Várzea Grande e Cuiabá.

- Povos pantaneiros: cerca de 70 comunidades que vivem em função das mudanças do bioma estão ameaçadas pelos impactos já citados.

- Povos morroquianos: povos que habitam a morraria, no entorno da Serra das Araras, próximo a Cáceres.

- Povos ribeirinhos: povos que vivem em função dos rios, da pesca e da agricultura familiar. Na maior parte das vezes, são um estilo e uma filosofia de vida escolhidos, forjando assim uma forte identidade.

- Agricultoras e agricultores familiares: sua identidade é formada pelo trabalho na terra, com base na agricultura de subsistência e agroecológica. São camponesas e camponeses que representam as principais vítimas da violência do campo e do trabalho análogo ao escravo.

- Povos seringueiros: em Mato Grosso, estão localizados na Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, a única do estado. Enfrentam, principalmente, os madeireiros, os posseiros e os invasores, que promovem desmatamentos e queimadas.

- Povos retireiros do Araguaia: trabalham com gado em regiões inundáveis do Araguaia, de onde são regularmente expulsos por fazendeiros além de sofrerem com o processo de assoreamento do rio.

- Povos extrativistas: espalhados em todo o território, podem ser raizeiros, fruteiros, poaieiros, castanheiros, extrativistas de óleo de copaíba, entre outros.

- Povos artesãos: também espalhados em todo o território, podem ser artesãos e artesãos de entalhe de madeira, de trançados, de couro e chifres, de tecelagem, ceramistas, oleiros, entre outros. Neles, também estão incluídos os povos canoieiros e os pescadores.

- Grupos articuladores e movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) são os principais.

Mato Grosso é um grande caldeirão de diversidade social e cultural, o que representa uma oportunidade singular de aprendizado sobre saberes e práticas ancestrais e/ou mais recentes, que poderiam ser utilizados como base e proposta de um modelo de desenvolvimento realmente sustentável, como é o caso da agroecologia, praticada naturalmente pela maioria dos povos e comunidades já listados.

É um fato que os biomas e seus habitantes estão intimamente conectados e dependem do bem-estar uns dos outros. Por outro lado, as ameaças enfrentadas também estão ligadas, seguindo o modelo insustentável imposto pelo Capitalismo. Por essa razão, é necessário identificá-las e enfrentá-las, por meio do trabalho em rede, com propostas que incorporem,

também, essas realidades. Isso se faz ainda mais urgente considerando o contexto político dos últimos anos, já que os retrocessos em curso são premonitórios de aumento da violência (incluindo no campo) em níveis nacional e estadual.

Referências

FIAN INTERNACIONAL. **Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras** : O caso Matopiba, Brasil. Heidelberg/Alemanha: FIAN International, 2018, 96 páginas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área da unidade territorial**: Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>.

MORENO Gislaene et al. **Geografia de Mato Grosso**: Território, Sociedade, Ambiente. 1. Edição. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2005, 296 páginas. ISBN 85-87226-34-7.

NOBRE Antonio Donato. **O futuro climático da Amazônia**: Relatório de Avaliação Científica. 1ª Edição. São José dos Campos/SP: ARA – Articulação Regional Amazônica, 2014, 42 páginas. ISBN: 978-85-17-00072-0.

SILVA Aguinaldo et al. **Revista Ciência Pantanal**. Vol.04. Campo Grande: WWF Brasil – Programa Cerrado Pantanal, 2018, 68 páginas. ISBN 2357-9056.

SILVA Regina Aparecida da. **Do invisível ao visível**: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. São Carlos/SP: UFSCar, 2011, 222 páginas.

Direitos indígenas: resistência à flor da pele

Andreia Fanzeres*

Maria de Lourdes Araújo Duarte**

*Jornalista, Operação Amazônia Nativa, OPAN

**Teóloga e Bióloga, Conselho Indigenista Missionário, CIMI



Introdução

Ao longo dos últimos anos, intensificaram-se os ataques aos direitos indígenas tendo como foco os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, que asseguram aos povos originários a demarcação e a exclusividade sobre o uso das terras que tradicionalmente ocupam. Os interesses econômicos e políticos que buscam transformar as terras indígenas em áreas livres para exploração privada são velhos conhecidos desses povos. Eles, por sua vez, aprimoraram e sofisticaram suas formas de organização para resistir e enfrentar uma onda de retrocessos na política indigenista, que vem atingindo seu mais profundo nível desde a redemocratização do Brasil.

Têm sido inúmeros os registros de casos de agressões e discurso de ódio contra os povos indígenas, muitos dos quais inundando as redes sociais e se perpetuando nelas — flagrantes violações aos Direitos Humanos. Desde 2018, os brasileiros passaram a assistir a uma situação ainda mais assustadora: o então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), assumindo as narrativas racistas. Pior do que isso, tem propagado ameaças contra quem questione e contraponha sua política — notadamente organizações não governamentais e agências de cooperação internacionais que apoiam os pleitos dos povos indígenas. Além disso, supervaloriza atitudes de grupos criminosos que invadem e saqueiam violentamente as áreas protegidas. Desde sua confirmação como presidente eleito do Brasil, o país passou a constatar que a estrutura do governo federal, tão duramente construída para proteger seu patrimônio ambiental e sua diversidade sociocultural, está em franco desmanche desde os primeiros minutos da nova gestão.

Desenvolvimento

O Brasil tem hoje 722 terras indígenas em diferentes estágios do processo demarcatório⁴⁴, mas elas estão mal distribuídas pelo país, concentrando-se na Amazônia Legal, região coberta por 23% desses territórios. Fora da Amazônia, as terras indígenas representam apenas 2% da área do território nacional.

A Constituição Federal é expressamente contundente quanto aos direitos que os povos indígenas têm sobre suas terras, haja vista estabelecer que eles são originários e tradicionais, portanto anteriores a qualquer direito estabelecido com a chegada dos europeus e posterior a ela, ou seja, é um direito de origem, de ancestralidade, naquilo que é denominado “indigenato”, pois funda-se no critério de que o direito territorial relativo aos indígenas vincula-se ao critério

⁴⁴ <https://terrasindigenas.org.br/>.

de que são eles os primeiros habitantes e naturais senhores da terra, estabelecendo-se a primazia desse direito sobre qualquer outro.

Soma-se a esse dispositivo o fato de que os direitos dos indígenas são inalienáveis. Não podem ser trocados, substituídos ou transferidos para terceiros. São também indisponíveis, porque somente os naturais habitantes do Brasil podem dispor deles, e para além de tudo, o que está bem expresso na Constituição e é de uma relevância imensurável, está proclamado na lei que os direitos dos indígenas sobre suas terras são imprescritíveis. Portanto, não se acabam com o tempo nem podem ser extintos por decretos ou qualquer outra medida administrativa ou jurídica, incorrendo, caso isso aconteça, em grave lesão aos direitos fundamentais dos primeiros habitantes do Brasil.

Apesar disso, a demora no reconhecimento pelo Estado das terras indígenas é histórica e acirra conflitos. Os povos vêm sendo contabilizados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que mantém a plataforma CACI (Cartografia dos Ataques Contra Indígenas), dedicada ao mapeamento de assassinatos de indígenas no Brasil nas últimas décadas. Em 2017, foram registradas 110 mortes de indígenas no país e, pelo menos, oito invasões⁴⁵ de terra em Mato Grosso, estado que detém 77 dos territórios indígenas e 43 das 305 etnias identificadas no país.

O orçamento público destinado à implementação da política indigenista é outro problema que vem se arrastando há anos. A capacidade orçamentária da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁴⁶ foi, em 2018, uma das mais baixas dos últimos dez anos. Dos R\$ 596,9 milhões previstos para aquele ano, por exemplo, 69,5% estavam carimbados às despesas de pessoal, evidenciando uma situação de penúria após a eliminação de cargos comissionados. Essa medida atingiu principalmente a Coordenação Geral de Licenciamento (CGLIC) e as Coordenações Técnicas Regionais (CTLs), áreas estratégicas responsáveis pela análise dos impactos de grandes empreendimentos em terras indígenas e do atendimento direto às demandas das comunidades.

Desde o início do governo Bolsonaro, entretanto, essa situação ficou ainda mais dramática. O desmonte começou ao raiar no primeiro dia de governo com a Medida Provisória nº 870/2019, que transferiu a Funai do Ministério da Justiça para o novo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, retirando do órgão indigenista, também, a atribuição de identificar e demarcar terras indígenas, e entregando essas tarefas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa situação, porém, foi revertida no Congresso Nacional por força da articulação de parlamentares liderados pela deputada federal Joenia Wapichana (Rede-RR), a primeira mulher indígena eleita para o Congresso brasileiro.

Esse movimento incerto provocou uma paralisação generalizada nas ações de atendimento aos povos indígenas, que, aliás, seguem tomando as ruas energicamente para tentar impedir atrasos ainda maiores. Esse foi o caso das mobilizações que atravessaram o país contrárias à proposta de municipalização da saúde indígena, o que, na visão dos povos, poderia fragilizar ainda mais o precário atendimento a eles dispensado. Em abril de 2019, o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, chegou a voltar atrás na ideia, mas, depois de um mês, alterou pelo Decreto nº 9.795/2019 o funcionamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), tirando, na prática, o caráter democrático e participativo da administração da saúde indígena. Diga-se, ela já estava por demais fragilizada após a intervenção do presidente, que forçou, no começo deste ano, a saída repentina de centenas de médicos cubanos do Programa Mais Médicos⁴⁷.

⁴⁵ <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/10/01/mato-grosso-registra-8-invasoes-em-terras-indigenas-em-2017-diz-levantamento.ghtml>

⁴⁶ <https://www.inesc.org.br/orcamento-2018-funai-respira-mas-nao-se-recupera/>

⁴⁷ <http://amazonia.inesc.org.br/destaque/com-mais-da-metade-das-vagas-em-aberto-mais-medicos-de-bolsonaro-abandona-povos-indigenas/>

Os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) registravam até 85% de satisfação dos usuários, mas foram esvaziados pelo governo federal, pois, das 332 vagas disponibilizadas para médicos brasileiros nos distritos, 250 não foram preenchidas. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), a situação é mais grave nos DSEIs do Médio e Alto Solimões, no Amazonas, que estão com menos 37 médicos. Somente dois profissionais apareceram para atender a uma população de 95 mil indígenas.

Tal como vem ocorrendo na saúde indígena, o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) foi extinto pelo governo Bolsonaro em 2019 na esteira da eliminação de diversos outros conselhos federais que foram estabelecidos como resultado de décadas de pressões para garantir o caráter inclusivo na tomada de decisão sobre o desenvolvimento socioeconômico no país. Criado formalmente em dezembro de 2015 pela presidenta Dilma Rousseff, o CNPI foi fruto de um abrangente processo de construção participativa dos povos indígenas de todo o Brasil, que elencaram suas prioridades para a estruturação de diversas políticas públicas. No entanto, mesmo com poucos anos de vigência, já sofria sérios problemas para garantir a efetiva participação indígena nos rumos das políticas retrógradas em implementação pelos governos anteriores. Se era difícil com os conselhos fazer valer seu pleno funcionamento, agora, sem eles, a situação toma contornos ainda mais bizarros. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por exemplo, que só não foi totalmente extinto por decreto presidencial porque havia sido constituído por força de lei, também sofreu uma diminuição drástica de sua composição, reduzindo a participação da sociedade civil a apenas quatro membros.

Na educação, os cortes anunciados pelo governo às bolsas concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para graduação e pós-graduação, bem como o contingenciamento dos recursos para universidades federais, já estão tendo consequências diretas sobre os povos indígenas⁴⁸. Sem as bolsas de apoio, não há como permanecer nas universidades. Nas palavras de Tipuici Manoki, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), muitos jovens indígenas que conseguiram acessar a universidade por meio de incentivos do governo federal nas gestões passadas são aqueles que hoje retornaram para suas aldeias e estão fazendo a diferença, transformando suas comunidades em diferentes áreas. "São agentes de saúde, professores, pessoas que tiveram formação política e ajudam a nova geração de indígenas para as lutas do futuro", relata.

As promessas de revisão das terras indígenas já demarcadas são também música para os ouvidos de quem há anos assedia as comunidades em nome da exploração predatória de seus recursos. Bolsonaro vem direcionando o eventual uso econômico das terras indígenas ao setor da mineração ao arripio da Constituição, que garante a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais e minerais nelas contidas aos indígenas, independentemente da vontade arbitrária do governo.

Ocorre que esse cenário pretensamente favorável aos criminosos vem ensejando uma preocupante onda de novas invasões a esses territórios, sem que o Estado, desaparelhado e desprestigiado, tenha o menor controle ou condição de impedi-las. Isso é visível, em especial agora, já que os órgãos ambientais de fiscalização estão também em acelerado processo de sucateamento imposto pelo próprio governo, conforme relatou André Karipuna à reportagem de *El País*: "Isso não começou agora. Desde que nossa terra foi demarcada, lutamos com as invasões. Mas antes a Funai estava mais forte, tinha mais verba e resolvia mais o problema. Depois que os órgãos foram enfraquecidos, tudo piorou na comunidade", contou o cacique.

Nas Terras Indígenas Uru-Eu-AW-AW e Karipuna⁴⁹, em Rondônia, figuram alguns dos casos mais graves de intrusão. Aldeias foram invadidas, placas da Funai alvejadas, ameaças de

⁴⁸ <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/15/indigenas-de-todas-as-regioes-marcam-presenca-nas-manifestacoes-pela-educacao/>

⁴⁹ <http://amazoniareal.com.br/ameacas-aos-karipuna-nao-cessam-mesmo-com-liminar-que-deveria-protege-los/>

morte diretamente proferidas aos indígenas, exemplificando um aumento de 150% nas invasões desse tipo desde que Bolsonaro assumiu o poder, de acordo com o CIMI. Ainda na noite da vitória de Bolsonaro, um posto de saúde e uma escola Pankararu, em Pernambuco, foram atacados com bombas incendiárias e, em Mato Grosso do Sul, comboios de agricultores dispararam contra uma comunidade Guarani-Kaiowá. No período de transição da presidência, indígenas do povo Juma relataram que foram alvo de disparos quando passavam pela rodovia Transamazônica, próximos de Humaitá (AM). Em dezembro, a base de proteção de índios isolados Ituí-Itacoai, da Funai, na Terra Indígena do Vale do Javari, também foi atacada a tiros, conforme relatou reportagem da *Amazônia Real*⁵⁰. Os Arara, da Terra Indígena Arara do Laranjal (PA), denunciaram, ainda, que invasores começaram a lotear e vender áreas dentro da terra indígena. Em março de 2019, os Assurini, do Xingu, expulsaram garimpeiros de seu território.

Em Mato Grosso, pontes usadas como acesso clandestino de madeireiros e políticos de Brasnorte para desmatamento e roubo de madeira da Terra Indígena Manoki foram incendiadas, o que revelou uma situação inusitada, quando a prefeitura se comprometeu diante dos meios de comunicação a reconstruir a passagem ilegal dos criminosos.

O acinte de políticos contra os povos indígenas segue sem limites em Mato Grosso, que elegeu nas últimas eleições parlamentares como deputado estadual Nelson Barbudo, do PSL, com maior número de votos. Atribuem-se a ele os anúncios que circularam nas redes sociais com ameaças diretas de reinvasão da Terra Indígena Marãiwatsédé, que ensejaram uma resposta firme do Ministério Público Federal. O cacique Damião Paridzané, do povo Xavante, teve que se posicionar mais uma vez dizendo-se preparado para uma guerra. No campo, lamentavelmente, o clima bélico incentivado pelo governo federal fragiliza principalmente as populações mais vulneráveis e mais ameaçadas historicamente.

Em vez de contribuir com a regularização dos territórios indígenas há muito requeridos e palcos de grandes conflitos, o Brasil ruma no sentido oposto ao ignorar os estudos que comprovam o aumento da violência associada à facilidade no acesso a armas de fogo. Na esteira das repentinas e profundas mudanças implementadas pelo novo governo, o Decreto nº 9.785 passou a autorizar o porte e o uso de armas dentro de propriedades rurais. De acordo com números do IBGE, considerados subestimados por alguns pesquisadores⁵¹, pelo menos 30 milhões de brasileiros poderão usufruir dessa vantagem. O decreto, considerado flagrantemente inconstitucional, eleva o risco das populações indígenas, segundo análise do magistrado André Augusto Bezerra, ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia: "É a lógica da justiça pelas próprias mãos, ignorando a justiça institucional", afirmou ao *site De Olho nos Ruralistas*. "De 2003 para cá, mais de mil indígenas foram assassinados. Imagina o quanto essa situação pode ser agravada com um decreto que delega armas para pistoleiros privados?"

Não é possível ignorar, ainda, o recrudescimento das pressões para a abertura econômica das terras indígenas, bem como o cercamento desses territórios por empreendimentos vários. Isso vem se materializando muito fortemente em Mato Grosso por meio do envolvimento de alguns povos indígenas em iniciativas de arrendamento de parte de suas terras para o agronegócio e por meio de uma aliança explícita com a bancada ruralista, o que provoca implicações temerosas à garantia dos direitos indígenas nacionalmente⁵².

A instalação de obras de infraestrutura de grande porte ou o sequenciamento de pequenos empreendimentos que têm seu impacto cumulativo negligenciado pelo poder público vêm, sistematicamente, seguindo um pernicioso rito que ignora o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado, garantido por meio da ratificação do Brasil à

⁵⁰ <http://amazoniareal.com.br/assurini-capturam-cinco-garimpeiros-na-terra-indigena-mas-pf-de-altamira-libera-acusados/>

⁵¹ <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/09/armas-liberadas-residente-em-area-rural-compoe-16-da-populacao-brasileira/>

⁵² <https://apublica.org/2018/04/indios-paresi-buscam-autonomia-para-manter-lavouras-de-soja/>

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A participação tardia das comunidades potencialmente afetadas e da sociedade civil viola direitos, aprofunda conflitos ligados à disputa por recursos da compensação financeira e vetoriza uma visível piora nas condições sociais dos indígenas.

Um exemplo claro são as consequências não conhecidas da liberação massiva do uso de novos agrotóxicos desde a assunção de Bolsonaro. Foram 166 novos pesticidas legalizados pelo governo em cinco meses. Atualmente, o Brasil permite o uso de 2.232 tipos de veneno para agricultura no mercado. Dos produtos autorizados em 2019, 29 são considerados altamente tóxicos, e 49, extremamente tóxicos (43,9% do total)⁵³. É desnecessário mencionar a dimensão do impacto para o Estado de Mato Grosso, que já é o campeão nacional de uso de agrotóxicos, diante dessas recentes medidas⁵⁴. A exposição aos pesticidas aqui é dez vezes maior do que a média brasileira, chegando a 67 litros por pessoa anualmente, segundo dados divulgados pelo professor Wanderlei Pignati, do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT.

Pesquisadores, que têm desenvolvido novos estudos em municípios onde são localizadas terras indígenas, vêm constatando que as normas existentes e já há muito flexibilizadas para a aplicação de agrotóxicos não são cumpridas em Mato Grosso. A distância para a pulverização terrestre de agrotóxicos, por exemplo, que deveria ser de míseros 90 metros de áreas protegidas, não chega nem a dez metros na prática na maioria dos casos. Em 2018, um avião agrícola foi flagrado despejando agrotóxicos sobre a Terra Indígena Marãiwatsédé, o que provocou protesto entre os Xavantes e problemas respiratórios nas aldeias, vitimando principalmente crianças⁵⁵. No caso da pulverização aérea, a distância definida legalmente é de 250 metros — também insuficiente para impedir a dispersão do veneno sobre cursos d'água, zonas urbanas e outras áreas sensíveis. Ainda de acordo com Pignati, a maioria dos agrotóxicos usados no Brasil é proibida na União Europeia justamente pelo comprovado risco de câncer, má-formação e distúrbios neurológicos. "Em locais em que há intoxicação na água, ao menos quatro crianças a cada 100 mil nascidos vivos têm má-formação. Em algumas cidades de Mato Grosso, chega a 37 com má-formação", disse em audiência pública na Assembleia Legislativa do estado em abril de 2019.

A instalação de empreendimentos agrícolas ou de infraestrutura nas proximidades das terras indígenas está sujeita a regramentos que buscam certificar a dimensão de seus impactos e eventuais medidas mitigatórias sobre essas populações. Em 2012, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (CONSEMA) que realizasse Estudo de Componente Indígena (ECI), consulta à Funai e consulta às comunidades indígenas afetadas sempre que o empreendimento ou a atividade pudesse ocasionar impactos diretos ou indiretos em terras indígenas ou sobre o modo de viver das comunidades indígenas, independentemente da distância em quilometragem do empreendimento/atividade em relação a seus territórios. Isso não tem sido respeitado.

Os casos de empreendimentos que avançaram nos últimos anos em Mato Grosso com severas implicações aos povos indígenas são numerosos. Do mesmo modo, são volumosos os projetos de lei em tramitação no Congresso brasileiro que relaxam a legislação ambiental em nome de uma suposta celeridade no processo burocrático, que costuma padecer de qualidade técnica. Entre 2018 e 2019, podemos destacar o caso da hidroelétrica de Castanheira, entre as 96 novas usinas planejadas na bacia do rio Juruena. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) de Mato Grosso tentou forçar a realização da audiência pública, etapa fundamental do

⁵³ <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/07/governo-bolsonaro-bate-novo-recorde-e-chega-a-166-agrotoxicos-liberados-em-2019/>

⁵⁴ <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/saude-da-populacao/exposicao-ao-agrotoxico-em-mato-grosso-e-quase-10-vezes-maior-do-que-media-nacional/40362/>

⁵⁵ <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/aviao-agricola-e-flagrado-jogando-veneno-em-terra-indigena-em-mt-diz-ong-veja-video.ghtml>

processo de licenciamento ambiental, sem a aprovação pela Funai do Estudo do Componente Indígena (ECI). Muitos outros exemplos de projetos, entretanto, dificilmente chegam ao conhecimento das comunidades antecipadamente, sendo identificados apenas quando já estão em fase de instalação e operação.

De acordo com uma versão do ECI da usina de Castanheira, disponibilizada pela SEMA em seu *site*, os impactos aos povos indígenas foram considerados altamente relevantes, a ponto de atribuir ao empreendimento sua inviabilidade. Além disso, estudos independentes reuniram evidências de que o levantamento dos potenciais impactos ao patrimônio etnoarqueológico foram flagrantemente subestimados. Adicionalmente, uma recomendação do Ministério Público Estadual aponta que os estudos são incompletos e apresentam falhas, pois não se levantaram impactos cumulativos e efeitos sinérgicos do conjunto de aproveitamentos existentes e previstos na bacia do Juruena. Ainda, há risco de redução crítica dos estoques pesqueiros e de aumento de doenças.

Recomendações

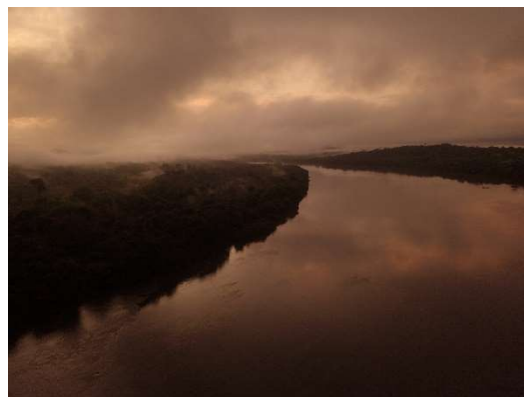
Boa-fé e vontade política são dois essenciais ingredientes para que pelo menos parte desses problemas sejam solucionados. Trata-se, como vimos, de longos e complexos processos, mas que nos primeiros meses de 2019, com a ascensão do governo Bolsonaro, foram golpeados dramaticamente, colocando em risco a existência de políticas públicas de atenção aos indígenas e o próprio compromisso constitucional. Em reação a esse novo cenário, muitos representantes dos povos indígenas passaram a recorrer diretamente a parceiros governamentais e não governamentais internacionais na expectativa de que a sociedade civil estrangeira seja mais sensível e tenha outros instrumentos de pressão sobre o governo brasileiro para impedir tamanhos retrocessos.

Existem, porém, outros elementos absolutamente necessários que precisam ser considerados para o estabelecimento da segurança jurídica, social e ambiental de povos e territórios, como a **garantia da participação democrática nos processos de tomada de decisão** sobre os desenvolvimentos nacional e regional. O papel de comitês e conselhos, consultivos ou deliberativos, de assessoramento dos órgãos públicos é crucial para dar legitimidade e angariar condições reais de implementação dos projetos de interesse dos brasileiros.

No caso das populações indígenas, é imperativo que se **respeite o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado**, inclusive nos casos em que as comunidades ainda não elaboraram seu protocolo de consulta, o que de modo algum fere o direito de serem ouvidas *a priori*. **A transparência pública das informações socioambientais, assim como o planejamento participativo estratégico e a avaliação de impactos cumulativos e efeitos sinérgicos de empreendimentos** são aspectos fundamentais para garantir a lisura dos procedimentos administrativos e evitar riscos aos investidores, prejuízos à qualidade de vida das comunidades e judicializações.

Antes de intervenções econômicas e de infraestrutura de qualquer ordem, é urgente que se retomem os processos de reconhecimento da tradicionalidade indígena sobre diversos territórios, isto é, que seja priorizada a regularização fundiária das terras indígenas, bem como **a plena implementação das políticas públicas específicas**, como saúde, educação e gestão ambiental e territorial das terras. Além disso, o **fortalecimento organizacional das comunidades** deve ser perseguido para que consolidem sua autonomia a fim de elaborar e gerir projetos de seu interesse, em especial de **geração de renda de forma sustentável**. Para isso, o **reestabelecimento da capacidade institucional da Funai e dos órgãos de fiscalização ambiental**, como o Ibama e a SEMA-MT, é determinante na proteção dos territórios e no combate a crimes como explorações madeireira e mineral clandestinas dentro e no entorno das áreas protegidas, entre outros.

Trata-se de algumas das condições básicas, que deveriam estar na ordem do dia de qualquer governo, a fim de evitar violações aos Direitos Humanos, e, nesse caso, aos direitos dos povos indígenas. Esses pressupostos de respeito à diversidade social e cultural nesse estado, bem como a busca incessante por condições dignas de assistência e sobrevivência dos povos originários nada mais são do que mínimas expectativas que, se não atendidas, serão continuamente motivo da luta incessante das populações indígenas país afora.



Fotos: OPAN

Referências

ANGELO, Maurício. Com mais da metade das vagas em aberto, mais médicos de Bolsonaro abandona povos indígenas. **Inesc**, Brasília, 05 fev. 2019. Disponível em: <http://amazonia.inesc.org.br/destaque/com-mais-da-metade-das-vagas-em-aberto-mais-medicos-de-bolsonaro-abandona-povos-indigenas//>.

ANJOS, Anna Beatriz. Índios Paresi buscam autonomia para manter lavouras de soja. **Pública**, São Paulo, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/04/indios-paresi-buscam-autonomia-para-manter-lavouras-de-soja/>.

ARANDA, Ana. Ameaças aos Karipuna não cessam mesmo com liminar que deveria protegê-los. **Amazônia Real**, Manaus, 02 abr. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/ameacas-aos-karipuna-nao-cessam-mesmo-com-liminar-que-deveria-protege-los//>.

Avião agrícola é flagrado jogando veneno em terra indígena em MT, diz ONG. **G1 Mato**, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/aviao-agricola-e-flagrado-jogando-veneno-em-terra-indigena-em-mt-diz-ong-veja-video.ghtml>.

CARDOSO, Alessandra. Orçamento 2018: Funai respira, mas não se recupera. **Inesc**, Brasília, 10 jan. 2018. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/orcamento-2018-funai-respira-mas-nao-se-recupera/>.

manifestações pela educação. **De Olho nos Ruralistas**, 15.mai.2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/15/indigenas-de-todas-as-regioes-marcam-presenca-nas-manifestacoes-pela-educacao/>.

PAGENOTTO, Maria Lígia. Armas liberadas: "residente em área rural" representa 16% da população brasileira. **De Olho nos Ruralistas**, 09.mai.2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/09/armas-liberadas-residente-em-area-rural-compoe-16-da-populacao-brasileira/>.

PAGENOTTO, Maria Lígia. Indígenas de todas as regiões marcam presença nas Situação atual das Terras Indígenas. **Instituto Socioambiental-ISA**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>.

REIS, Vilma. Exposição a agrotóxicos em MT é quase 10 vezes maior do que média nacional. **Abrasco**, Rio de Janeiro, 09 abr. 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/saude-da-populacao/exposicao-ao-agrotoxico-em-mato-grosso-e-quase-10-vezes-maior-do-que-media-nacional/40362/>.

SAMPAIO, Cristiane. Governo Bolsonaro bate novo recorde e chega a 166 agrotóxicos liberados em 2019. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 mai. 2019. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2019/05/07/governo-bolsonaro-bate-novo-recorde-e-chega-a-166-agrotoxicos-liberados-em-2019//>.

SARRAF, Moisés. Asurini capturam cinco garimpeiros na terra indígena, mas PF de Altamira libera acusados. **Amazônia Real**, Manaus, 21 mar./2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/asurini-capturam-cinco-garimpeiros-na-terra-indigena-mas-pf-de-altamira-libera-acusados/>.

SOUZA, André. Mato Grosso registra 8 invasões em terras indígenas em 2017, diz levantamento. **G1 Mato Grosso**, 01 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/10/01/mato-grosso-registra-8-invasoes-em-terras-indigenas-em-2017-diz-levantamento.ghhtml/>.

O RACISMO E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Francileia Paula de Castro*

Laura Ferreira da Silva**

*Engenheira agrônoma; Mestre em Saúde Pública; Educadora popular da FASE – MT

**Pedagoga, Bacharel em Direito, Quilombola da Mutuca e representante da CONAQ



Introdução

A violência contra os quilombos do Brasil tem em sua estrutura o racismo. Um elemento estruturante das relações de poder, o racismo é parte da formação histórica do Brasil. Neste processo de formação histórica, os quilombos configuram-se como símbolos da resistência e da insurgência negra, na sua origem, fundados como estratégia de enfrentamento ao sistema escravocrata, que perdura em sua essência até os dias atuais (CONAQ & TERRA DE DIREITOS, 2017).

Assim, a sociedade escravista jamais aceitou o fenômeno do quilombo. Procurou e procura de todas as formas destruí-lo (FIABANI, 2012). Esta violência contra os povos quilombolas está estruturada não somente no Racismo institucional via negação de direitos através da "omissão intencional" do Estado brasileiro, mas também através do Racismo Epistêmico e Econômico que considera a vida negra descartável e, portanto, não humana.

Tanto que o Brasil acaba de completar 131 anos de abolição da escravidão, mas não conseguiu reparar a dívida histórica com os povos quilombolas e negros/as escravizados/as, do ponto de vista político e de direitos. Entre eles a garantia do acesso à terra e a proteção de seus territórios (ANA, 2018).

Sem qualquer apoio do Estado e num ambiente racista os quilombolas enfrentavam, como ainda enfrentam, muitos processos de expulsão de suas terras. Praticamente todas as comunidades quilombolas estabelecidas no processo de abolição da escravidão e após 1888 viveram e ainda vivem com ações que visam retirá-los de suas terras. Esse processo de expulsão das terras está relacionado com uma pressão econômica ligada à expansão do que se convencionou chamar de agronegócio, assim como está impregnada de racismo (PRIOSTE & BARRETOS, 2012).

Com a constituição de 1988 o acesso à terra e território foram reconhecidos como direitos essenciais as comunidades quilombolas, considerando a dívida histórica deixada até os dias atuais pela escravidão no Brasil. Porém foi somente em 2003 que o governo brasileiro concedeu as primeiras titulações de terras coletivas a comunidade quilombolas. Isso só demonstra o quanto a garantia e acesso a direitos pelos quilombos caminha a passos lentos.

Recentemente vimos grandes retrocessos na política de proteção social, de igualdade racial, de ações afirmativas e de reforma agrária são, por sua vez, exemplos da atualidade e da expansão do racismo institucional. Sem a garantia dos territórios quilombolas regularizados e reconhecidos, o acesso a outros direitos como saúde, educação, alimentação, trabalho, renda e cultura, permanecem negados.

Situação que se agravou nos últimos anos com a expansão dos ataques aos direitos já conquistados pelos povos quilombolas. A exemplo da Ação Direta de Inconstitucional n.º 3239

de 2004, que questionava a constitucionalidade do Decreto 4887 de 2003, tendo tramitado no Supremo Tribunal Federal por 14 anos. O julgamento da ação em 2018, com vitória dos quilombos, não impede, contudo, tentativas de utilização do sistema de justiça para dilatar no tempo o direito constitucional dos quilombos ao território.

Ainda em 2018 durante campanha eleitoral o atual presidente do Brasil proferiu ataques racistas aos quilombolas, seguindo a reprodução ofensiva em declarações públicas, *“o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais”*. Em processo judicial das acusações o Supremo Tribunal Federal (STF) recusou, a denúncia por racismo. Atualmente, são 230 territórios de remanescentes que aguardam a identificação, segundo dados da Fundação Palmares.

Quilombos em Mato Grosso: entre cercas e porteiras

O município de Poconé está localizado na baixada cuiabana e reúne o maior número de comunidades quilombolas do Mato Grosso. Das oitenta reconhecidas até 2019 pela Fundação Palmares, 36% estão localizadas no município.

Ao analisar a regularização fundiária do território da baixada cuiabana, observa-se inúmeros conflitos de sobreposição, comunidades tradicionais sem documentação de suas terras, quilombos reconhecidos como assentamentos estaduais, e um avanço devastador de fazendas e empreendimentos de exploração como Mineração e monocultivos de soja, milho e outros grãos sobre estes territórios.

Para Muller et. al (2016), no estado de Mato Grosso vários quilombos são marcados por uma diversidade de formas de ocupação territorial, atualmente muitas dessas comunidades estão com suas terras divididas com outros grupos, como posseiros, grileiros, assentados, entre outros, configurando, assim, um quadro conflituoso na busca pela garantia pelo direito à terra.

A morosidade nos processos de titulação destes territórios, é outro fator que tem contribuído para o aumento de conflitos do campo, envolvendo comunidades quilombolas. O não reconhecimento destes territórios quilombolas, a não garantia do direito à terra, é a perpetuação da escravidão do povo negro. Que agora passam a ter sua mão de obra explorada por fazendeiros e empresários que representam uma elite branca de herança coronelista.

A baixada cuiabana, é uma das regiões com altos índices de trabalhadores resgatados em situação análogas à escravidão. Segundo o Radar do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho - STI, em Mato Grosso foram encontrados em condições análogas às de escravidão 6.140 trabalhadores no período de 1995 a 2018. Desta 4.133 ocorreram em situação de trabalho escravo rural (STI, 2019).

Outras consequências do racismo na vida dos povos quilombolas, são os processos de adoecimento destas populações, é grande a ocupação em trabalhos degradantes como corte de cana, exposição a materiais tóxicos e metais pesados nas fazendas e mineradoras próximas a essas comunidades. Envolvendo principalmente os homens e jovens.

Essa pressão fundiária está intimamente ligada à racista percepção de que os quilombolas não têm nada a acrescentar no processo de desenvolvimento do país, assim como nada teriam a acrescentar as populações indígenas. Da mesma forma a agricultura familiar é tratada como atrasada, como uma forma de agricultura superada no tempo e que tem que se integrar à lógica de produção do agronegócio. Onde a lógica da coletividade, presente nos quilombos, se opõe à lógica da individualidade inerente à propriedade privada.

Quilombo Ribeirão da Mutuca: território de resistência

O quilombo Ribeirão da Mutuca mantém-se na defesa do território a séculos, relatos da comunidade datam conflitos pela terra a mais de 200 anos. Nos meados dos anos de 1940 os gestores públicos do município de Nossa Senhora do Livramento – MT convocaram fazendeiros e

empresários para tomada das terras na região. Com isso as fazendas cercaram as então denominadas "comunidades negras".

Sofrendo um violento processo de cooptação para vendas de terras, incluindo trocas por mercadorias como guaraná, fumo, entre outros. Provocando êxodo rural com expulsão das famílias quilombolas para centros urbanos.

Apesar da opressão algumas famílias resistiram, mesmo sobre grande repressão e violência de fazendeiros, entre elas a de Miguel Domingos um dos líderes da comunidade. As mulheres quilombolas sobretudo foram e são as principais frentes na defesa destes territórios.

O capataz do fazendeiro entra no território em busca do Senhor Miguel Domingos, montando uma tocaia o leva até o riacho da comunidade. Suspeitando das intenções e temendo o risco de morte do seu pai, as filhas de Miguel Domingos os seguem com trouxas na cabeça como se fossem lavar roupa no riacho, mas em vez de roupas as trouxas levavam pedras e facões. Caso o atentado ocorra-se, a luta seria travada na defesa do pai, liderança quilombola. A presença das mulheres intimidou o capataz da fazenda que após proferir ameaças se retirou.

A resistência destas famílias foi essencial para a sobrevivência do quilombo Ribeirão da Mutuca, onde hoje vivem 128 famílias. Incluindo o retorno em 1992 de famílias que foram expulsas nos anos anteriores. Porém ainda em 1996 o próprio governo estadual investiu em uma ação para a ocupação de territórios já ocupados pelos quilombolas, incentivando a grilagem dessas terras e entrada de posseiros, acirrando conflitos.

Como estratégia de proteção do território e organização das famílias quilombolas em 1997 foi criada a primeira associação da comunidade com o nome de Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Sesmaria Boa Vida Ribeirão da Mutuca.

Um ano após o Decreto nº 4887/2003 que regulamenta os territórios quilombolas, foi inaugurada a primeira escola da comunidade que recebeu o nome de Escola Rosa Domingas. Uma das mulheres que liderou o quilombo por anos, cujo sonho era que o quilombo tivesse uma escola para seus netos e netas estudarem.

No ano de 2005 a comunidade decide então mudar o nome da associação para Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca – ACORQUIRIM, com vistas a fortalecer a identidade cultural do quilombo.

Somente em 2006 é expedida a certidão pela Fundação Palmares a Comunidade Quilombola Ribeirão da Mutuca. Fato que foi celebrado com festa e com muito siriri, uma das manifestações culturais preservadas pelas comunidades quilombolas e tradicionais do Mato Grosso.

"Todo aquele que foi escravo,
tira roupa do quarador,
já gritamos liberdade cativo já acabou,
já gritamos liberdade cativo já acabou"
(Siriri entoado por Dona Paulínia)

Como forma de valorizar as práticas de conservação e proteção do território a comunidade quilombola investiu na realização de atividades de sensibilização sobre a importância do modo de vida do quilombo, seus roçados coletivos, a produção de alimentos naturais, a forma de organização e os seus conhecimentos ancestrais.

Foi realizado a primeira Festa da Banana do Quilombo Ribeirão da Mutuca em 2009, na ocasião fizeram a divulgação boca a boca, com a participação de 25 pessoas apenas, mas a comunidade não desistiu e seguiu realizando a festa nos anos seguintes.

Em 2018 foi realizada a 10ª Festa da Banana da comunidade Ribeirão da Mutuca, com a participação de aproximadamente 3.000 pessoas de várias comunidades e municípios vizinhos. A

comunidade se tornou uma referência na preservação da cultura e história de resistência dos territórios quilombolas no estado de Mato – Grosso.



Foto: Mulheres Quilombolas da ACORQUIRIM – Ribeirão da Mutuca
Arquivo FASE

Referências

ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. – Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2018. p.47.

Coordenação Nacional Quilombola – CONAQ; Terra de Direitos. Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil. Athalaia Gráfica e Editora. 2017.

FIABANI, A. Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 – 2004]. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2012.

MULLER, M. L. R; SANTOS, A.M; MOREIRA, N.L.M. Quilombos e Quilombolas em Mato Grosso. Revista da ABPN • v. 8, n. 18 • nov. 2015 – fev. 2016, p.07-24

PRIOSTE, F.; BARRETO, A. Território quilombola: Uma conquista cidadã. Terra de Direitos, Paraná, 2012.

SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho. Radar da Inspeção do Trabalho Escravo. Disponível <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 16 de abril de 2019.

INJUSTIÇAS SÓCIO-SANITÁRIA-AMBIENTAL: O AGRONEGÓCIO COMO VIOLADOR DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Wanderlei Antonio Pignati*

Marcia Leopoldina Montanari**

Franco Antonio Neri de Souza e Lima***

Bianca Vasquez Pistório****

Maelison Silva Neves*****

Pesquisadores do Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST)

Instituto de Saúde Coletiva (ISC), UFMT

*Médico, Professor UFMT

**Nutricionista, professora UFMT

***Biólogo, pesquisador NEAST

****Psicóloga, pesquisadora NEAST

*****Psicólogo, professor UFMT



Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta princípios fundamentais para a garantia da dignidade humana, apontando em seu artigo XXV o Direito à Saúde como um direito fundamental, que ocorre em um processo dinâmico também com a promoção de outros direitos fundamentais, pois, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é um estado de bem-estar físico, mental e social. Portanto, para alcançar sua plenitude, é preciso que se promovam territórios saudáveis e sustentáveis, que possam garantir preservação ambiental, trabalho decente, alimentação saudável, respeito à diversidade sociocultural, acesso à moradia e à terra, acessibilidade a políticas públicas, entre tantos outros fatores inerentes à vida.

Mato Grosso é um dos maiores produtores agrícolas do Brasil e, considerando que seu modelo de produção tem por base o agronegócio, que é agroquímico-dependente, isso tem ocasionado impactos ao meio ambiente e, conseqüentemente, à saúde da população. Esse modelo produtivo também afeta as relações de trabalho e as convivências social e comunitária pela imposição de suas hegemonias, que oprime inclusive as diversidades socioculturais. Portanto, ao invés de territórios saudáveis, o que se vê são territórios adoecedores e provocadores de sofrimentos.

Entre os vários processos de produção agroindustriais que envolvem o agronegócio, o uso de agrotóxicos nas lavouras é o mais preocupante para a saúde humana e o ambiente. As poluições ambientais e as intoxicações agudas e crônicas relacionadas à pulverização de agrotóxicos provocam impactos negativos na vida das pessoas. Na produção agrícola químico-dependente, o uso de agrotóxicos tem objetivo de matar insetos, fungos, ervas daninhas e outros organismos vivos indesejáveis, por isso são tóxicos para a vida. Essas substâncias são lançadas nas lavouras por meio de pulverizações aéreas e terrestres, que atingem também o

ambiente, os trabalhadores rurais, os alimentos e a população residente nesses territórios. É, portanto, um processo de poluição intencional, pois "intenciona-se" atingir os organismos-alvo e, fazendo isso, afeta todo o ambiente circunscrito, produzindo adoecimento e danos à saúde humana e ambientais.

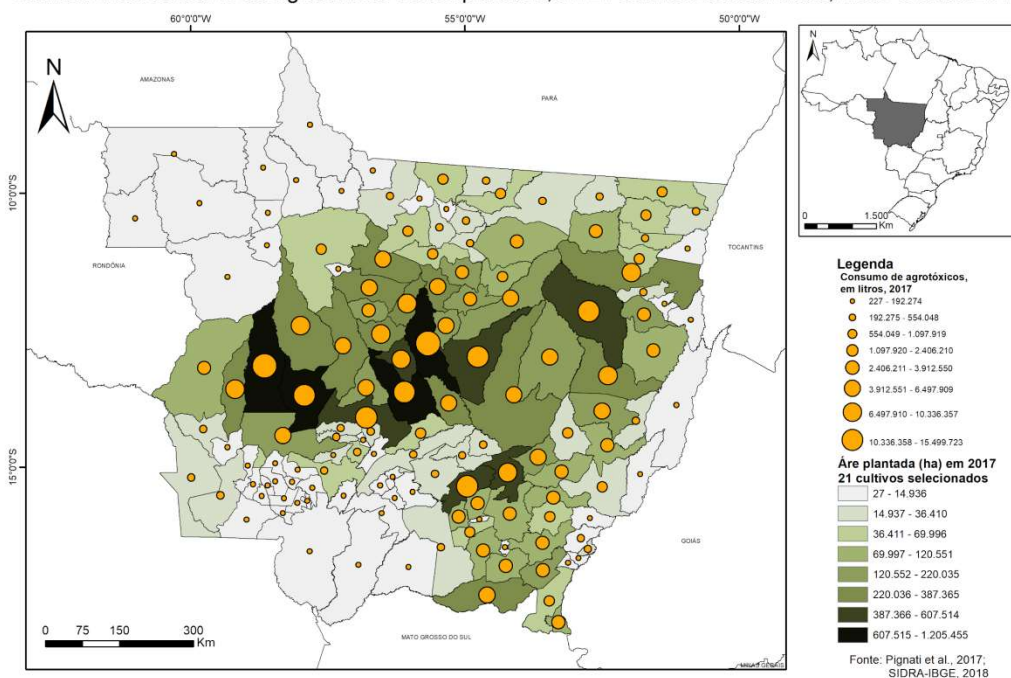
O Brasil é um dos maiores produtores agropecuários do mundo e um dos principais exportadores desses produtos, desempenhando um importante papel na economia nacional. Para manter tal produção, o agronegócio utiliza intensivamente sementes transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos, além de créditos bancários, isenções fiscais e o aparelhamento político.

Mato Grosso é o maior produtor dos cultivos de algodão, girassol, milho e soja, representando no ano de 2017 (nessas culturas) um percentual de 95,8% da área que é plantada no estado. No mesmo ano, nos 15,6 milhões de hectares de área plantada, estima-se que foram pulverizados aproximadamente 222,6 milhões de litros de agrotóxicos em produto formulado (Figura 1). Desse total, estima-se que nos cultivos de algodão, cana-de-açúcar, milho e soja foram utilizados 218,9 milhões de litros, ou 98,3% do que é consumido no estado, principalmente de herbicidas, inseticidas e fungicidas. Se dividirmos esse volume de agrotóxicos pela população do estado, a exposição média aos agroquímicos chega a 67 litros/habitante.

No mapa a seguir, é possível verificar as áreas plantadas em hectares no Estado de Mato Grosso e também o consumo de agrotóxico em cada uma delas, e vê-se a relação direta entre maior produção e maior consumo de agrotóxicos.

Figura 1 – Área plantada (hectares) e estimativa de consumo de agrotóxicos (litros de produtos formulados) em Mato Grosso, 2017.

Estimativa de consumo de agrotóxicos e área plantada, em 21 cultivos selecionados, Mato Grosso 2017

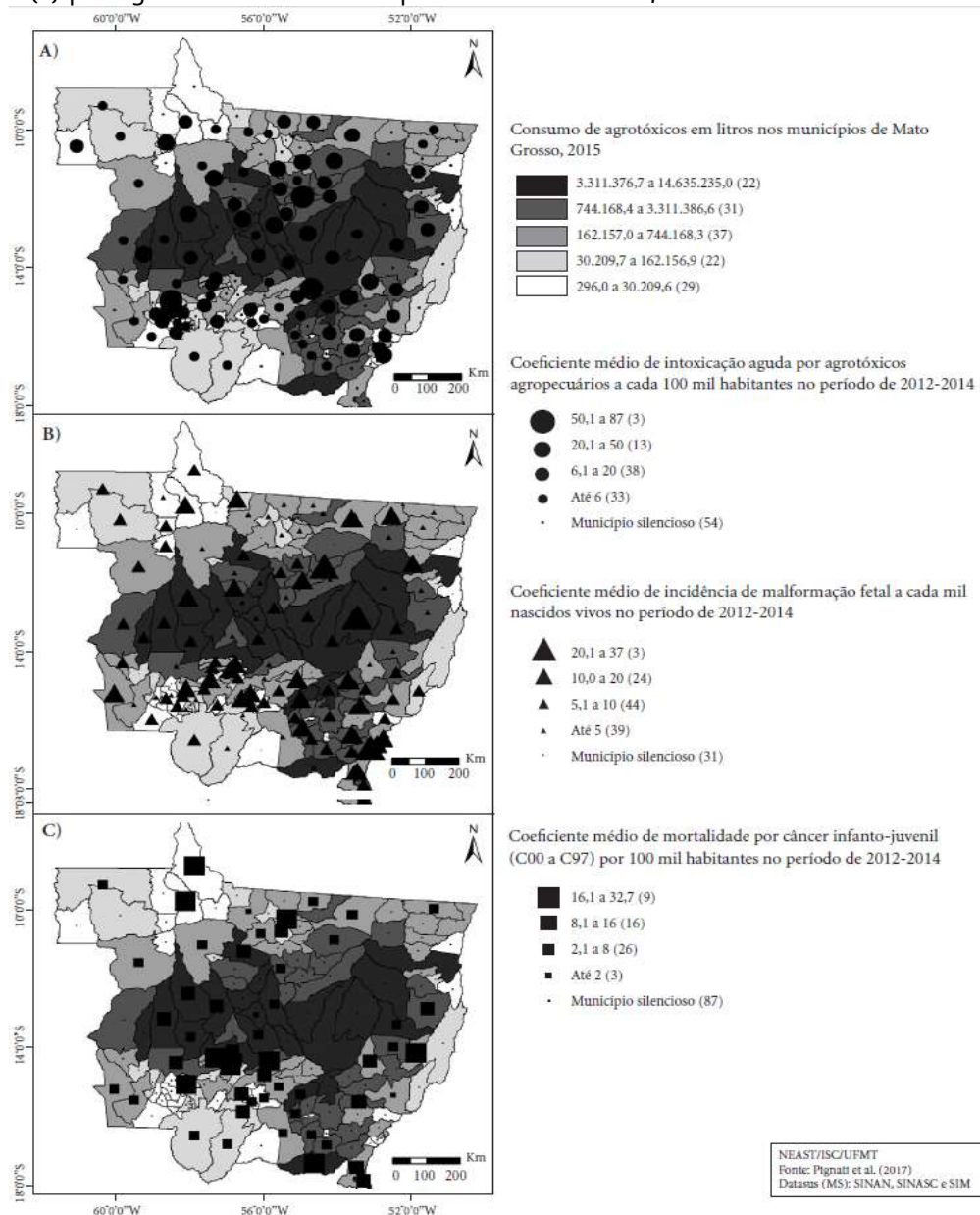


Nesse sentido, a questão do uso de agrotóxico como condição/justificativa para o aumento da "produção de alimentos" necessita ser revista: primeiro, as formas de uso e as legislações sobre o tema contribuem para o adoecimento da população desses territórios; segundo, se a saúde é direito previsto na Constituição, o modelo agrícola vigente (agronegócio) não promove/contribui para a garantia desse direito; terceiro, é necessário rever os conceitos de produção de alimento (na lógica da manutenção permanente da saúde humana) difundidos pelo

agronegócio (que explora os recursos hídricos, produz mercadoria e, ainda assim, não reduziu a fome no mundo).

Na próxima figura, é possível notar que os indicadores de saúde (intoxicações agudas, incidência de má-formação fetal e mortalidade por câncer infantojuvenil) apresentaram correlação positiva ao indicador ambiental (consumo de agrotóxicos), apontando uma associação entre o aumento do consumo de agrotóxicos e os coeficientes médios dos indicadores de saúde.

Figura 2 - Consumo de agrotóxicos e coeficientes de intoxicação aguda (a), subaguda (b) e crônica (c) por agrotóxicos nos municípios de Mato Grosso, 2015.



Parte dos impactos da exposição aos agrotóxicos na saúde humana vêm sendo discutidos desde 2005 por este núcleo de pesquisa e divulgados em artigos científicos e outras publicações. A partir de uma solicitação do Ministério Público e da demanda de movimentos populares, uma investigação sobre a "chuva" de agrotóxicos na zona urbana do município de Lucas do Rio Verde, que dessecou a produção de hortaliças em 65 chácaras do entorno da cidade, foi iniciada. Também chamada de "deriva", essa nuvem de veneno desencadeou surtos de intoxicações agudas em crianças e idosos, o que levou a uma série de pesquisas sobre as consequências do

uso de agrotóxicos na população desse município e, posteriormente, em outros municípios mato-grossenses de intensa produção agrícola.

Mato Grosso possui 141 municípios, dos quais 54 possuem processo produtivo agrícola similar e prováveis perfis sanitários, epidemiológicos, ambientais, sociais e trabalhistas análogos: lavouras agrícolas próximas de cidades, vilas, bairros, escolas, mananciais de água, canteiro de hortaliças e criação de animais; fraca vigilância ambiental; controle social e estatal coagido; e aumento de morbidades coincidentes com a safra agrícola. Dois importantes municípios agrícolas, Lucas do Rio Verde (11ª colocação na produção agrícola medida em toneladas) e Campo Verde (14ª) foram inicialmente selecionados para realizar estudos sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Os resultados são semelhantes nos dois municípios:

a) Exposição ambiental/ocupacional/alimentar por agrotóxicos de 136 litros/habitante em 2010.

b) Pulverizações de agrotóxicos aérea e tratorizada com menos de dez metros de fontes de água, criação de animais e residências, desrespeitando o Decreto-MT nº 2.283/09, que proibia a pulverização terrestre a menos de 300 metros; o Decreto-MT nº 1.651/13, que proíbe a pulverização terrestre a menos de 90 metros destes locais (em vigência); e a Instrução Normativa do MAPA nº 02/2008, que proíbe pulverização aérea a menos de 500 metros desses locais.

c) Contaminação por agrotóxicos em 83% dos 12 poços de água potável (escolas e cidade), em 56% das amostras de água de chuva e em 25% das amostras de ar monitoradas em escolas, por dois anos.

d) Presença de resíduos de agrotóxicos em 88% das amostras de sangue e urina dos professores de quatro escolas amostradas (duas urbanas e duas rurais), com concentrações maiores em professores que residiam e atuavam na zona rural em comparação com a zona urbana.

e) Contaminação por resíduos de agrotóxicos (DDE, endosulfan, deltametrina e DDT) em 100% das amostras de leite materno de 62 mães que pariram e amamentavam em Lucas do Rio Verde em 2010.

f) Presença de resíduos de agrotóxicos em sedimentos de duas lagoas. Também foram detectados no sangue de sapos, com incidência de má-formação quatro vezes maior do que na lagoa-controle, além de más-formações e mortandade em estudo de exposição do glifosato e do 2,4-D em minhocas.

g) As incidências de agravos sugerem que a correlação (a acidentes de trabalho, intoxicações, cânceres, más-formações e problemas respiratórios) aumentou entre 40% e 102% nos últimos dez anos, com nível 50% acima da incidência estadual. Dados complementares também apontam que as maiores incidências estão nas regiões de Sinop, Tangará da Serra e Rondonópolis.

h) Em Campo Verde, alguns serviços de saúde ainda não estavam implantados, como a Vigilância em Saúde dos Trabalhadores e o programa de Vigilância das Populações Expostas aos Agrotóxicos. Na Secretaria Municipal de Agricultura, a vigilância se resumia ao uso "correto" de agrotóxicos e ao recolhimento de embalagens vazias, sem questionamentos sobre os efeitos e o destino final do conteúdo das embalagens.

Nos últimos cinco anos, novas pesquisas foram executadas nos quatro polos de produção agrícola do estado (regiões de Sorriso, Sapezal, Rondonópolis e Querência). As pesquisas continuam mostrando impactos na saúde e no ambiente, com tendência crescente dos agravos devido ao aumento produtivo, ao consumo de agrotóxicos e ao fortalecimento do setor agroindustrial no legislativo. O resultado de alguns desses estudos mostram:

a) Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos nacional, principalmente dos princípios ativos 2,4-D, acefato, atrazina, clorpirifós, glifosato, haloxifope-p-metilico,

imidacloprido, malationa, mancozebe e metomil, apresentando correlações positivas e significativas entre o uso de agrotóxicos e as incidências de intoxicações aguda, subaguda (má-formação fetal) e crônica (câncer infantojuvenil) por agroquímicos nas regiões de maior produção agrícola.

- b) É nas lavouras de soja em que há o maior número de intoxicações ocupacionais, seguidas da lavoura de milho. Houve quatro óbitos ocasionados pela exposição a agrotóxicos agrícolas no período de 2007 a 2016. Dos 141 municípios de Mato Grosso, 83 notificaram intoxicações ocupacionais por agrotóxicos agrícolas, e, dos 54 municípios caracterizados como zona de elevada plantação agrícola, 14 permaneceram silenciosos ao longo dos dez anos. Emitiu-se a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em 10% das intoxicações ocupacionais notificadas pelo SINAN.
- c) A espacialização das informações (elaboração de mapas) possibilitou identificar municípios prioritários para a vigilância em saúde e o desenvolvimento de ações intersetoriais de prevenção dos impactos na saúde e no ambiente do uso de agrotóxicos.
- d) Uma pesquisa em territórios escolares rural e urbano mostrou que os alunos apontam a escola, as árvores, a produção de alimentos e a geração de empregos como elementos protetores da vida, e, como elemento destrutivo, o uso de agrotóxicos. Nas mesmas escolas, foram coletadas amostras de água de poços artesianos nas quais foram detectados resíduos dos herbicidas atrazina (na concentração 0,12 µg/L a 0,28 µg/L) e metolaclo (0,34 µg/L a 0,63 µg/L) em quatro dos seis poços analisados. Nas amostras de água de chuva, em 55% foram encontrados resíduos de pelo menos um tipo de agrotóxico entre os detectados (metolaclo, atrazina, trifluralina, malationa e metribuzim), sendo o metolaclo a maior frequência de detecção (86%) entre as amostras positivas.
- e) O modelo agrícola adotado no estado tem concentrado a terra e a riqueza para as empresas rurais (agroindústria) e socializado as poluições ambientais e doenças humanas aos trabalhadores e à população. O estado e as empresas rurais ignoram suas responsabilidades no processo de contaminação sistêmica e consideram o caso de contaminação apenas como um fato isolado ("acidente"), direcionando a responsabilidade da contaminação para os trabalhadores aplicadores de agrotóxicos (piloto ou tratorista), com a justificativa do uso "incorreto" do veneno por esses empregados.
- f) Um estudo sobre saúde mental em um assentamento rural mostra a tentativa de regularização da terra por um grupo de trabalhadores rurais em uma região onde prevalece a lógica do latifúndio e do agronegócio, e como a luta pela terra tem implicado sofrimento social. Esse grupo sofre ameaças pela ocupação da terra por parte dos fazendeiros (empresas rurais) que não aceitam sua busca de autonomia.
- g) O processo de trabalho no agronegócio, associado à migração por emprego, ao trabalho abusivo, à ausência de suporte das empresas para acompanhamento em saúde mental, à discriminação e à resistência à atenção psicossocial/psicológica/psiquiátrica, à exposição aos agrotóxicos, à proximidade das plantações com as residências, à hegemonia no controle do território, influencia no sofrimento, que pode resultar em suicídio. Por meio de um inquérito de morbidade autorreferida, foram localizados em três municípios estudados, na região oeste do estado, 17 casos de suicídio na amostra de 1.384 famílias entrevistadas.

As poluições intencionais por agrotóxicos, sejam por meio da água, do ar, dos alimentos ou pelo processo de trabalho nas fazendas, contaminam o ambiente nos territórios em que há

intensidade de produção agrícola, comprometendo a saúde dos ecossistemas e das pessoas. Para além desses territórios, a contaminação é também "exportada" a locais distantes, por meio do ar, da água dos lençóis freáticos, dos rios e, sobretudo, pelos alimentos que consumimos diariamente. Dessa forma, a poluição intencional é, por si só, uma estratégia que desencadeia violações de direitos humanos fundamentais, tais como o Direito à Saúde (previsto no artigo 196 da CF, 1988), aos ambientes saudáveis (previsto no artigo 225 da CF, 1988), à alimentação adequada (Emenda Constitucional nº 64/2010, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal) e à água, além de também ferir o princípio da soberania e da segurança alimentar e nutricional, pois impede a coexistência de outros modelos produtivos não químico-dependentes, impondo o modo de produção e seus impactos às famílias dos campos e das cidades.

Recentemente, foi publicado um relatório com os resultados das análises de água em municípios brasileiros que realizam o monitoramento em seus serviços de abastecimento. Dos 30 municípios mato-grossenses investigados, todos apresentaram agrotóxicos na água de abastecimento, indicando a gravidade das exposições nos territórios, considerando que a contaminação dos sistemas hídricos atinge todas as pessoas e não está subscrita aos territórios de produção — fato que já é grave e preocupante —, mas está presente também em municípios onde não há produção agrícola intensiva.

Apesar de produzir *commodities* agrícolas para exportação e se autopromover a partir das safras recordes, com volume de produção aumentando a cada ano e contribuindo com parcela significativa do PIB nacional, o Estado de Mato Grosso apresenta indicadores de saúde negativos, como acidentes de trabalho e incidência de hanseníase e tuberculose.

Não há investimentos na rede pública de serviços de saúde no estado, sendo a maioria dos serviços contratualizados com o setor privado. Os hospitais regionais, cuja gestão é de responsabilidade do estado, foram repassados a organizações sociais, com poucas fiscalização e transparência nos atos administrativos e técnicos. As consequências dessa falta de investimentos são vivenciadas pela população mato-grossense, que é desassistida em suas necessidades básicas de saúde. Um exemplo recente foi o caso da ameaça de fechamento do Hospital Regional de Sorriso por falta de recursos de custeio. Sorriso é o município com maior área plantada de grãos nacional, com PIB *per capita* de R\$ 68.132 (15ª posição no estado). A desestruturação da rede de serviços no interior do estado gera também a sobrecarga das unidades de saúde da capital, Cuiabá, que recebem os pacientes advindos do interior, precarizando ainda mais o atendimento já afetado pela falta de investimentos no município. Enquanto isso, o estado segue com as isenções fiscais ao agronegócio, por meio da Lei Kandir (LC nº 87/1996) e outras desonerações fiscais, do perdão de dívidas e do incentivo irrestrito à produção e à comercialização de agrotóxicos em seu território.

As contradições no cenário das políticas públicas em Mato Grosso evidenciam o papel do estado como fomentador do agronegócio, assumido deliberadamente em detrimento da saúde da população mato-grossense, cujos direitos têm sido violados sistematicamente, seja pelas exposições direta e indireta aos contaminantes químicos e aos impactos dos ambientes degradados, seja pela falta de acesso e pela baixa qualidade dos serviços de saúde.

Nesse processo social, lideranças populares/sindicais e alguns pesquisadores são "pressionados" por gestores públicos e por empresários do agronegócio a recuarem com a divulgação de dados científicos ou denúncias a órgãos fiscalizadores, como o Ministério Público.

No entanto, as vítimas adoecidas pela exposição aos agrotóxicos e residentes que querem qualidade de vida nesses territórios têm apoio da academia. Esta, que atua em rede com pesquisadores nacionais, internacionais, de instituições renomadas, públicas, sérias e comprometidas com o desenvolvimento social, têm buscado a justiça socioambiental e tornado públicos os enfrentamentos pela manutenção dos Direitos Humanos fundamentais à vida.

Novos modelos de estudos para interpretar esses processos permitem ampliar e expandir o olhar científico, incorporando aspectos indispensáveis para a compreensão do impacto negativo dos agrotóxicos à saúde e ao ambiente, e para construção de ações coletivas de prevenção.

Recomendações

O Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST), pautado nas discussões nacionais, como na Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), aponta a necessidade da execução de medidas preventivas que visem qualidade de vida para a população mato-grossense, como: cumprimento da legislação sobre distância de pulverização (aérea e tratorizada); proibição das pulverizações aéreas; proibição do uso de agrotóxicos não autorizados na União Europeia; fim dos subsídios públicos para compra e uso de agrotóxicos; implantação da Vigilância em Saúde dos trabalhadores nos municípios; implantação e atuação da Vigilância em Saúde das Populações Expostas aos Agrotóxicos com ênfase no monitoramento da água e dos alimentos; criação de zonas livres de agrotóxicos e transição para o modelo agroecológico de agricultura e de territórios saudáveis e sustentáveis.

Referências

- BELO, M. S. S.; PIGNATI W.; DORES, E. G. C. ; MOREIRA, J. C.; PERES, F. Uso de agrotóxicos na produção de soja do estado de Mato Grosso: um estudo preliminar de riscos ocupacionais e ambientais. **Rev.bras. saúde ocup.** vol.37, n.125, 2012.
- BESERRA, L. **Agrotóxicos, vulnerabilidades socioambientais e saúde** : uma avaliação participativa em municípios da bacia do rio Juruena, Mato Grosso [dissertação]. Cuiabá:Instituto de Saúde Coletiva da UFMT; 2017.
- CARNEIRO, L. G.S *et al.* **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: FioCruz/Expressão Popular, 2015. 624 p.
- CORREIA, F. V.; MOREIRA, J. C. Effects of glyphosate and 2,4-D on earthworms (*Eisenia foetida*) in laboratory tests. **Bull Environ Contam Toxicol**, (2010), v. 85, p. 264–268; 2010.
- COSTA, V. L. S. **Aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais presentes no suicídio de trabalhadores e trabalhadoras inseridos no Agronegócio**. [Dissertação]. Cuiabá: Instituto de Saúde Coletiva Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.
- CUNHA, M. L. O. N. **Mortalidade por câncer e a utilização de pesticidas no estado de Mato Grosso** . [Dissertação], São Paulo: Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, 2010.
- CURVO, H. R. M.; PIGNATI, W. A.; PIGNATTI, M. G. Morbi mortalidade por câncer infantojuvenil associada ao uso agrícola de agrotóxicos no Estado de MT- Brasil. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 21(1), p.10–17, 2013.
- DORES, E. F. ; CALHEIROS, D. F.; Contaminação por agrotóxicos na bacia do rio Miranda, Pantanal (MS). **Revista Brasileira de Agroecologia**: vol. 3, Suplemento 202, ano 2008.
- DOS SANTOS, L.; LOURENCETTI, C.; PINTO, A.; PIGNATI, W. A.; DORES, E. F. Validation and application of an analytical method for determining pesticides in the gas phase of ambient air. **Journal of Environ Science and Health**, B, v.46, p.150–162, 2011.
- FÁVERO, K. A. S. **Pulverizações de agrotóxicos nas lavouras de Lucas do Rio Verde e os agravos respiratórios em crianças menores de 05 anos**. [Dissertação], Cuiabá: UFMT/ISC, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Série histórica de área plantada e produção agrícola**: safras 2000 a 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.
- INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO. **Relatório de consumo de agrotóxicos em Mato Grosso**, 2005 a 2012. Banco eletrônico. Cuiabá: INDEA-MT; 2013.
- LARA, S. S. **Intoxicação aguda por agrotóxicos**: um estudo do registro nas regiões agrícolas do agronegócio [dissertação]. Cuiabá: Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.
- MACHADO, P. **Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade**. MS/ANVISA, 2008.

MIRANDA, K; CUNHA, M. L. F; DORES, E. F.; CALHEIROS, D. F.; Pesticide residues in river sediments from the Pantanal Wetland, Brazil. **Journal of Environmental Science and Health**, B (2008) 43, 717-722, 2008.

MOREIRA, J. C. *et al.* **Avaliação do risco à saúde humana decorrente do uso de agrotóxicos na agricultura e pecuária na região Centro Oeste. Brasília**: Pesquisa CNPq 555193/2006-3, 2010.

MOREIRA, J. C. *et al.* Contaminação de águas superficiais e de chuva por agrotóxicos em uma região de Mato Grosso. **Ciência & Saúde Coletiva**: 17(6), 2012, 1557-1568.

NASRALA E. *et al.* Vigilância em saúde e agronegócio: impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente. Perigo à vista. **Ciência & Saúde Coletiva**; vol 19(12): 4709-4718; dez. 2014.

OLIVEIRA L.K. *et al.* Processo sócio-sanitário-ambiental da poluição por agrotóxicos na bacia dos rios Juruena, Tapajós e Amazonas em Mato Grosso, Brasil. **Saúde Soc.** São Paulo, v.27, n.2, p.573-587, 2018.

Oliveira NP. **Malformações congênitas em municípios de grande utilização de agrotóxicos em Mato Grosso**. [Dissertação]. Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, 2012.

ONISH, C. A. **Vigilância em saúde da população exposta aos agrotóxicos pela ótica das organizações de Campo Verde – MT**. [Dissertação], Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, 2014.

PALMA, D. C. A. *et al.* **Agrotóxicos em leite de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. [Dissertação], Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, 2011.

PIGINATI W.A. *et al.* Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**; vol 19(12), dez. 2014.

PIGINATI W.A. *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciênc Saúde Colet.** 2017.

PIGINATI W.A.; MACHADO, J. M. H. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população de MT. In: GOMEZ, C. M. *et al.* (Org.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. RJ: Fiocruz; 2011.

PIGINATI W.A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12(1), 2007, p. 105-114.

PISTÓRIO, B. V. **Sofrimento social de trabalhadores rurais assentados na contracorrente do agronegócio na bacia do rio Juruena – MT** [dissertação]. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, 2017.

PRIMAVESI, A. M. *et al.* Por que os transgênicos são ameaças à saúde e a soberania alimentar. **CNBB**; 2014.

SILVA, S.A. **O agronegócio e as intoxicações agudas por agrotóxicos em Mato Grosso, Brasil** [dissertação]. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, 2014.

UECKER, M.E. *et al.* Parental exposure to pesticides and occurrence of congenital malformations: hospital-based case-control study. **BMC Pediatrics** (2006), 16:125, 2006.

COLAPSO CLIMÁTICO NO OLHO DO FURACÃO

Déborah Moreira Santos
Michèle Sato
Giselly Rodrigues Gomes
Rafael Martine

Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA
 Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGE - UFMT



Fig. 1: Águas de MT [Michèle Sato]

Você tem observado se o tempo continua o mesmo? Está mais quente? Chove menos ou mais? O volume de água dos rios é igual ao passado? A paisagem de antes continua igual? O clima mudou? As pessoas mudam o clima, ou são fenômenos da natureza? (Figura 1)

Quando perguntamos sobre o clima à população, de forma geral os adultos sempre observam alguma modificação e se arriscam a dar alguns bons palpites meteorológicos, mas a maioria não percebe a crise climática, embora observe a degradação mais visível da natureza. Há cerca de três décadas, as informações sobre o tempo passaram a ser noticiadas na mídia brasileira, mas bastante limitadas a sol e chuva, ou quente e frio, como uma condição do momento (tempo) em um determinado território, sem consideração à configuração mais duradoura e global (clima).

Contudo, enquanto a parcela majoritária da mídia tem contribuído para invisibilizar o clima, o jornal britânico *The Guardian*⁵⁶ vem sistematicamente noticiando as temáticas ambientais e climáticas, responsabilizando o humano pelos processos da degradação ambiental. Em maio de 2019, o jornal trocou o termo "mudança" por "crise" ou "colapso" do clima, evidenciando a emergência do assunto na Era do Antropoceno. Igualmente, abandonou o termo "*warming*", que pode ser entendido como um calor natural, por "*heating*", que evidencia uma queima provocada pelo *Homo sapiens*, e não por termômetros (e cérebros) insipientes. Não se trata de um detalhe semântico, pois as palavras não são signos neutros — exigem interpretação e cuidados. No caso do editorial do *Guardian*, essa premissa linguística opera como uma boa resposta aos terraplanistas e aos negacionistas do clima, que, por razões políticas, resolveram

⁵⁶ <https://www.theguardian.com/environment/2019/may/17/why-the-guardian-is-changing-the-language-it-uses-about-the-environment>, 17/05/2019

desprezar as ciências e disputar o conhecimento. Em vista disso, utilizaremos o termo "crise climática" e "queima global", eliminando qualquer dúvida se o colapso climático tem influência humana: sim, o humano é o epicentro responsável pela tensão climática.

Obviamente, o peso da responsabilidade humana nesse cenário climático não é o mesmo para todas as classes sociais e países, da mesma forma que os impactos das crises climáticas são e serão sentidos de forma distinta entre as sociedades humanas. Dessa maneira, podemos afirmar que os grupos humanos mais pobres sofrem e sofrerão muito mais do que aqueles mais ricos, e são justamente estes os maiores agentes pela agonia climática (MILANEZ; FONSECA, 2011). Se algo precisa mudar a favor da vida neste planeta, deve ser o modo de "desenvolvimento" econômico, alicerçado no sistema monetário que impera selvagemmente nas sociedades. Os processos da colonização promoveram a acumulação da moeda como condição de *status* social no uso e no abuso do ambiente como forma de enriquecimento.

Crise climática: uma verdade inconveniente

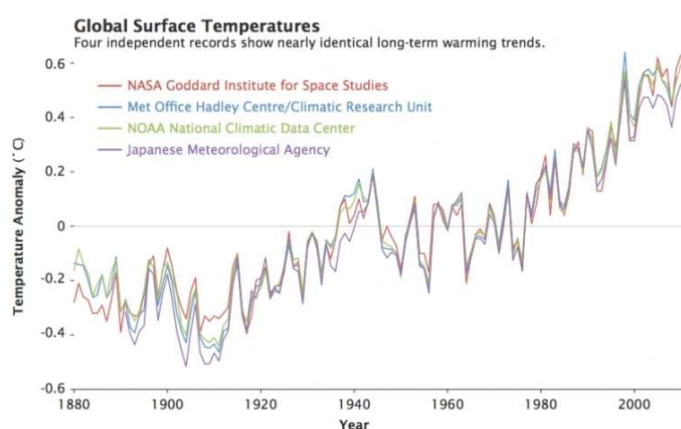


Figura 2 - Aumento da temperatura (NOAA, 2018).

Estudos produzidos pela National Aeronautics and Space Administration (NASA), pela Climate Research Unit, pelo National Climatic Data Center (da National Oceanic and Atmospheric Administration, NOAA) e pela Japanese Meteorological Agency são coincidentes sobre o aumento da temperatura do planeta ao longo dos anos, entre 1880 e o ano 2000 (NOAA, 2018) (Figura 2).

Há consenso, em mais de 90% dos estudos referentes às crises climáticas, de que o aumento exponencial na temperatura está ligado às atividades antrópicas, como queima de combustíveis fósseis e desmatamentos, que emitem excessivamente para a atmosfera gases do efeito estufa (GEEs), principalmente o dióxido de carbono (CO₂) (PACHURI; MEYER et al., 2015; NOAA, 2017).

Desde 1880, a temperatura global tem aumentado 0,07 °C por década, causando derretimentos de gelos que resultaram no aumento de 0,19 metro no nível do mar de 1901 a 2010, e elevação da temperatura dos oceanos em 0,11 °C a cada década, provocando rápidos e catastróficos degelos nos polos. Alterações que vêm acompanhadas de aumento de chuvas intensas na América do Norte, na Austrália e na Ásia, incêndios florestais nos Estados Unidos, secas intensas e prolongadas em várias partes do globo, furacões e terremotos (PACHURI; MEYER et al., 2015). No Brasil, a maior ameaça é a queima global, cujo aumento da temperatura provocará consequências que afetarão drasticamente todas as formas de vida.

Os desastres obrigam um contingente enorme de pessoas a sair dos locais em que vivem, tornando-se, conforme definição da Organização Internacional para as Migrações (OIM), migrantes motivados por causas ambientais, ou seja, "pessoas ou grupo de pessoas que, por razões prementes de súbita ou progressiva alteração no meio ambiente prejudiciais à sua vida ou condições de vida, são obrigadas a deixar sua moradia habitual ou optam por fazê-lo" (OIM, p. 1). Os fluxos migratórios atuais são desafios complexos, muito incompreendidos pelas populações. Assim, os migrantes tornam-se grupos em situação de vulnerabilidade, e aumentam,

a cada dia, as migrações causadas pelas tragédias climáticas, com diversas violações de Direitos Humanos e injustiças socioambientais.

Injustiça climática: grupos em situação de vulnerabilidade

Os modelos de desenvolvimento orientados pelo mundo obedecem a um estilo colonial de hierarquia entre humanos e não humanos. A natureza tornou-se um "recurso" e deve estar à mercê do uso humano. Essa visão antropocêntrica permitiu que nós depredássemos o ambiente, e as características industriais ou agrícolas ocasionaram drásticas alterações nos ciclos da terra, provocando o colapso climático.

Desde o surgimento da espécie humana até a era pré-industrial, a concentração de CO₂ na terra permaneceu estável. Contudo, os altos níveis de poluição devido à queima de produtos derivados do petróleo, à produção industrial e ao consumo, principalmente de países ricos, e aos desmatamentos de grandes áreas para o agronegócio têm aumentado drasticamente a concentração de GEE. Esses fatos dão pistas das ameaças à biodiversidade e da crise global que se avizinha rapidamente.

O colapso será sentido por todos, entretanto de forma, escala e justiça desiguais. Extinção de espécies, insegurança alimentar, desertificação, escassez de água potável, tempestades, terremotos e migrações em massa são algumas das consequências das alterações climáticas causadas pela ação antrópica que atingirão muito mais os grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Por exemplo, em Mata Cavalo, quilombo de Nossa Senhora de Livramento, já existe escassez de água, e tanto o uso doméstico como o acesso à água são tarefas destinadas às mulheres. É comum cenas de mulheres do mundo inteiro com vasos, baldes ou latas na cabeça buscando água ao lado de crianças e idosos, cujos cuidados também recaem às mulheres, fruto de uma orientação misógina da humanidade, com constantes violações de seus direitos.

A problemática é potencializada pela falta de preparo governamental no trato com a pobreza estrutural, a condição étnico-racial, as pessoas com deficiência (PcD), a orientação sexual e as demais formas de intolerâncias. Em muitos casos, o estado acaba se tornando o maior causador de desabrigados e mortos durante os desastres socioambientais, e, muitas vezes, a única alternativa para os sobreviventes é o deslocamento para outros territórios.

Estudos revelam que os números de migrantes por motivos associados às causas ambientais ou climáticas estão estimados em 200 milhões de pessoas e, até 2050, devem ultrapassar 1 bilhão (CLARO, 2015). A exemplo do que vem acontecendo em diversos países, usamos aqui o caso do Haiti, localizado na América Central. O país tenta até os dias atuais se recuperar de um terremoto que ocorreu em 2010, que durou 35 segundos e deixou entre 200 mil e 250 mil mortos, 300 mil feridos e aproximadamente 1,5 milhão de pessoas desabrigadas (CAVALLO; POWELL; BECERRA, 2010). Esse desastre forçou inúmeras pessoas a deixarem o país na busca por condições de vida dignas.

Embora o colapso climático seja evidente em nível global, convém ressaltar que as dramáticas consequências recaem sobre as populações vulnerabilizadas pelos sistemas que menos contribuem para elas, obrigando as pessoas a migrar, de modo que, muitas vezes, essa é a única maneira de preservar sua vida, tornando-se assim um migrante climático. De acordo com o Centro de Monitoramento de Deslocados Internos, o colapso climático é um dos maiores responsáveis pelos fluxos migratórios atuais (IDMC, 2018).

Convém ressaltar que as dramáticas consequências recaem sobre as populações vulnerabilizadas pelos sistemas que menos contribuem para elas.

Exemplos de migrantes climáticos são os grupos de haitianos que, desde a ocorrência do terremoto no início desta década, têm migrado para o Brasil. Segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincere), entre 2010 e 2015 mais de 85 mil haitianos entraram no país e, desse total, mais de 3,5 mil chegaram até Cuiabá (MILESI; COURY, 2017).

Embora não percebam a influência climática quando arguidos, alguns migrantes do continente africano afirmam ter migrado ao Brasil pelas precárias condições de vida. Migrantes do Senegal, por exemplo, afirmam que a seca não possibilita a agricultura e que há escassez de água. Ainda assim, não conseguem estabelecer a relação de seus fluxos migratórios com o clima. Situação similar ocorre com os haitianos, que asseguram ter migrado por questões econômicas, e não devido ao terremoto que abalou o país. Recentemente, o ciclone que devastou Moçambique no início de 2019 também forjou migrações. Em Cuiabá, ainda temos a presença de migrantes asiáticos das Filipinas, notadamente devido a terremotos e tsunamis, além da Indonésia, que possui inúmeros vulcões ativos, que ameaçam as condições de vida. Nunca houve, na história da civilização, tanta dispersão como nos dias atuais, superando os números por ocasião da Segunda Guerra Mundial, que era considerada o período de maior migração⁵⁷.



Figura 3 - Icy & Sot - mulher migrante.
Brooklyn, Nova York [street art].

Um outro perfil que se modifica é a presença feminina, historicamente mais escassa nas ondas migratórias prévias. Principalmente no contexto europeu, mulheres e meninas são os grupos que mais sofrem, já que são assediadas sexualmente e ainda são obrigadas a limpar os refúgios e a cozinhar, afora suas necessidades de buscar trabalho, como os homens. Muitas vezes, têm a gravidez indesejada na perseguição dos guardas das fronteiras, e algumas crianças sofrem a síndrome da resignação⁵⁸, acometidas por um sono longo e profundo por sentirem muita insegurança na mudança de casa, principalmente em países com situações dramáticas, como a guerra ou um desastre.

Em diversas partes do mundo, há grupos se deslocando por causa de problemas ambientais e econômicos que têm como força motriz as alterações no clima. Diante desse cenário mundial que atingirá a todos, mas sobremaneira as populações em condições de vulnerabilidade, fica a indagação: como o Brasil e o Estado de Mato Grosso têm recebido e como têm se preparado para tratar a questão da migração pelos desastres climáticos?

Os números de migrantes ambientais crescem anualmente. As estatísticas alarmantes escandalizam, mas não expressam o sofrimento dos seres humanos deslocados

⁵⁷ Informações obtidas durante o curso online [2019] "The Climate Change and Migration: prediction, politics and policy" – promovido no bojo de um vasto programa filantrópico da Inglaterra, UK Climate Migration Coalition [<http://climatemigration.org.uk/>]

⁵⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41761272>

compulsoriamente, que, estrangeiros em outros territórios, enfrentam a xenofobia e são vítimas da intolerância, da incapacidade de conviver com a diversidade e da ausência de solidariedade.

Futuro incerto, mas sem perder as esperanças

Os colapsos ambientais globais têm exposto a fragilidade da espécie humana em lidar com as consequências socioambientais. Esses desastres são resultados do protótipo de desenvolvimento adotado no mundo. Tanto o aumento da queima global como furacões, secas prolongadas, desertificação e inundações vêm provocando migrações forçadas, principalmente quando há incapacidade ou impossibilidade social e governamental para lidar com desastres. É louvável a atuação da Greta Thunberg, uma menina nascida em 2003 que desafiou primeiramente os parlamentares suecos e logo virou manchete internacional. Uma das motivadoras das greves das escolas pelo clima, Greta tem o discurso afiado e a respeitabilidade por aqueles que acreditam na potência dos jovens em promover as mudanças do mundo.

Apesar do crescente número de pessoas deslocadas por motivos ambientais e climáticos, estudos e debates dos movimentos sociais sobre a temática ainda são poucos no Brasil, o que se traduz em escassas políticas públicas destinadas a populações migrantes e nos poucos mecanismos de proteção positivados.

Destarte, são urgentes reflexões, debates e diálogos que possam contribuir para se pensarem a problemática da migração humana, a injustiça climática e os Direitos Humanos e da Terra, e subsidiar a criação e a implementação de políticas públicas. Uma rede de várias entidades consegue dialogar em torno da recepção, da documentação, do alojamento, da logística, do trabalho, dos encaminhamentos e dos cuidados com os migrantes.

O governo de Mato Grosso deve ter uma porcentagem de seu orçamento para incentivar as atividades e pesquisas climáticas, bem como ajudar os migrantes, com assistência à saúde e ao bem-estar. Os refúgios, ou casas de hospedagem, carecem de logística necessária igualmente às crianças, com um espaço de lazer e brinquedos que possam assegurar a saúde mental de todos. Uma política especial às mulheres deve ser considerada, já que elas representam os grupos em mais situação de vulnerabilidade, tanto na crise climática como na migração.



As migrações climáticas despontam no atual contexto mundial, tornando-se necessário problematizá-las e discuti-las junto com os movimentos sociais, o que se torna um desafio político e ético dos grupos comprometidos com a justiça social. Mais debates, processos formativos, comunicação e eventos sobre a migração devem se configurar para que o futuro não seja tão incerto e tenha um bonito ato de esperar. Afinal, migrar é um direito assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Figura 4 – Migrar não é crime.

Banksy, Londres [street art].

Nesse sentido, diversas organizações mato-grossenses se uniram sob a batuta do Centro de Pastoral do Migrante para a concreção do I Fórum de Fluxos Migratórios (Figura 5), que contou com a participação de 142 pessoas, originárias de 11 países. Discutimos diversos aspectos sobre migração com a participação de diversas entidades decisivas nos processos de sua legalização. Foi escrita uma carta de migração, com objetivos de fomentar os marcos legais sobre o tema e subsidiar a construção de políticas públicas para migrantes em Mato Grosso.



Fig. 5 – Fórum Fluxos Migratórios, Cuiabá, UFMT, 2018.

Fotografias: Andrés Pasquis

A Carta da Migração de Mato Grosso foi construída entre os participantes do Fórum⁵⁹, com a relatoria de Michèle Sato, e expressa as recomendações em quatro blocos principais:

- 1) De fortalecer a Lei da Migração (Lei Federal nº 13.445/2017) no âmbito do Estado de MT, com todos os cuidados necessários.
- 2) De assegurar os processos educativos em amplos sentidos, principalmente os linguísticos da Língua Portuguesa.
- 3) De garantir o atendimento da saúde integral, com acesso flexível e gratuito por parte do Estado.
- 4) De endossar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluindo o processo de formação e comunicação mais amplo no Brasil, livre da xenofobia e com mais solidariedade.

E, porque somos conectados, a garantia do ambiente protegido, com direitos que possam promover a proteção dos povos humanos, dos não humanos e de todas as porções da água, terra, fogo e ar que consigam manter a felicidade de uma Terra sustentável.

Carta da Migração de Mato Grosso
Cuiabá, 2018: UFMT
Fórum de Fluxos Migratórios



Capa da revista *National Geographic*⁶⁰
jun. 2018: "Iceberg plástico".

⁵⁹ <https://direitoshumanosmt.blogspot.com/p/migracao.html>

⁶⁰ <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/06/>

Referências

- CARRINGTON, Damian. **Why the Guardian is changing the language it uses about the environment**. London: Guardian News & Media Limited, editorial, Friday, May17, 2019. Retrieved on May17th, 2019 [<https://www.theguardian.com/environment/2019/may/17/why-the-guardian-is-changing-the-language-it-uses-about-the-environment>].
- CAVALLO, Eduardo; POWELL Andrew; BECERRA Oscar. Estimating the Direct Economic Damages of the Earthquake in Haiti. **The Economy Journal**. The Economic Journal, 120 (August), F298–F312. USA. 2010.
- CLARO, Carolina de Abreu Batista. **A Proteção dos "Refugiados Ambientais" no Direito Internacional**. São Paulo: 2015, 328f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.
- INTERNAL Displacement Monitoring Centre (IDMC). **Global Internal Displacement Database Report**. 2018. Retrieved on October 10, 2018 [<http://www.internal-displacement.org/database/displacement-data>].
- MILANEZ, B.; FONSECA, I. F.; Justiça climática e eventos climáticos extremos: Uma análise da percepção social no Brasil. **Terceiro Incluído**, Goiânia, v.1, n.2, p. 82-100, 2011.
- MILESI, Rosita e COURY, Paula. Apresentação. In: FERNANDES, D. et al (Orgs.). **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília: Agência da ONU para refugiados (ACNUR) & Instituto Migrações Direitos Humanos, Caderno de Debates 13, v.12, n.12, p. 9-16, 2018.
- NATIONAL Centre for Environmental Information (NOAA), **State of the Climate: Global Climate Report for May 2017**, published online June 2017, retrieved on July 29th, 2017 [<https://www.ncdc.noaa.gov/sotc/global/201705>].
- NATIONAL Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), **A Global Network for Measurements of Greenhouse Gases in the Atmosphere**, published online August, 2018, retrieved on December 20th, 2018 [<https://www.esrl.noaa.gov/gmd/ccgg/trends/full.html>].
- PACHURI, Rajendra; MEYER, Leo (Eds.). **Climate change 2014 synthesis report for policy maker**. Genève: Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) & World Meteorological Organization (WMO), published online August, 2015, retrieved on December 20th, 2018 [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/05/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf].



As garças descem nos brejos que nem brisas.
Todas as manhãs.

~ Manoel de Barros

4. ESPERANÇAS & CONSTITUIÇÕES



Arte: Ruth Albernaz

IDEOLOGIA, COMUNICAÇÃO E COSMOLOGIA

Ana Paula Carnahiba*

Gibran Luis Lachowski**

*Jornalista, Assessoria de Comunicação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs/MT

**Jornalista, professor da Universidade de Estado de MT – UNEMAT



Nossa forma de pensar é ainda muito baseada no conceito de evolução biológica. Nossa ideia de progresso e bem-estar enxerga a exuberância da natureza como obstáculo. Ainda acreditamos que Deus nos deu o direito de conquistar e dominar o mundo para fazer o que "é belo aos olhos Dele". Enfim...

E essa maneira de conceber a vida orienta, e muito, nossos sentir e agir. Assim, o dinheiro vira o maior símbolo da felicidade. Dessa forma, ser o funcionário do mês na empresa se torna o resumo do sucesso, de modo que passamos a enxergar nossas e nossos colegas de trabalho como pessoas a serem vencidas. Por isso, chamamos de "Deus" um bezerro de ouro, porque já estamos sós, isolados em nossa ganância exagerada, e assim ferimos de morte nossa condição humana de seres sociais, que vivem em grupo, em sociedade. Ferimos de morte também nossa condição simbólica, espiritual, porque não somos só carne, ossos, vermes, razão e consciência do próprio corpo. Somos vida, e vida pulsante.

Mas tudo isso não ocorre à toa. Não vem do céu. Não brota do nada. Tem sentido e faz sentido porque foi sendo construído socialmente, culturalmente, historicamente, e se incorporou ao nosso viver. Tornou-se algo forte e atraente, e por isso nos envolveu. Foi irradiado a partir de várias fontes de divulgação, como a família, a universidade, a escola, o exército, o grupo de amigas e amigos, a empresa, o órgão público, a organização não governamental... a mídia, a internet.

Afinal, a realidade é construída e ganha direção a partir das ideias que os homens e as mulheres defendem. As ideias que despontam e são mais assimiladas dão o rumo do desenvolvimento. Não que reinem sozinhas, sem oposição, porém são majoritárias, hegemônicas, e se espalham pelos mais diversos campos do saber e do viver, e esse processo de disputa não ocorre de modo pacífico, em um campo aberto, com as pessoas podendo defender seus pensamentos de forma democrática, cada qual com seu tempo de fala, sem pressões, acreditando que sempre se chegará a um ponto de equilíbrio. A realidade é mais complexa, e isso precisa ser entendido.

Primeiro, essa disputa de ideias não ocorre apenas entre pessoas "de mãos livres", "consciências abertas", despreocupadas em convencer. Na maior dimensão decisiva, essa disputa ocorre a partir de entidades, grupos e instituições que querem conquistar mentes e corações para atingir seus objetivos de dinheiro, poder e estilo de vida. E é assim que a tecnologia se torna um mecanismo de dominação. E é assim que a ciência vira instrumento de propaganda de uma grande ideologia. E é assim que a comunicação em formato de mídia reproduz os valores sociais que caracterizam essa grande ideologia.

Por isso, não sejamos ingênuos. Essa ampla ideologia une e fortalece a ação de grandes grupos de comunicação, de bancos, de petróleo, de diamantes, de roupas, de moda, de cosméticos, de veículos e de tantos outros. Também une e fortalece vários setores de igrejas, de

governos e da sociedade civil organizada, e todo esse processo faz parte do curso histórico da vida. O Capitalismo, essa ampla ideologia destrutiva, já foi novidade no mundo. Proporcionou novos ares a partir do século XVI. Derrubou o Feudalismo e o Absolutismo. Fez circular mercadorias e ideias. Defendeu o indivíduo e a razão. Opôs-se aos domínios espiritual e material exercidos pela Igreja Católica nos tempos dos tribunais de inquisição. "Libertou" da escravidão parcelas da população negra, porém por motivo econômico, jogando-as ao relento e projetando preconceito e desigualdade social até hoje bastante evidentes. Transformou-se de novidade em poder central, fazendo de tudo para se reproduzir na dianteira. Guerras, massacres, doenças, discriminações, exclusão social... Passou do princípio da concorrência às velhas práticas dos monopólios, dos oligopólios, dos latifúndios, da concentração de renda, da concentração de meios de comunicação, e por aí vai.

Por consequência, passou do princípio da circulação de ideias à velha prática do ataque e da eliminação de visões de mundo diferentes ou opostas. Tratou a diversidade como um perigo, aceitando-a quando não colocava em risco a manutenção de poder. E criou uma falsa ideia de Democracia, baseada na difusão dos conceitos que lhe interessavam para sustentar o *status quo*.

Enfim, massificou o bezerro de ouro como símbolo maior da felicidade, do amor, da paz, do sucesso, do respeito, da autoestima, da justiça e da solidariedade. Fez da mercadoria a única forma compreensível de entender a vida e se relacionar com as pessoas.

Notícia-mercadoria, amor-mercadoria, filhos-mercadorias, nacionalismo-mercadoria, progresso-mercadoria, profissão-mercadoria, saúde-mercadoria, alimentação-mercadoria, prazer-mercadoria, religião-mercadoria... E essa essência mercadológica vai sendo renovada a cada versão do Capitalismo: comercial, industrial, financeiro, virtual... E aí vale quem trabalha mais, quem produz mais, quem faz mais rápido, quem resolve em um segundo, quem fica sempre ligado.

Não obstante, desse modo o humano se escraviza sem precisar de um carrasco para lhe tirar o couro, diz o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han em *Sociedade do Cansaço* (2017) e em outras obras. O autor destaca que temos hoje um trabalhador oprimido pela obrigação de desempenho próprio e de alcançar metas, ele mesmo concorrente de si, sempre precisando atingir um patamar maior; sendo "senhor e soberano de si", cobrando-se extenuadamente para ser sempre mais e melhor. Não se permite descansar, trabalha mais horas que o necessário, está sempre ligado nas redes sociais, não admite parar porque precisa estar 100% "ativo".

Indo nessa toada, o sujeito se "infixica" com tanta informação *on-line* e com a hiperconectividade. É o que comenta o físico espanhol Alfons Cornellà há alguns anos (<https://alfonscornella.com>) em suas palestras e estudos. É o que também comenta o jornalista brasileiro Pedro Burgos no livro *Conecte-se ao que importa* (2014). É o que apontam várias pesquisas sobre usuários de internet e profissionais que têm nas plataformas digitais o centro de seu trabalho.

Mais, mais, mais

No entanto, isso não significa que a ideologia seja uma só coisa e negativa. Não significa que a comunicação seja apenas a midiática. E não significa que só haja um conceito de desenvolvimento/progresso.

Ideologia é um conjunto de ideias que orienta o pensamento e a conduta de uma pessoa, um grupo, uma sociedade. Assim, uma ampla ideologia que conduza os caminhos de milhões e milhões de pessoas pode ser diferente da capitalista. Pode se basear em outros valores sociais. Pode ter outra noção de vida em sociedade. Pode pensar mais em conexão e menos em destruição. Mais em amor e menos em ódio. Mais em paz e menos em guerra. Mais no indivíduo e menos no individualismo. Mais no coletivo e menos no egoísmo. Mais na soberania alimentar. Mais na produção orgânica e agroecológica de alimentos. Mais na reforma agrária. Mais na

democratização das mídias. Mais no bem-estar físico, mental e espiritual das pessoas. Mais na qualidade de vida, no sorriso, na alegria, na sobriedade e na partilha.

E o primeiro passo para que isso aconteça é perceber que isso é possível... E também o primeiro passo para que isso aconteça é enxergar que isso já está acontecendo, pois existem muitas experiências concretas nesse sentido. Muita gente espalhada pelo mundo produzindo uma outra sintonia, vibrando em uma outra faixa espiritual, alimentando uma outra forma de existir e viver. Pois não são poucas as pessoas que participam, praticam e/ou se beneficiam desses outros pensamentos, dessas outras condutas, dessas outras práticas sociais. Tem agricultura familiar, economia solidária, consumo responsável, leitura crítica da mídia, agroecologia, reforma agrária, democracia participativa.

Basta lembrar a Festa da Troca de Sementes Crioulas no município de Jangada (Mato Grosso), que ocorre há 16 anos, sendo símbolo de soberania alimentar e organização popular de pequenos produtores. Assim como basta lembrar, também, o trabalho de recuperação de nascentes encabeçado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em parceria com entidades, voluntárias e voluntários em Rondonópolis (MT) e redondezas.

Tem amor sincero, mobilização em defesa das causas LGBTQ+, cooperativas de trabalhadoras e trabalhadores, empreendimentos movidos a uma visão sustentável e ecológica. Tem tecnologia social, educação popular, diálogo em roda, valorização das relações interpessoais, olho no olho, pele na pele.

Basta lembrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que aos 24 anos de atuação em Mato Grosso, apesar das dificuldades, conseguiu o assentamento de milhares de famílias e segue ampliando seu grupo de apoiadores. Prova disso foi a realização da segunda edição da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), ocorrida em maio deste ano na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *campus* de Cuiabá, com debates, filmes, feira agroecológica e atividades culturais.

Tem o uso revolucionário da internet para promover visão crítica, difundir posições humanistas, possibilitar o bom debate, informar as pessoas da forma mais ampla possível, construir consensos favoráveis ao convívio na nossa "casa comum". Bom exemplo desse esforço em respeito à *Pacha Mama* e aos povos da floresta é o Sínodo Pan-Amazônico, que ocorrerá em outubro deste ano em Roma. É um encontro de centenas de bispos com o Papa para refletir e encaminhar questões sobre o trabalho pastoral da Igreja nos países que fazem parte da região, incluindo vários municípios de Mato Grosso. Encontro pautado em um processo anterior de consulta dos povos indígenas, ribeirinhos e os tantos outros que moram na pan-amazônia a respeito de sua realidade concreta, entre a exuberância das matas e dos rios, a imensa biodiversidade, as diversas culturas e os megaprojetos com suas barragens, hidroelétricas, exploração de minérios e poluição do ar.

Tem a marcha contínua de inúmeros povos indígenas — só em Mato Grosso, mais de 40 — em busca da justa demarcação de terras. Tem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com sua religiosidade popular, espiritualidade libertadora, luta pelos direitos humanos, pés no chão e mãos na massa. Basta lembrar os cursos de comunicação popular ministrados em Mato Grosso e em outros estados do Brasil pela assessoria das CEBs em parceria com lideranças comunitárias, movimentos de base e pastorais sociais. Tais iniciativas valorizam a boa notícia, impulsionam a leitura crítica da mídia, dão dicas para identificar *fake news* e promovem oficinas de texto, áudio e vídeo. Exemplo que, a nosso ver, deve ser replicado pelas tantas entidades, organizações e coletivos progressistas em Mato Grosso, pois a realização sistemática de cursos como esses pode ajudar a criar um polo de comunicação popular no estado, acolhendo uma gama enorme de simpatizantes e tornando a circulação de informações mais complexa, equilibrada e plural, contribuindo com o processo de democratização dos meios de comunicação.

Esse novo campo midiático, muito incipiente em Mato Grosso, auxiliaria inclusive no combate às milícias digitais que se instalaram no país a partir de 2013, com aquelas megamanifestações que logo foram capturadas por interesses empresariais internacionais travestidos de “movimentos contra tudo e todos”, entre eles, Anonymous, MBL e Vem pra Rua, não à toa ligados à entrega do petróleo do Brasil ao capital estrangeiro, para ficar apenas no que está mais evidente.

Tem o despertar da população e de alguns governos para a produção de leis que acolham demandas históricas de minorias sociais. Tem política de cotas nas universidades para a população negra, pobre, estudante de escola pública. Tem a Lei Maria da Penha, em defesa das mulheres e contra o feminicídio.

Tem o Estatuto do Idoso, o investimento em casas populares, o investimento na universalização da energia elétrica, o Bolsa Família — demandas do povo transformadas em políticas públicas pelos governos Lula e Dilma que estão sendo destruídas pelo desgoverno Bolsonaro.

Tem a Lei da Radiodifusão Comunitária, de 1998, que no Brasil baliza o funcionamento de milhares de emissoras. E tem o debate contínuo de quem faz rádio comunitária, porque muitas delas foram tomadas por políticos, igrejas e gente que não faz comunicação cidadã. Tem a defesa da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) de que as emissoras ampliem seu raio de abrangência e recebam patrocínios do poder público, porque sem dinheiro essas iniciativas de comunicação são sufocadas.

Tem a criação e a colocação em prática do conceito de Quinto Poder, popularizado pelo jornalista e sociólogo espanhol Ignacio Ramonet em 2003. Trata-se de fiscalizar o quarto poder, ou seja, emissoras de rádio, TV, jornais e revistas da chamada grande mídia, que desde o fim dos anos 1980, por causa da globalização neoliberal, deixou de atender ao interesse público e acompanhar devidamente o Judiciário, o Legislativo e o Executivo.

Um Quinto Poder que exista e seja efetivo a partir de observatórios de mídia/imprensa pela produção cotidiana de críticas acerca do que divulga e de como age o quarto poder. Um Quinto Poder de matriz progressista, democrática, participativa, que envolva universidades, cursos de Jornalismo e Comunicação, projetos de extensão e pesquisa, lideranças de entidades da sociedade civil, cidadãos e cidadãos em geral. Um Quinto Poder que se valha da internet para a criação de *sites*, *blogs*, redes sociais/virtuais para fazer esse trabalho indispensável, como o pioneiro *Observatório da Imprensa* (<http://observatoriodaimprensa.com.br/>) e o *Objethos* (<https://objethos.wordpress.com/>), da Universidade Federal de Santa Catarina.

Uma semente foi plantada em Mato Grosso há alguns anos, qual seja, o projeto de extensão “Boca da Mídia” (<https://objormt.wordpress.com/>), do curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), e precisa de apoio para prosperar.

Ir além da disputa por hegemonia

E tem tanta coisa mais. Até porque o conceito de comunicação é mais amplo do que se imagina. A mídia é um tipo de comunicação, mas há a comunicação artesanal, o diálogo interpessoal, a comunicação transcendental, a comunicação com as plantas, com os rios, com os animais... Há muitas comunicações. E todas essas outras formas não midiáticas tendem (ou se aproximam) à etimologia do termo em latim *communicatio*. A palavra deriva da vida religiosa dos monges cenobitas, que no século IV exercitavam o contato com Deus, dentro dos conventos, nos momentos de ceia noturna, quando os irmãos partilhavam não só alimentos, mas, sobretudo, consciências. É o que nos aponta o pesquisador brasileiro em comunicação Luiz Martino, em artigo científico de 2007 denominado *De que comunicação estamos falando?*

Assim, a comunicação é algo anterior ao formato midiático e, também, vai além dele. Comunicação é toque, é proximidade, é *tête-à-tête*, é um ofício artesanal, tem a ver com zelo,

com cuidado, com amor, com carinho, com afeto, com atenção, e tal perspectiva de comunicação pode orientar inclusive a produção midiática.

É o que se vê ou se pretende ver na mídia comunitária, na mídia alternativa, na mídia anti-hegemônica, na mídia independente, na mídia popular, na mídia progressista, na mídia de base. Todos esses modelos são expressos também nas emissoras de TV e rádio, nos jornais e revistas, nos *sites* e *blogs*, nas páginas de Facebook e Instagram, nos perfis no Twitter, nas plataformas de vídeo, áudio e fotografias na internet, e nos aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram, mas são diferentes ou opostos ao padrão hegemônico de comunicação midiática. Baseiam-se em uma outra grande ideologia, podendo ser socialista, comunista, anarquista, comunitarista, bolivarianista ou outra similar. Esse ajuste de terminologia e visão de mundo aos poucos vai sendo efetuado.

E isso é fundamental para que a gente perceba e se ponha a defender uma outra perspectiva de vida. Que esta seja mais social, mais humana, mais ampla, mais profunda, mais espiritual, mais ecológica, mais responsável e corresponsável por nossa coexistência. Uma grande ideologia que nos mova por utopias. Por uma Terra sem males. Por um outro mundo possível. Pela cultura do Bem-Viver, como há muito tempo nos ensinam povos originários de países da América do Sul, no equilíbrio com a natureza, na ajuda mútua entre as comunidades, na atitude de viver bem, e não de viver melhor.

Uma grande ideologia que seja comunicada a partir da comunhão de consciências, mobilizada pelo contato interpessoal e por uma produção midiática revolucionária e transformadora. Uma grande ideologia que não seja apenas oposição ao Capitalismo, que não repita a repressão e o absolutismo de algumas incursões históricas do Socialismo e do Comunismo nem se arme de *fake news* e pós-verdade⁶¹ para evitar contestações.

Uma grande ideologia que não se esgote na disputa por hegemonia e na revalorização da luta de classes, e que não se baste com a transformação do Estado burguês em Estado proletário, assim como não se dê por satisfeita com a estabilidade econômica de ordem marxista. Uma grande ideologia que aceite e alimente o debate saudável na convivência com as diferenças, o que não significa, nem de longe, acolher arroubos de fascismo travestidos de moralismo ou coisas do tipo.

Uma grande ideologia que se movimente "nos passos lentos do povo a caminhar", como canta Zé Vicente em *Companheira*, canção que ainda animará tantos encontros de Pastoral da Juventude e de CEBs por esta linda América Latina.

Enfim, uma grande ideologia que caminhe para constituir-se em uma linda cosmologia, que incorpore muito mais elementos, múltiplos sentidos, ampla biodiversidade, tantas e tantas camadas de compreensão — pois a vida é contínua lição.

Referências

BURGOS, Pedro. **Conecte-se ao que importa** – um manual para a vida digital saudável. São Paulo: Leya, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTINO, Luiz C. De que comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Orgs). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2007.

RAMONET, Ignacio. **O quinto poder**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/o-quinto-poder-2/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

⁶¹ Termo que vem ganhando corpo de uns anos para cá, sobremaneira no que diz respeito ao universo noticioso *on-line*. Trata-se de acreditar no que se quer, e não no que é fato, o que determina comportamentos sociais, de consumo e de manuseio de informações. Algo muito comum no repasse de mensagens via WhatsApp e Facebook.

TRAMAS DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO

Teobaldo Witter*

Luiz Augusto Passos**

*Teólogo e pedagogo, doutorando em educação, Pastor da Igreja Luterana IECLB, MT

**Filósofo e professor-pesquisador GEMPO & GPMSE - UFMT



1. Introdução

Como compreender fenômeno religioso que está avançando e se impondo? Ele coloca a dimensão religiosa em oposição aos Direitos Humanos. O fundamentalismo religioso — quase invisível — aos olhos da maioria das pessoas rege estranha pauta de desafinação com o "Cristianismo" que legitima a violência negada por Jesus. Esse movimento antigo foi elaborado pelas igrejas em seus inícios para defender o poder delas diante de outras formas religiosas.

Sempre houve desvios, a começar pela malícia política do imperador Constantino, que chefiava no ano 313 como imperador de Roma. Os martírios continuavam, e, para fugir do extermínio, os cristãos na época esconderam-se nos cemitérios, nas catacumbas sob o solo de Roma. Medrosos de qualquer contaminação pelos mortos, nenhum romano jamais entrava nesses lugares, foi então que, gradativamente, o Imperador Constantino, quase sem súditos, decidiu compartilhar Roma com os cristãos. Isso implicou o conhecido Édito de Milão, em 313, quando declarou a religião cristã como religião oficial do Império. A grande maioria dos cristãos aderiu à nova condição de liberdade religiosa nos espaços do Império. Somente um grupo muito pequeno formou um movimento de contestação, dizendo: "Jamais entraremos num lugar que martirizou o Senhor Jesus". Estes se nominaram Anacoretas ou Eremitas, dispersando-se nos desertos. A entrada no coração do Império Romano provocou a mistura de cultura, datas, festas, trajes, vestes, língua e calendário. Isso que se tornou uma encarnação no Cristianismo, previsto desde o início com o apóstolo Paulo, na verdade também fez um Cristianismo romano, tornando-se legitimamente romano com os romanos. Ao fazê-lo, entretanto, congelou esta cultura no Catolicismo, e já não conseguiu tornar-se grego com os gregos, chinês com os chineses, gentio com os gentios. O casamento foi tão bom, que o Cristianismo nunca mas conseguiu traduzir-se para ser compreendido por outros povos e culturas. Coagulou uma aliança eterna de Deus com os romanos, mas já não podia ser traduzido para as culturas de outros povos, sobretudo porque as outras culturas eram tribais e singulares, e passaram a ser compreendidas como bárbaras e deveriam negar sua forma de compreender e viver o mundo, rompendo com seu passado.

Quem não lembra o Concílio de Jerusalém? Pedro queria que os gentios, outros povos, primeiro se circuncidassem para que, passando pelo Judaísmo, pudessem vir a ser batizados. Paulo, pergunta: "Como tu, sendo judeu não vives como judeu, podes pedir a circuncisão judia para os que se convertem?". Foi decisivo para "mexer" com a cabeça de Pedro, que foi buscado pelo Centurião Cornélio para que fosse à sua casa e batizasse os que lá desejavam aderir ao Cristianismo. No caminho, Pedro, sentado ao lado de uma árvore, teve um "sonho". Viu um anjo que abria um grande lençol no qual havia carnes sacrificadas aos ídolos. E o anjo lhe disse: "Come!". Pedro lhe respondeu: "Como posso comer coisas impuras?". O anjo lhe disse: "Não

chames de impuro aquilo que Deus já purificou!". Quando se aproximou da casa de Cornélio, ele começou a entender... O Espírito Santo desceu sobre a multidão que lá estava, eles louvavam ao Senhor e pediam o batismo. Não eram judeus! Pedro, então, compreendeu e explicitou em palavras: "Como posso eu negar o batismo àqueles a quem Deus já deu seu Espírito Santo?"

Contudo, na tradição, a Igreja "Católica", palavra que significa "UNIVERSAL", não se fez universal. E a tradição carrega ainda como título "Igreja Católica Apostólica Romana" — e ser ROMANA não era pouco! Trouxe, entre vestes, cálices, calendários, símbolos e língua latina, um ESTADO POLÍTICO: o romano. E acabou, inclusive, por fixá-lo em um território dentro de Roma: o Vaticano.

Claro que houve discórdias, mas atualmente a missão vai além do anúncio da "Boa-Nova" e uma missão evangelizadora. Cardeal Belarmino, no Concílio de Trento, radicalizou dizendo: "A Igreja é um Estado, Estado tão visível quanto a República de Veneza!", e, portanto, a Igreja assumia que era um Estado, também, com apoio dos Estados e de reis e rainhas e com trocas de interesses entre ambos. No Brasil, era o tratado do Padroado. Seus soberanos precisavam que o Papa os coroasse usando a Tiara, a coroa de três camadas, sendo a última representativa do símbolo máximo, Rei dos Reis. Eis o escândalo de quando Beethoven fez a sinfonia em homenagem a Napoleão Bonaparte, e, em sua coroação, Napoleão retirou a coroa francesa das mãos do Papa e se coroou a si mesmo. Beethoven, enfurecido, rasgou a capa, retirando o nome de Napoleão e lhe dando o nome de *A Heroica*. Conhecemos o significado da Tiara, pois o Papa de origem polonesa, no Brasil, começava beijando o solo de joelhos e, imediatamente, como Chefe do Estado do Vaticano, fazia revista às tropas. Recebido como estadista, somente depois exercia seu papel de pastor. Não foi só no Catolicismo.

A dificuldade no que tange ao Cristianismo é que grupos de todas as Igrejas, sem exceção, têm saudades mais do Império Romano, constantinopolitano, do que dos processos de compromissos com a missão dada de anúncio da "Boa-Nova" e pegam para si o papel de salvar o ESTADO, manter hierarquias, obter recursos — confundem o papel de pastor com o de imperador sobre as pessoas. Por outro lado, relativizam as questões públicas de impacto para os aspectos da vida, da saúde, da felicidade, da comunhão, para erguer um ESTADO fortemente controlado por meio de artifícios de PODER, os quais Jesus sempre condenou, inclusive por sinalizar uma encarnação na periferia do templo, e por isso, ao curar uma pessoa, o homem de mão seca, em dia de Sábado, quiseram jogá-lo montanha abaixo. Se constrói um Cristianismo voltado ao intimismo, de milagres, de poder, de exorcismos e de luta permanente contra o Diabo, que, segundo o *script*, parece sempre muito mais forte do que Deus. E o poder sobre o Diabo acaba sendo atribuído à força do pastor. A razão para a ida ao culto se deve mais ao medo do Diabo do que à busca da gratuidade do amor de Deus.

Os grupos fundamentalistas tendem a reforçar o poder do demônio, a transformar o culto em uma luta de hegemonia e guerra, pela qual a força tem primazia, e não a Graça. Não raro, em igrejas até a decoração com símbolos da guerra toma os altares. O fundamentalismo cristão, às vezes, faz uso de textos bíblicos isolados, como se esses textos não tivessem um CONTEXTO do qual e no qual a palavra precisasse ser compreendida em sua abrangência.

Os fundamentalistas que pensam assim via de regra não consideram importante cuidar da criação. Fazem uso irresponsável da crença na soberania de Deus e jogam toda responsabilidade nas costas do Senhor. (...) alguns evangélicos de linha fundamentalista afirmam que os cristãos não precisam se preocupar com o tema do meio ambiente, porque, afinal, Deus é soberano. Então, não é preciso fazer nada. O que Deus quiser que aconteça, vai acontecer. São estes os mesmos que dizem que aquecimento global é teoria da conspiração inventada pela "esquerda"⁶².

⁶² <http://www.ihu.unisinos.br/589927-a-questao-ambiental-em-perspectiva-biblico-teologico-missional>

Joseph Comblin, falecido há três anos, mencionou que temos um "cristianismo reformista razoável" que bebeu na fonte do Epicuro. Nossos filósofos — dizia Comblin — continuam sendo Epicuro, Sêneca, Diógenes, Tarso, Marco Aurélio e Zenon. O que caracteriza a forma de um governo que se caracteriza pela não ação? Pela apatia?

Um dos maiores historiadores e filósofos clássicos, Étienne Gilson, aponta o seguinte:

O fato da cultura hebraica — dos judeus — inspirar-se num modelo totalitário submetido a um único Deus, Javé; era necessário que todos os viventes estivessem sob o Deus único que havia criado um Estado para si.

Dizia Joseph Comblin:

Ora, valerá para Israel aquilo que Aristóteles dizia de sua política e que, mais tarde, será também transposto para o modelo de cristandade da Igreja: não devemos considerar nenhum dos cidadãos como pertencente a si mesmo, mas todos como pertencentes ao Estado (1337 a. 28-29). (Apud GILSON, 2001, p. 191)

As missões do anúncio, da pregação, da celebração da Palavra e da comunhão cedem à missão política, que termina sendo o objetivo final, como se o Reino de Deus tivesse a forma definitiva similar aos "Reinos deste mundo", e, por ela, neste momento, faz-se uma guerra de extermínio com exércitos e sangue para tomar o Estado Público e, outra vez, amarrar Deus, nas estratégicas prisões do tempo de Jesus.

E Deus — outra vez — assentado, controlado, em um espaço encerrado nela ou na Arca ou no Santo dos Santos, como escravo servil aos interesses do Estado vilipendiado de horrores, para realizar a Promessa de Israel, uma só nação (contra todas as outras) e um só povo (contra todos os outros povos), sob guarda e desejos dos sumos sacerdotes daqueles tempos.

Sabemos que os textos da Bíblia: Mt 27:45-56, Lc 23:44-49 e Jo 19:25-30 relatam a morte de Jesus. Em síntese: "Do meio dia até as três horas, houve escuridão sobre toda a terra. Às três da tarde, Jesus deu um grande grito (...) expirou. E o véu do Templo foi rasgado em dois, de alto a baixo" (em Mateus).

A morte radicalizada significava o último prego no caixão da prisão de Deus. Rasgado o véu do templo, em dois, do alto até embaixo, ele se liberta do cativeiro. Nunca mais o sagrado será posse dos sumos sacerdotes: Deus está livre. Nada no mundo se dividirá entre sagrado e profano. Fica interditado — sagrado: pra cá! Fica também interditado — o profano: pra lá! Tudo é sagrado e profano: o coração abrigará somente a comunhão entre ambos. Por isso, Jesus quis, como messias, nascer em Belém (Sul), e não em Jerusalém (Norte). "E tu, Belém de Judá, és a menor entre...". A dissociação é o rompimento narcísico: Javé está no Templo, e somente lá, em Jerusalém. Lá, em Jerusalém, foi feito o pacto entre as dez tribos por Moisés, e Judá estava ao Sul: Deus se fez carne para acessar os excluídos, o resto, e, por meio deles, anunciar a ressurreição e a comunhão oferecida a todos, sem opressão: os que ergueram o muro da divisão eram os "templários" de profissão. Deus não estava lá! "Fizestes da Casa do Pai um covil de ladrões!". É imperdível um pequeno filme, cujo texto foi grafado na íntegra por Dostoiévski e reproduz as formas de dominação dos controladores das igrejas durante a Inquisição Espanhola, espelhando em detalhes esse momento de poder das Igrejas a modo da cristandade contemporânea. São cinquenta minutos impressionantes, que retratam o PODER vigente aqui e agora, por meio de um excerto do livro *Os irmãos Karamazov* em um capítulo chamado *O grande Inquisidor* — assista e não se arrependa⁶³!

Nunca mais haverá qualquer coisa que profane que não seja também sagrada... Sagrada é a Terra, sagrados são os rios, os pobres, os assassinados, os trabalhadores... Porque Deus pôs fim à divisão entre sagrado e profano: não fomos nós; foi o ato decisivo do Pai que ressuscita Jesus. Inventa uma ressurreição que não havia e nos põe no ventre dela. Todos filhos, chamados a ser

⁶³ <https://youtu.be/EqH0lvIMLr4>

irmãos dos mais abandonados e perdidos. Não haverá nunca mais uma cananeia amaldiçoada, nem uma prostituta apedrejada ou no poço de lugar "maldito" na Samaria no qual um judeu divino possa conversar face a face com uma mulher samaritana e pecadora! Por isso, ainda no Juízo Final, perplexo pela inversão, perguntarão: "Quando te vimos nu, enfermo, prisioneiro, com fome... e não te acolhemos?". Jesus responderá aos desmemoriados: "Todas as vezes que fizestes ao menor, foi a mim..."

A medida da nossa salvação virá da boca dos que rejeitamos... Não é mais uma reconciliação que faz de tudo um "mingau" e que com ele se possa comprar Deus, com aparatos legalistas exteriores, e ao mesmo tempo curtir a morte dos diversos de nós, condenando-os ao escraço. É, ali, que se come e se bebe a própria condenação; ser ao mesmo tempo salvo e justo, e justificar, mesmo que por palavras ou atos, desafetos.

No texto, propomo-nos a buscar os sentidos ou não sentidos da radicalidade de uma ação que, recidivamente, expressa-se — inclusive — pelo sacrifício de pessoas e grupos humanos que os usam como arte de fazer a guerra: é o confronto entre o dia-bólico, e não sim-bólico⁶⁴. Simbólico é mergulhar nos sentidos que se comunicam uns com os outros; e diabólico é o que destrói essa comunhão e quebra a unidade dos sentidos...

A seguir, teremos a leitura da parábola mitológica grega sobre Procusto, escolhida por nós para fazer compreender o respeito que devemos ter a toda diferença, sem enquadrar pessoas a partir de nossos "quadrados" e concepções, uma análise sobre o filme *Ensaio sobre a cegueira*, baseado no livro homônimo de José Saramago, a respeito do que é acordar, fazer "cair em si". A história trata sobre a quarentena: tramas da morte presentes em nossa vida cotidianamente. Se continuar assim como está, seremos tragados pela cegueira e pela morte.

A temática do fundamentalismo teve, historicamente, sua origem em religiões. Por isso, nosso texto traz elementos religiosos para o debate. Também se pode falar de outros tipos, como os fundamentalismos político, econômico, étnico, cultural etc. Atualmente, fundamentalismo é, muitas vezes, confundido com fanatismo e terrorismo, porque pode facilmente cair no ódio e na violência à medida que se medem as outras pessoas por ideologias contaminantes, exclusivistas e desesperançosas. Direitos Humanos, por serem abertos, amplos e de defesa da vida e do corpo na diversidade, não cabem na medida de pessoas centradas em si ou que se fazem pequenas.

2. As camas de Procusto

A mitologia grega criou o Procusto, que significa "o estirador". Ele foi apelidado de Damastes. O mito, que vivia perto da estrada de Eleusis, era bom marqueteiro, atraía viajantes solidário à sua pousada oferecendo-lhes abrigo para passar a noite. Acreditava-se que ele tinha dois leitos de ferro, um maior e outro menor, que ele escolhia dependendo da altura do visitante.

Depois de boa conversa e abraços amigáveis de Procusto pela acolhida emocionante, os viajantes adormeciam confiadamente e felizes em uma de suas camas e derrubados pelo cansaço. Procusto, então, os dominava e adequava seus corpos às medidas exatas do leito. Caso o hóspede fosse alto e os pés sobressaíssem da borda da cama, ele os amputava com um machado. Mas, se fosse pequeno, com espaço de folga na cama, ele o desconjuntava estirando-o com cordas e roldanas. Bajulava-se de enquadrar os viajantes à sua medida. Esse é, também, o mundo de um homem só, de uma visão só, de um só parecer. Capturado por Teseu, Procusto foi preso à sua própria cama e ajustado a ela.

⁶⁴ Imperdível seminário da PUC-SP: vídeo de qualidade sobre "o simbólico e o diabólico", com o Reitor Antônio Carlos Ronca, o padre Bernward Hallermann, o professor Edênio Valle, D. Paulo Evaristo e o pedagogo Paulo Freire, entre outros, coordenado por Mário Sergio Cortella: <https://www.youtube.com/watch?v=Me7yEtvctog>.

3. O princípio do fim

O filme *Ensaio sobre a cegueira* é uma adaptação ao cinema do livro de mesmo nome escrito por José Saramago. Conta a história de uma epidemia de cegueira que se propaga sobre uma cidade. A "cegueira branca" — assim chamada, pois as pessoas infectadas passam a ver apenas uma superfície branca — manifesta-se primeiramente em um homem no trânsito, que, após o sinal verde no semáforo abrir passagem, fica cego. A epidemia se espalha pela cidade e pelo país. Aos poucos, todos acabam cegos e reduzidos a meros seres lutando por suas necessidades básicas, expondo seus instintos primários na luta por sobrevivência. Inicialmente, os afetados pela epidemia são colocados em quarentena. As pessoas procuram o serviço médico para a cura de sua doença, mas a ciência não tem nada a oferecer em termos de solução para a cegueira branca. Os serviços públicos do Estado são pífios, ineficientes, isolando e abandonando os "quarentenados" à própria sorte interna na luta cega por sobrevivência. A trama segue a mulher de um médico, a única pessoa que não é afetada pela doença.

O filme, no entanto, não mostra progresso em desvendar a causa da doença ou sua cura. Expõe, no entanto, a ruína completa da sociedade. Ela perde tudo aquilo que considera civilizado, como direitos, igualdade, democracia, compromisso comum, mútuo e em conjunto. Ao mesmo tempo em que vemos o colapso da civilização, um grupo de internos tenta reencontrar a humanidade perdida. As percepções das personagens são ofuscadas pela cegueira, jogando-as no fundo do poço na luta para se manterem vivas. A história torna-se não só um registro da sobrevivência física das multidões cegas, mas também de seus mundos emocionais, afetivos e da dignidade. Mais do que olhar, importa reparar no outro. Como diz Saramago: "Uma coisa que não tem nome, essa coisa somos. [...] Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara. [...] Podes buscar o afeto perdido. [...] Recuperar a lucidez, resgatar o afeto".

4. Tramas do fim

O trânsito caótico, todos com pressa, ruas cheias de veículos velozes, voando de um lado para outro, para chegar a algum lugar — quem sabe, qualquer lugar. As pessoas só aparecem quando provocam problemas: o cego para o trânsito, o colaborador furta o veículo, pessoas gritam, xingam e se acusam mutuamente.

As casas são bem organizadas, bonitas, mas as pessoas ali residentes não se importam umas com as outras, não se olham, não se reparam, vivem a rotina, frias e indiferentes. As belas casas não têm lugar para as pessoas. Os problemas de alguém irritam e provocam confusão, como no caso do primeiro homem que ficou cego: o casal não acha a chave, fala de outro veículo, mas pega táxi. Confuso com o problema, o casal está sozinho e não está disposto a encarar o mundo e a terra.

A sociedade burocratizada e fria — pela ausência de amor, solidariedade e olhar sensível para as relações humanas — entra em colapso. Cidade se torna desencantada, onde o amor é obsoleto, onde a vida parece ultrapassada. O que vai existir, então?

A cegueira. A quarentena. É um amontoado de gente cega, cerceada em sua liberdade de ir e vir, tanto pela cegueira como pelas paredes da construção. Não há saída, é se virar por conta própria, como puder. O poder público é incapaz de concretizar políticas públicas que sirvam para alguma coisa nesse contexto. A ciência, antes endeusada, agora não diz nada, permanece fria, nada explica. Não tem nenhuma solução. Nenhuma esperança. Nenhuma palavra.

5. O fim

Abandonadas pela ciência, que não explica nem cura, as pessoas estão acuadas. Sem jeito para reencontrar o primeiro amor, sem jeito para se abraçar, sem jeito para reparar em seu rosto, sem jeito para ver, sentir, sem jeito para reencontrar o afeto, as pessoas competem, lutam umas contra as outras. A dor, a ferida, a cegueira, o isolamento e a solidão venceram. O drama

se aprofunda, em consequências terríveis. A própria história do povo brasileiro se encontra refletida nas feridas das pessoas na quarentena:

Ribeiro [...] mostra a "alma brasileira" que se debate nos corpos dos/as oprimidos/as, mulheres, pobres e crianças. [...]. A doçura mais tenra e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria. (BOBSIN, 1997, p. 56)

As cenas das pessoas, na quarentena, lembram-nos situações de muitos presídios no Brasil. As pessoas são números, divididos em raios, em conflito constante pelo acesso ao banho de sol, ao jogo de futebol, à oficina, ao turno de visita, à assistência até mesmo religiosa, à assistência jurídica pública, ao espaço de circulação de drogas... Às vezes, mulheres fazem visitas para pagar contas de seus maridos. O sofrimento se instalou pela tortura do policial, do agente penitenciário, pelo suplício no atendimento à saúde, pelos pactos dos colegas de prisão — ou pelo espancamento generalizado, porque o time da guarda perdeu. Ali, tudo conspira para "dover mais", no corpo e na alma.

Voltando ao filme, poucos tiram vantagens da situação, vendendo comida por bugigangas que o pessoal tenha; depois, pela dignidade das mulheres. Na luta por sobrevivência, temas pertinentes são: o poder para dominar, explorar e violentar, por um lado, e, por outro, o poder do serviço, como a solidariedade, a afetividade e a cumplicidade das pessoas que têm seus sonhos roubados por outros cegos. A quarentena vira cinzas. Vira cinza a vida humana. Surpreendentemente, sob as cinzas, nasce um jeito diferente de ser. Jeito de ser proposto pela solidariedade, no reinventar da afetividade, de ver e reparar. O corpo, machucado e ferido, manquejando, gemendo sob o coice do verdugo, é fundamental nesse novo jeito de ser, nessas novas relações humanas entre seres vulneráveis.

Após desfecho fatal da exploração dos cegos pelos cegos, as portas da quarentena são abertas. Restam ruas entulhadas de pessoas cegas, disputando alimentos em meio a lixo, ratos, restos, cachorros, gatos etc. A luta é por sobrevivência. A vida, no entanto, precisa ser reconstruída.

Podemos ver alguns temas como importantes nesse processo: o sorriso e o abraço na chuva, que lava e sacia a sede, no meio da rua; a comida encontrada no depósito, mesmo que pouco, é importante para o novo início; a volta para casa da família do médico, que, agora, é a casa onde as pessoas dialogam, se abraçam, se relacionam, se amam, se respeitam, se valorizam, sonham juntas e se veem, apesar de cegas. Nesse contexto, o primeiro cego volta a ver, sendo esta a esperança dos demais. O poder tem a dimensão do "serviço mútuo, comum e conjunto".

Em meio às dificuldades de toda espécie, as pessoas são coerentes e agem em favor da restauração da vida e da dignidade do corpo. O cuidado com o corpo pessoal e social se torna significativo. Os gestos, as carícias, a alimentação, o banho, as palavras, o espaço comum são elementos novos e valorizados na reconstrução das vidas desperdiçadas no bojo da cegueira. O corpo machucado está em busca da reconstrução. Na percepção da importância da nova realidade que está sendo estabelecida pelo corpo social, são significativas as palavras de Wanda:

Na encarnação, Deus assume a humanidade até as últimas consequências, inclusive a dor e a morte. Deus revela-se no corpo em dor, não somente no corpo sadio e esteticamente idealizado. O sofrimento de Cristo não é um consentimento tácito divino, como idealização da dor e negação do corpo. Antes, é resultado último da paixão, de um amor divino que vai até o fim, que assume o corpo como lugar de revelação também no momento de dor e sofrimento. Na cruz, a divindade revela sua paixão pela humanidade, em coerência com a vida de testemunho e ação em favor da dignidade humana. Assumir o corpo, não o negar, implica sofrer no próprio corpo as consequências de suas posturas. Fome, sede, cansaço e dor fazem parte da corporeidade. É o corpo sofrido e mutilado que requer salvação, anúncio de Boa-Nova. (DEIFELT, 2001, p. 93)

A vida humana é frágil. O corpo é frágil. O endeusamento da ciência idealizou esteticamente o corpo bonito, forte, invencível, imune à dor, ao sofrimento, às doenças. A cegueira branca derrubou a compreensão e as tentativas de eternizar um corpo robusto, sem afeto e sem amor, ocupando os espaços em uma cidade fria. Seres famintos, cegos, sedentos, cansados, machucados e fragilizados reconstroem vida e salvação, em comunhão no espaço da casa.

6. Arte de fazer a guerra: confrontos

6.1 Agrotóxicos

Os agrotóxicos são espalhados em lavouras, florestas, rios e nascentes. É um "salve-se quem puder". Entre uma respirada de ar envenenado, crianças sugando leite materno com veneno, alimentos na mesa contaminados provocando doenças e terra ardendo em chamas, está o fundamentalismo moderno agropecuário, que "mata, mata e mata, porque querem ficar ricos, com muito dinheiro", dizem eles. E o volume do dinheiro e do ouro cresce à medida que a vida murcha, a terra geme e as dores nos corpos aumentam. É o abominável da desolação sobre o qual escreve o profeta Isaias. Será o oposto do que escreve Mateus 6:25-31. Ali, tudo é diferente: as aves já não são mais alimentadas; os lírios dos campos perderam sua boniteza e já não se vestem mais como Salomão em toda a sua glória. Até mesmo a glória da terra e do céu foi envenenada.

Ação: mobilizações local, regional, nacional e mundial para a criação do comércio justo e sem agrotóxico.

6.2 Mortes de crianças

Joílson foi um dos milhares de frutos da própria violência social que os produz e trata como bandidos e lhes designa uma pauta de desemprego ou subemprego, de ausência da própria infância, que lhes é sequestrada, de falta de moradia, lar, escola, lazer e educação, e até mesmo de sobrevivência digna e presença social significativa. São jogados à margem da sociedade, que os condena à ventura de sobreviver na/da violência.

(www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06832.pdf).

Um procurador da Justiça do Estado de São Paulo passava por ali neste momento. Ele já havia jurado a si mesmo que se pegasse um trombadinha o "mataria". Conseguiu deter Joílson, e com pancadas, socos e chutes linchou o menino na presença contraditória do povo. Havia aqueles que aprovavam a cena, pois apoiavam a tese veiculada pelos programas patrocinados pelos órgãos de repressão do Estado, nos meios de comunicação, em nível nacional: "Bandido tem que morrer!". Havia, também, aqueles que, mudos e omissos, sentiam-se desautorizados de intervir no sacrifício humano sangrento e covarde a que assistiam. Também os jogos sacrificiais das sociedades modernas sobrevivem à custa de sangue. Joílson de Jesus foi morto no Largo São Francisco (SP), no qual está assentado o curso de Direito mais relevante da história do país. Direito? Que direito? História? Que história?

Joílson era o aluninho, na praça da Sé, do Movimento de Meninos e Meninas de Rua que frequentava o grupo, cuja educadora era não menos do que Maristela dos Santos Graciani, que dele tinha um olhar na contramão do olhar legal do promotor que o matou. Foi Maristela que, desesperada, foi atrás da mãe de Joílson para dizer-lhe de seu esfaqueamento e morte. Os animais jamais destroem seus iguais, salvo por defesa, salvo por fome. Nós humanos criamos e consolamos o ódio, e idealizamos nossa relação com o mundo que não seja o nosso da eliminação, sem dó nem piedade. Sem culpa. Pois, ao eliminar os que são maus, livramo-nos de si mesmos.

A maneira como a sociedade está organizada pelos donos do poder econômico defende privilégios, interesses e bens materiais, sob o sacrifício diuturno do massacre, do abate das

crianças que morrem condenadas pela fome, pelas diarreias, pelas verminoses, pelos abortos patrocinados em nome dos planos de ações integradas de defesa da saúde da mulher e da criança.

Joílson é a própria voz de Cristo Crucificado, morto — mas livre e mudo — para gritar profeticamente que toda "ordem" defendida com sangue de criança é uma irracionalidade!

O martírio de todos os Joílsons põe o dedo na chaga do sistema: até os animais naturalmente tendem a proteger os menores e os mais jovens, pois eles são o elo de continuidade e perpetuação da espécie. É também biologicamente natural que a própria vida tenda a se manter, e que reações bioquímicas orientadas por um "*élan* vital", nascido do seio da matéria e da energia cega, busque caminhar em direção da mais-vida até a adultez e a maturidade do SER.

Nascer carrega em si a pauta do desenvolver, crescer, madurar, procriar e, só então, morrer para garantir a vida e o espaço dos demais. A morte de uma criança é um absurdo. A morte de um animal jovem que ainda não amadureceu, não procriou é o início do processo de entropia e de extinção entre todos os viventes.

Da ponte do Rio Vermelho, o mesmo aconteceu em Mato Grosso. Em Rondonópolis, foi assinado o menino Lourival Mattos, empobrecido, trabalhador de entregas. Foi alvejado da ponte por dois militares com uma bala explosiva, pois fora apontado por uma senhora como o menino que havia, dias antes, assaltado sua casa. Quando desceram a ponte e chegaram ao menino morto, o peito arrebatado, perceberam que havia se "enganado"! Não houve apuração das responsabilidades, porque Lourival era pobre e porque a desigual correlação de forças não o favorecia — criança, pobre, negro, trabalhador...

A morte de uma criança é a morte de uma promessa! É uma morte absurda e a destruição do impulso natural da vida! É preciso saber que quando morre uma criança é o povo que está morrendo (Esquivel).

Ação 1: apoiar direitos das crianças e adolescentes todas. Cuidados especiais em relação às que estão em situação de vulnerabilidade.

Ação 2: apoiar e fortalecer trabalhos com pessoas privadas de liberdade.

6.3 A propriedade

Nestes tempos terríveis da pós-verdade, no Brasil passou a ser um direito universal portar armamento pesado e matar por causa da propriedade. Essa pós-verdade está fundamentada em uma mentira bíblica, isto é, ensinar, entender e viver como se a propriedade por ela mesma, sozinha, para si, fosse sagrada. Pelo contrário, conforme a Bíblia, Deus mandou escrever o seguinte: "Toda a terra é minha" (Êxodo 19.5b). Os fundamentalistas dizem que a propriedade é sagrada, estão roubando de Deus, a quem pertence a terra, o céu e tudo o que nela se contém e nela habita, conforme o Salmo 24.1.

Para organizar nossa convivência social, a Constituição Federal regula por lei o acesso à propriedade. A propriedade privada é interpretada como uma garantia da liberdade individual. Direito à propriedade é um direito humano. A Constituição da República Federativa, no art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal de 1988 inovou, incluindo a função social da propriedade como direito e garantia individuais, cujo principal efeito, antes de tudo, é que os direitos e os deveres individuais são cláusulas pétreas da Constituição Federal. No entanto, ter "função social" está integrado, pois, ao conteúdo mínimo do direito à propriedade, explicitado melhor na Constituição Federal em seu artigo 186:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No direito, está atrelado à propriedade um valor também que promova justiça social. Segundo o disposto no art. 184, "compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social".

Ação 1: ministrar curso com profissionais de Justiça e Segurança Pública sobre a função social da terra.

Ação 2: mobilizar o Congresso contra o projeto de Flávio Bolsonaro que é contra a função social da propriedade.

6.4 A religião

Produz-se mais violência, e de maneira muito mais perversa, com atos religiosos dos quais até Deus duvida do que com atos laicistas.

Por outro lado, dá-se um sentido fechado às instituições quando se casam com a ordem sagrada, que terá sempre a última palavra por ser eterna e divina, e, ao mesmo tempo, precariza-se a ordem (tempo) (temporal) como frágil e de natureza pagã e sem deus, ou também no sentido ruim de uma ordem não necessária e amaldiçoada...

As guerras históricas tiveram mais violência e sadismo quando se confrontavam as Nações Santas com aquelas pessoas ou grupos dissonantes do interesse dos religiosos, que queriam a primazia pelo fato de terem um "Deus eterno" em serviço particular, que os justificava.

E produziam um Deus ciumento – à sua imagem e semelhança – para que também exigisse a purificação pela vingança religiosa e que esta fosse a mais dura possível em face de toda a transgressão.

Ainda hoje vigem formas de terror – todas elas colocadas em última análise como vingança de Deus contra os que se rebelam contra o ordenamento das pessoas do poder –, que estabelecem para si e contra os outros e outras infâmias, que são despidos de qualquer sentido de dignidade, e são ainda compostos com formas interpretadas por pessoas de má-fé, preconceituosas e desinstruídas, que julgam a diferença cultural das crenças como malévolas, de magias "negras" e "demônios".

O curioso é que – "por pura coincidência"(?) – todas as vezes em que havia crise nos sistemas de dominação, crises em suas economias e poder, uma vez que a avareza esfomeada deixava vácuo de poder, apareciam grandes crises religiosas forjadas, que selecionavam os setores minoritários como vítima sacrificiais e bodes expiatórios das maldades do poder dominante, jamais solidário. Não à toa, durante a queda dos feudos foi criado o crime de bruxaria, como vingança dos senhores feudais para responsabilizar sobretudo as mulheres de pacto com o Demônio. Os demônios parecem mais ativos na história quando o poder invencível dos hierarcas e capitalistas já tinha sido corroído pelo orgulho e pela prepotência deles mesmos. Santidade era pouco: queriam ser Deus.

O que de pior a religião costuma produzir é a grandeza, beleza da Graça "divina" dada ao Poder do Príncipe, ou ao governo despótico, e a maldição imaginada de Deus sobre todos os enfraquecidos, adoentados, empobrecidos, espoliados e sem abrigo ou acolhimento que aqueles "empoderados" lhes destinam, por serem pecadores, infâmias, amaldiçoados e perversos, imorais. Trata-se de emprestar o olhar da avidez, da ira e dos anátemas, como ódio de ver-se face a face, confrontado no espelho do próprio egoísmo que não lhe deixa dormir.

Fundamentalismo religioso é realidade odiosa. Se o fundamentalismo é bíblico, geralmente são usados alguns textos, previamente selecionados do primeiro testamento, para justificá-lo. No Brasil, ele se manifesta na intolerância religiosa, na superioridade na "fé", no desprezo às outras religiões, outras culturas, outras opções políticas. Os fundamentalistas têm muita dificuldade de conviver com o diferente. São adeptos do uso da violência, da tortura e da condenação. Reiteradamente são a favor da pena de morte. Todos os profetas eram julgados

ateus e irreligiosos por não se dobrarem aos ídolos, que tinham pés, mas eram de barro. Tinham narizes, mas não cheiravam.

As Cruzadas — da morte e do massacre, do genocídio, do assassinato de negros, negras, mulheres, populações frágeis e empobrecidas, sempre rejeitadas e, muitas vezes abatidas, assassinadas e deformadas pela violência; indígenas em fugas nas florestas para não serem sacrificados pelos brancos, indígenas que cuidam das florestas como demanda da Terra e do Deus da vida — usam livros proféticos do primeiro testamento e todo o segundo testamento, que ensinam o contrário.

São a favor da paz e da justiça, sem acumulação de bens, como no livro do profeta Amós, no capítulo 5. Em Mateus, Jesus Cristo prega contra a pena de morte, contra a vingança e a favor do amor aos inimigos, a favor da prática da justiça, a favor das sobras da misericórdia, como: acolher migrantes, visitar pessoas com privação de liberdade, repartir o pão com o faminto, agasalhar pessoas, visitar doentes, não acumular bens de nenhuma espécie. É para a liberdade que Cristo libertou as pessoas, conforme o livro de Gálatas.

O ódio, a vingança e o armamento da população que pairam no Brasil não têm sua origem no pensamento bíblico cristão! Não vêm de Deus.

Ação 1: integrar CEBI, CONIC e igrejas ecumênicas no movimento de Direitos Humanos.

Ação 2: realizar encontros e cursos de profetismo e espiritualidade do Bem-Viver.

6.5 A Justiça

O testemunho bíblico é pela paz, pelo desarmamento (Jesus mandou Pedro se desfazer de sua arma) e pelo agir pela Justiça. Jesus não concorda com a justiça dos fariseus, que é retributiva, privatizada. Ele prega e vive a justiça restaurativa, bondosa e integradora. Em relação ao pobre, ele assume o conceito semita. Nesse conceito, o pobre tem direito. Ele é pobre porque alguém tirou dele o que Deus deu por graça. Então, o pobre não é um objeto pacífico de intervenção de alguém que somente tem um pouquinho de compaixão. Pobre tem direitos na comunidade. Ele se ajoelha diante de Deus, mas, diante dos humanos e de suas estruturas, ele exige de pé que lhe devolvam o que lhe pertence por direito. O sistema brasileiro de Justiça deveria fazer isso: restaurar o direito do pobre. Consequentemente, não deveria haver nenhum despejo, sempre em favor de uma Justiça que favorecesse os mais aquinhoados e fosse usada para fins exclusivamente pessoais. Mas, como o sistema de Justiça brasileiro está radicalmente corrompido, ele faz o contrário: em vez de restaurar o direito à vida e à dignidade do pobre, o sistema de Justiça rouba-lhe o que ele conquista a duras penas.

Ação 1: articular com pessoas e instituições que, isoladamente, lutam para libertar o sistema de Justiça de seu fundamentalismo legalizado e suas práticas, meramente, heterodoxas.

Ação 2: em conjunto com a Ouvidoria Geral de Polícia, articular e capacitar profissionais para a defesa dos Direitos Humanos.

7. A mulher que vê: nossos olhos de ver o mundo

Voltando ao filme *Ensaio sobre a cegueira*, vemos algo que sempre está presente: uma única mulher não é acometida pela cegueira. Por que só uma mulher não foi atingida pela epidemia? Uma resposta simples não faz jus à complexidade da questão — ela continua nos atormentando. O perfil da mulher é único desde o início: é a mulher que sabe o que quer e encontra o caminho no caminhar. No início, ela não é vista por seu marido, mas parece que ela não entra no jogo da indiferença que ele faz. Quando este se torna cego, a mulher se arrisca e entra junto com ele no abismo da quarentena. Parece simples, mas não é. Talvez essa mulher, sem o dizer, estivesse praticando a espiritualidade da qual nos escreve Roberto:

A espiritualidade cristã não foge do inferno, mas passa por ele como única maneira de chegar à mesa em torno da qual compartilhamos pão e vinho na presença libertadora do próprio Deus. Por isso mesmo, é espiritualidade solidária com gente pobre e indefesa e não nega o outro, mas constrói com ele um mundo humano e fraterno, no qual a justiça é como um beijo de amor e amizade. (ZWETSCH, 2000, p. 51-52).

A cidade toda foi acometida de cegueira, virou um inferno. Não havia nela "justiça que fosse como um beijo de amor e amizade". Em uma sociedade em que ninguém vê ninguém, na qual a indiferença perpassa as relações, o compromisso está ausente e o amor acabou, esses valores devem ser pensados, repensados e praticados se quisermos reconstruir vida digna. Vamos repensar a vida social. Há muitos fundamentalismos no Mato Grosso que acabam com a terra, o mundo e a vida humana: agrotóxico sem medida, assassinatos, acumulação por meio de propriedades, sistema judicial corrompido, religião sem profecia, sem reconciliação e sem consolação.

O que de pior a religião costuma produzir é a grandeza, a beleza da Graça dada ao Poder do Príncipe, ou ao governo, e a maldição prevista a ser feita por seus fiéis contra os que estão do outro lado de suas intenções. Onde há desigualdade, Deus, aí, não está!

Referências

BOBSIN, Oneide. A morte morena do protestantismo branco: contrabando de espíritos nas fronteiras religiosas. In: ORO, Pedro Ari; STELL, Carlos Alberto (Orgs,). **Correntes religiosas e globalização**, 1997, (p. 54-55.).

COMBLIN, Joseph. **O provisório e o definitivo**. São Paulo: Herder, 1968.

DEIFELT, Wanda. Deus no corpo: uma análise feminista da revelação, In: TOMITA, Luiza *et al.* **Teologia latino-americana pluralista da libertação**, 2001 (p. 93- 104).

GILSON, Étienne. **Filosofia da Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [Col. Paidéia].

WITTER, Teobaldo. **Sobre cegueiras e cuidados do corpo- Comentários teológicos ao filme Ensaio sobre a cegueira**. In: ZWETSC, Roberto E. (Org.). **Cenários urbanos: realidade e esperança-desafios das cidades às comunidades cristãs**. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST, 2014 (p. 273-279).

ZWETSCH, Roberto E. Espiritualidade na vertigem do tempo. in: **Estudos Teológicos**, São Leopoldo: S/D.

Internet:

STASSUN, Cristian. Cama de Procusto (Mito grego). **Psicologia Online**, 07 jul.2008. Disponível em: <https://consultapsicologo.com.br/2008/07/07/cama-de-procusto-mito-grego/>. Acesso em: 11/06/2019, às 11h.

Procurador que matou pivete em são paulo é condenado a 4 anos. Disponível em: www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06832.pdf. Acesso em: 11/06/2019, às 16h.

O que é fundamentalismo. Disponível em: <https://www.respostas.com.br/significado-de-fundamentalismo/>. Acesso em: 11/06/2019, 23h.

ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA FEMININA NA BAIXADA CUIABANA

Denize Aparecida Rodrigues de Amorim*

Gloria María Grández Muñoz**

*Doutoranda em Educação, pesquisadora GPEA - UFMT

**Assistente social, assessora da Deputada Federal Rosa Neide Sandes.
Voluntária da Comissão Pastoral da Terra.



Há muito tempo, os movimentos de mulheres perceberam a necessidade de garantir a existência de espaços de auto-organização, nos quais a presença exclusiva de mulheres garante o debate e o planejamento pautado por experiências e caracterizações que todas compartilhamos por sofrermos na pele essa opressão. Afinal, apenas uma mulher pode dizer o que é ser mulher; e é a partir daí que se pode identificar nossa luta.

Alessandra Terribili

Diante das difíceis condições socioeconômicas e ambientais no cotidiano da população, destacamos grupos de mulheres que atuam sobretudo na Baixada Cuiabana, em Mato Grosso, muitos deles vêm há décadas trabalhando com e para as mulheres nas periferias das cidades e comunidades do campo, de forma voluntária e com recursos próprios e com apoio de projetos de sustentabilidade. A motivação principal deste texto é dar visibilidade às narrativas dessas mulheres responsáveis por organizações e movimentos sociais que fazem a diferença nas relações e, fundamentalmente, nas vidas delas, para torná-las mais leves pela solidariedade feminina.

É importante destacar que conhecemos estas organizações nas articulações entre mulheres, em suas agendas públicas, e assim despertaram em nós uma admiração pela atuação delas e nos sensibilizamos com suas trajetórias. Sabemos que nesta região existem muito mais grupos e movimentos feministas, mas pela singularidade e por proximidade detivemos nosso olhar para estes grupos, para quiçá despertar sobre elas e sobre as outras organizações existentes em Mato Grosso atenção e solidariedade com sua missão transformadora.

Para cumprir o objetivo, entrevistamos as mulheres representantes destes grupos, presencialmente ou via *WhatsApp*, para que cada uma relatasse brevemente sobre sua atuação para este Relatório, sendo estas as questões:

- Há quanto tempo existe sua entidade e qual a principal missão?
- Quantas mulheres participam e de que forma elas participam?
- Quais realizações da sua entidade você destaca?

As entidades relatadas são estas: **1)** Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso - FMN/MT; **2)** Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso - IMUNE/MT; **3)** Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca - ACORQUIRIM; **4)** Clubes de Mães; **5)** Lírios - Liga de Reestruturação das Irmãs Ofendidas nos seus Sentimentos; **6)** Grupo de Mulheres

Flor do Cerrado; **7)** Grupo de Mulheres TeceVidas; **8)** RMERA – Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia – Núcleo Nossa Senhora do Livramento.

O **(1) FÓRUM DE MULHERES NEGRAS DE MATO GROSSO – FMN/MT**, foi criado há 4 anos em Cuiabá, tendo integrantes em outras cidades do interior Estado como Acorizal, Várzea Grande, São José do Rio Claro, Juara, Sinop, Poconé, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Livramento, entre outros municípios. A missão do Fórum é o enfrentamento de todas as formas de discriminação, preconceito racial/étnico e pelos direitos humanos das mulheres e dar visibilidade às mulheres negras na sociedade. Segundo sua atual coordenadora, a assistente social Elis Regina Prates, há hoje em torno de 60 mulheres que o compõem e se comunicam por meio de participação em redes sociais na internet e, presencialmente, em reuniões periódicas. A coordenadora Elis Regina ressaltou que o Fórum promove a realização de seminários, rodas de conversa, Feiras de Economia Solidária de Mulheres Negras, oficinas, conferências livres sobre a temática racial e de direitos das mulheres, atua também em conselhos de direitos em diversos municípios mato-grossenses. Importante lembrar que, em 2018, representantes do Fórum participaram no 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras, na cidade de Goiânia, em Goiás. No presente ano, destacamos até esta data que participaram da organização das atividades do 8 de março em Cuiabá e outros municípios e também realizaram uma Oficina sobre Comunicação Colaborativa para Mulheres Negras com a participação de professoras/es da rede pública de ensino. O Fórum também participou da organização este ano, junto com outras entidades, nos dias 24 e 25 de julho, do II Encontro Estadual de Mulheres Quilombolas de Mato Grosso e o I Seminário Empoderando Terezas, em Vila Bela da Santíssima Trindade, comemorando o dia nacional da mulher negra e o dia nacional de Tereza de Benguela, representantes de 27 comunidades de Mato Grosso participaram, estiveram presentes 175 mulheres.

Entrevistamos a presidente do **(2) IMUNE – INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DE MATO GROSSO**, a professora Antonieta Luísa Costa, que nos relatou que o IMUNE existe há 17 anos, e nasceu com a perspectiva de trabalhar políticas públicas e ações afirmativas direcionadas para mulheres negras, pois até no próprio movimento negro não conseguiam discutir esta questão. O Instituto atua com 10 mulheres, trabalhando com palestras, oficinas e rodas de conversa, os trabalhos são distribuídos por áreas de políticas (saúde, educação, identidade), realizam uma reunião mensal das integrantes.

Atualmente trabalham na capacitação para a criação do Comitê de Equidade e Saúde. Este ano promoveram uma capacitação em saúde da população negra para 110 funcionários da atenção básica da saúde, em parceria com o Instituto Avon CEERT e o Instituto de Saúde Coletiva da UFMT. Em maio ministraram uma oficina sobre saúde do jovem e da jovem para 150 funcionários da atenção básica da saúde, a convite das secretarias municipal e estadual de saúde. Na Educação, conseguiram impulsionar, criar e incluir, na Secretaria de Estado de Educação, a educação para as relações étnico-raciais e, nesse quesito, foi criada uma política de educação para o migrante, iniciada em 2014, que atualmente abrange 10 municípios. Esse trabalho foi em parceria com o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Estadual de Educação e juntos conseguiram criar e implementar um programa de Estado.

Em 2019 o Instituto promoveu diálogo sobre mulheres negras e gordofobia, junto com o Departamento de Geografia da UFMT; em 2018, no Festival de Cinema Tudo Sobre Mulheres, realizou rodas de conversas sobre mulheres negras.

Atualmente iniciará o projeto de **Mulheres Negras Contra a Violência**, em parceria com ONU (Organização das Nações Unidas. Também realizam o Julho das Pretas, já na sua terceira edição, com o Sarau das Pretas. E este ano, lançarão o documentário da história das mulheres

negras em Mato Grosso. Nacionalmente, o IMUNE faz parte da Coordenação Nacional de Mulheres Negras, da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, e do Fórum Nacional de Mulheres Negras. O IMUNE tem parceria com pessoas que o representam fora das cidades de Cuiabá e Várzea Grande, nos municípios de Cáceres, Sinop, Barra do Garças, Juína, Barra do Bugres, Livramento e Poconé.

Em Nossa Senhora do Livramento – MT, a **(3) ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL DO QUILOMBO RIBEIRÃO DO MUTUCA – ACORQUIRIM**, existe há 22 anos, segundo nos informou a secretária da diretoria, a professora e bacharel em direito, Laura Ferreira da Silva. A Associação tem como principal missão defender os direitos dos quilombolas para a permanência na terra. De acordo com Laura, atualmente habitam no quilombo 120 famílias e estas compõem a Associação. Para trabalhar com as mulheres na Associação, foi criado em 2013 um grupo chamado de “Mãe Rosa”, composto por 30 mulheres que trabalham com beneficiamento dos frutos da banana e artesanatos.

Laura da Silva destaca que uma das grandes realizações foi ser a primeira Associação Quilombola a conseguir implantar uma unidade escolar: a “Escola Estadual Rosa Domingas de Jesus”. Mas, com tristeza, relata que a escola foi desativada à revelia da comunidade em 2012, causando uma profunda indignação. Contudo, a associação está superando este fato por outras realizações como a implementação de políticas públicas de construção de casa própria pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, dentro do Quilombo Ribeirão do Mutuca, construindo 150 casas. Aderiram também ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde comercializam parte da produção familiar. Por conta disso, nos revela orgulhosa que a Associação “ganhou o prêmio melhores práticas da Caixa Econômica Federal”. Laura também proclama feliz que “A nossa comunidade foi a primeira a lutar pelo seu espaço e as famílias resistiram”.

O nome do Grupo Mãe Rosa é em homenagem à Dona Rosa Domingas, já falecida, “que foi a mulher que lutou e enfrentou vários fazendeiros e nunca saiu da comunidade e desta forma potencializou a vinda de outras famílias ao território”, revela feliz Laura Silva. Assim, é um grupo que se reconhece na causa feminina, promovendo ações e participa de eventos dentro e fora do Estado, “objetivando a ter mais interação e conhecimento”. Em 2016, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), realizou junto com as mulheres do ACORQUIRIM, um curso sobre mulheres e justiça climática, o qual terá como fechamento o lançamento de um livro, ainda em 2019, de autoria conjunta das pesquisadoras do GPEA e das mulheres quilombolas do Ribeirão do Mutuca, denominado: “As Fazedoras de Saberes – Diálogo das mulheres quilombolas do Mutuca com a Educação Ambiental, Gênero e a Justiça Climática”. É desta forma que a esperança no quilombo se renova com as práticas em comunidade, na busca pela manutenção do modo de ser quilombola.

A **(4) LÍRIOS – LIGA DE REESTRUTURAÇÃO DAS IRMÃS OFENDIDAS NOS SEUS SENTIMENTOS**, é uma organização não governamental fundada no final de 2013, sua diretora Maria Fernanda Figueiredo nos revela que a entidade tem como principal missão implementar ações no enfrentamento à violência contra as mulheres, destacando a formação através de palestras para mulheres e estudantes nas escolas e o atendimento Psicológico/Psicoterapia, realizado de segunda a sábado na sede da entidade. Para além do atendimento de psicoterapia, promove seminários, ações de mobilização de rua, capacitação técnica, oficinas e cursos, principalmente, de noções de empreendedorismo para mulheres em situação de violência.

De acordo com a diretora, a LÍRIOS é formada por 34 pessoas associadas, mulheres e homens. Entre as profissionais que integram a entidade estão psicólogas, assistentes sociais, pedagogas, advogadas, policiais, servidoras públicas, todas trabalham voluntariamente. Em 2018

realizaram atendimento psicológico para um total de 42 mulheres. Em todas as atividades promovidas, desde palestras até atendimento psicológico individual, campanhas, entre outras ações, já atenderam 3.119 pessoas, das mais variadas faixas-etárias, em diversos bairros de Várzea Grande.

Assim podem possibilitar às mulheres em situação de violência a superação desses traumas, físicos e psicológicos e a recuperação de sua autoestima. A diretora nos revela que "as pessoas que formam a LÍRIOS têm plena consciência que sua ação vai ao encontro da efetividade da Lei Maria da Penha".

Uma organização de mulheres bem antiga nas cidades brasileiras e que continua atuante, em Cuiabá, se destaca sobretudo pela sua atuação em bairros da periferia, são conhecidos como **(5) CLUBES DE MÃES**, iniciados ainda na década de 1960, no Brasil, essas organizações auxiliam às mulheres dos bairros com cursos de formação para a geração de renda e também, ocasionalmente, oferecem cestas básicas e apoio para atendimento à saúde. Segundo a presidente da União Cuiabana dos Clubes de Mães - UCCM, a professora aposentada Maria Orly, existem hoje em Cuiabá 50 clubes de mães, envolvendo diretamente 500 mulheres. A UCCM é uma entidade registrada e filiada à Federação Mato-grossense de Moradores de Bairros (FEMAB), sendo também declarada em lei como de utilidade pública, um dos desafios desta entidade é conseguir que cada Clube de Mães seja regularizado e tenha uma sede própria.

Este ano, a importância da atuação da presidente da UCCM foi reconhecida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso (CEDM/MT), concedendo à Dona Maria Orly o prêmio "Ruth Marques Correa da Costa", dedicado àquelas que lutam pelos direitos humanos das mulheres. São mulheres premiando, em reconhecimento às mulheres pelas suas lutas. Assim, todo trabalho da Dona Maria Orly, iniciado ainda em 1960, com os movimentos comunitário, foi reconhecido pelas mulheres mato-grossense, representadas no Conselho (BARROS, 2019⁶⁵). A força dos Clubes de Mães também pode ser percebida na atual presidência do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Cuiabá, pois é a entidade está representada na pessoa da presidenta Telma Severino dos Reis Rodrigues, que realizou em sua gestão em 2018 o I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres de Cuiabá, com a participação de mais de 150 mulheres.

O **(6) GRUPO FLOR DO CERRADO** é um empreendimento econômico solidário de mulheres, coordenado por Maria Aparecida da Silva Oliveira, dona Cida, e Glória Maria Nunes de Andrade, dona Glorinha, surgiu em 2010 em Cuiabá. É constituído por seis mulheres que moram nos bairros populares Altos da Serra, Jardim Itamarati, Planalto e Sol Nascente. Surgiu a partir de cursos de formação oferecidos pelo Centro de Formação em Economia Solidária do Centro-Oeste - CFES/CO, em parceria com a Associação Resgatando Cidadania, a REDE CIDADÃ e a Fundação Bom Jesus de Cuiabá, para contribuir com a geração de renda e autonomia financeira das mulheres de bairros populares.

O Grupo se reúne para produzir e participar de oficinas de formação em Economia Solidária, direitos humanos das Mulheres, saúde alternativa e outros assuntos, na sede do Centro de Referência de Desenvolvimento Humano, localizado no bairro Planalto, confeccionam lindos panos de prato, jogos de cozinha, camisetas customizadas e outros artigos, produzem juntas, partilham os recursos das vendas e reservam um percentual para o Fundo Rotativo Solidário da Associação Resgatando Cidadania, assim quando precisam realizam empréstimos para aquisição de materiais, a devolução é sem juros.

⁶⁵ BARROS, Rosana Leite Antunes de. O Prêmio Ruth Marques Correa da Costa de 2019. Disponível in < <http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=9877#page/2> >

O (7) GRUPO DE MULHERES TECEVIDAS, conhecido como Grupo das Mulheres do Três Barras, surgiu inicialmente no bairro Três Barras – Cuiabá, no ano de 1993, na época em que no Brasil acontecia a **Campanha “Contra a Fome e a Miséria pela Vida”**, eram aproximadamente 30 mulheres no início, contavam com o apoio e animação do Comitê da Paróquia do Rosário e São Benedito, coordenado pelo padre jesuíta José Ten Cate e entre as muitas parcerias se destacava o apoio das Irmãs Azuis, do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Banco BEMAT, o grupo de Jovens JUC, dentre outros. Atualmente continuam no Grupo seis mulheres, uma das coordenadoras é Miguelina Martinha de Sampaio.

Naquela época as mulheres confeccionavam tapetes de retalhos, ensinavam pintura em tecido, crochê e bijuterias e parte do produzido era comercializado nas comunidades de base, desta forma obtinham renda para suas famílias. Posteriormente, continuaram se reunindo e trabalharam um projeto de Horta Comunitária e marcenaria, em parceria com **Fé e Alegria**, essas atividades ajudaram muito para o seu empoderamento e autovalorização, em especial fortaleceu entre elas o sentido de pertencer a um grupo. Nesse processo aconteceu algo muito importante, as mulheres do Grupo se viram motivadas a aumentarem a sua escolaridade e muitas voltaram para as salas de aula, concluíram o segundo grau e se inseriram em diversas pastorais, movimentos sociais e outras organizações.

Apesar de muito esforço e dedicação o grupo das Mulheres do Três Barras foi se desfazendo por falta de apoio financeiro, mas continuaram com o processo de Formação para a Cidadania e nas comunidades de base. Um pequeno grupo composto por seis mulheres continuou se reunindo para a fabricação de pão de mel e bombons, sempre tiveram em mente organizar uma associação de mulheres e fortalecer grupos de geração de renda, apoiadas pelo Fórum de Economia Solidária da Baixada Cuiabana. No dia 26 de agosto de 2010, depois da Oficina de Formação dos Fundos Rotativos Solidários, reunidas na casa de uma delas, decidiram retomar o sonho de ter um empreendimento econômico solidário a partir da confecção de roupas íntimas, camisetas e bolsas de algodão cru.

Animadas pelo sonho de vida digna para elas e suas famílias e motivadas pelo projeto de apoio aos Fundos Rotativos Solidários – Cáritas e Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, as Mulheres decidiram democraticamente que o Grupo se chamaria **“TeceVidas”** porque o seu trabalho, além de gerar renda, contribuirá para reanimar o grupo e construir uma realidade cada vez mais solidária e feliz. Atualmente continuam trabalhando e se reúnem no Centro de Referência de Desenvolvimento Humano, no bairro Planalto.

A (8) REDE DE MULHERES EMPREENDEDORAS RURAIS DA AMAZÔNIA – RMERA é uma rede que integra 150 empreendimentos formados por grupos de mulheres e também grupos mistos, com núcleos em Mato Grosso e outros Estados da região amazônica. O **Grupo RMERA – Núcleo Nossa Senhora do Livramento**, iniciou sua organização em 2007 com o apoio da FASE/MT e da Comissão Pastoral da Terra – CPT/MT, constituído por 10 mulheres das comunidades tradicionais São Manoel do Pari e Aguassu Monjolo. Na época se uniram a outros grupos de mulheres da Baixada Cuiabana com o intuito de desenvolver um projeto de formação sobre gênero, empoderamento feminino, produção e autonomia econômica, refletindo sobre a importância da produção agroecológica e a luta pela permanência na terra.

As mulheres de longa data refletiam sobre a necessidade de terem um espaço para dialogar sobre suas preocupações, dificuldades na vida familiar e também sobre a importância de ter uma **horta comunitária** para melhorar a alimentação de suas famílias.

Com essa vontade se organizaram e participaram do Projeto da FASE que possibilitou recursos para iniciar a horta comunitária orgânica e participar de encontros, seminários e oficinas sobre empoderamento e direitos humanos das mulheres. Miguelina, Helena, Maria Lina, Hilda, Maria Romana, Terezinha, Antônia Caetano, Enaias, Luiza e Maria Domingas continuaram

juntas. Posteriormente, com apoio das irmãs da Caridade de Vicente de Paulo, conseguiram adquirir uma máquina para moer cana de açúcar e assim elaborar rapadura, melado e caldo de cana, beneficiando não somente suas comunidades, mas também acolhendo famílias de comunidades vizinhas. O Documentário *“Do Campo à Cidade – Mulheres em luta por Direitos” (2010)*, realizado pela FASE retrata os caminhos e belezas encontrados na execução desse Projeto pela RMERA.

As mulheres continuam se organizando e animando a vida da comunidade, enfrentam as dificuldades juntas, continuam construindo relações de amizade e companheirismo, fortalecem as possibilidades de permanência no campo, ampliam as discussões e práticas de produção agroecológica, participam de Feiras de Economia Solidária e Festas de Sementes Crioulas, Encontros de organizações do Campo, Encontros e Intercâmbios de Mulheres organizados pela CPT, FASE e outras organizações, sempre animadas pela esperança de contribuir para o fortalecimento das mulheres camponesas, das suas famílias e da agricultura familiar.

E A LUTA DAS MULHERES CONTINUA...

No te rindas, no te vendas, no claudiques.
Encendimos una pequena luz cada uma de nosotras...
Esa pequena luz es para ti. Llévala hermana y compañera.
Cuando te sientas sola.
Cuando tengas miedo.
Cuando sientas que es muy dura la lucha, o sea la vida...
Mujeres Zapatistas

Conhecer e se aproximar dessas mulheres e seus coletivos fortalecem a nossa esperança de que é através do trabalho em comunidade, em associações e coletivos que a vida das mulheres se enriquece de sentidos.

Como é bom saber que elas existem, insistem e persistem apesar de todas as barreiras encontradas no caminho, é na teimosia esperançosa que elas resistem porque o sonho é construir uma nova sociedade para elas, suas famílias e comunidades.

Os grupos de mulheres aqui citados se movimentam na dinâmica do fazer juntas para superar discriminações, construir novas relações, tecer novas redes de articulação e organização, ganhar autonomia e empoderamento. É no fazer juntas que afirmam sua identidade e fortalecem a luta das mulheres desta região com características peculiares como a solidariedade, a fortaleza, a generosidade e a capacidade questionadora que as leva a não aceitar como definitiva a realidade imposta pela sua condição social e por isto a questionam, lutam para transforma-la desde a ótica dos direitos humanos de vida digna e plena.

Referência

BARROS, Rosana Leite Antunes de. **O Prêmio Ruth Marques Correa da Costa de 2019**, Cuiabá. Disponível em <http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=9877#page/2>.

A ESPERANÇA NA IGREJA E NA SOCIEDADE TEM UM ROSTO FEMININO

Marilza José Lopes Schuina

Atual presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, CLB.



Seção Especial: ENTREVISTA⁶⁶



Difícilmente temos uma mulher no poder, ou no papel de destaque, fruto de uma civilização misógina que carrega os traços do controle masculino, mas Marilza é a presidenta do Conselho Nacional do Laicato do Brasil. É uma mulher negra, linda, inteligente e originária de Governador Valadares, MG, mas com espírito cuiabano desde a década de 1980. Conversando com ela, percebo que não foi à toa que essa presidência chega à jurisdição dela, pois leva consigo o engenho de ver o mundo de maneira mais ética.

O Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB)⁶⁷ foi fundado em 1975 e constitui-se em um organismo eclesial dos católicos que articulam, organizam e respeitam os "leigos e leigas", que não são considerados pelo viés tradicional de mundano ou desconhecedor, mas representam todos os cristãos que foram batizados e crismados. A Marilza relativiza a supremacia do batizado e da crisma, alegando que há muita gente sem esses rituais que é muito fiel à palavra sacra. Ela cita as palavras do próprio Papa Francisco, que, em 2016, em uma carta enviada ao cardeal Marc Ouellet (presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina), declarou que "ninguém foi batizado sacerdote nem bispo. Batizaram-nos leigos, e é o sinal indelével que jamais poderá ser apagado".

No solo mato-grossense, no distrito da Guia, há uma senhora idosa que só agora, com mais de 70 anos, busca a vida sacramental, com jovens de 18 a 20 anos e adultos de 30 a 50 anos. Uma vida inteira dedicada à comunidade eclesial. Outros exemplos recheiam a fé instituinte vencendo a regra instituída, principalmente quando os membros da comunidade refletem sobre o sínodo da família, que é uma ponderação para que todos participem e sejam incluídos, inclusive os não batizados ou os de segunda união. Há outras iniciativas eclesiais que encorajam a participação feminina, que geralmente é a *anima* ("alma" em latim) de muitos ritos, celebrações ou atividades cristãs.

Marilza nos recorda de que na igreja todos os cristãos possuem a mesma comum dignidade de filhos e povos de Deus: a REALEZA, que toma cuidado na administração e nas vidas

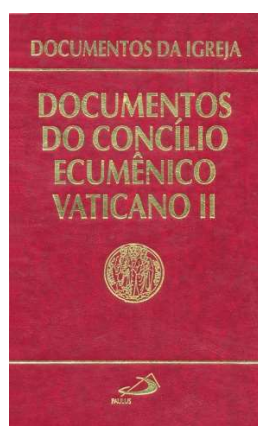
⁶⁶ Entrevista concedida em 15/04/2019: Este texto traduz as palavras de depoimentos, ensinamentos, emoções e de ideias criadoras da autoria de Marilza Schuina. Os rodapés são de responsabilidade da Michèle Sato.

⁶⁷ <https://www.cnlb.org.br/>

das pessoas, buscando atuar na sociedade e transformar a realidade em que se encontram; o PROFETISMO, que denuncia as situações mais dramáticas, mas que sobretudo anuncia o esperar; e o SACERDÓCIO, que contempla todos aqueles que servem como Cristo, que não era de classe sacerdotal, mas ofereceu todo o seu viver e agir à causa do Reino, ao povo, para que houvesse vida abundante para todos e todas.

Os chamados “leigos” representam a enorme maioria da Igreja Católica e hoje participam ativamente da vida eclesial com mais efetividade e tomada de decisão. Contudo, há de se lamentar que a igreja seja um espaço que coadune com a sociedade mundial e ainda seja tradicional em manter os homens como privilegiados. Alguns espaços são ocupados pelas mulheres, e, em muitas instâncias consultivas, elas acabam deliberando proposições. Todavia, a governança feminina ainda se constitui uma luta em marcha.

No documento 105 da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB)⁶⁸, há um apelo para que os leigos participem da vida política, da realidade socioeconômica e das expressões da cultura, como a arte. O manuscrito retoma a eclesiologia do Concílio Ecumênico Vaticano II⁶⁹, estimulando que as mulheres sejam mais respeitadas e que as singularidades de cada cristão não sejam tão duramente regidas por leis, mas pela fé. Nas comunidades brasileiras, há muitas benzedoras, rezadoras ou devotas que executam as atividades cristãs. Assim, torna-se um papel do CNLB reconhecer os direitos das mulheres, incentivando sua participação e respeitando sua existência de forma mais significativa na Igreja Católica.



Marilza e o Papa Francisco. Vaticano, 2015.

O Concílio Ecumênico Vaticano II foi proposto no início da década de 1960, em pleno período da contracultura, que também invadiu as duras estruturas cristãs e abriu a igreja ao mundo, com inovações sensíveis como a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A bula papal *Humanae salutis* foi uma tentativa de rever a história da Igreja Católica, reconhecendo que somos todos iguais perante os direitos do mundo e que a salvação da alma não ocorre somente na morte, senão no convívio e nas opções mais justas perante os conflitos civilizatórios. O Vaticano II mostrou enorme sensibilidade com a liberdade e os direitos humanos, em especial à autonomia religiosa. De lá para cá, alguns católicos buscam construir uma outra Igreja, nem sempre de fáceis mudanças.

⁶⁸ <http://www.diocesecachoeiro.org.br/arquivos/downloads/documento105cnbb-.pdf>

⁶⁹ http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm

Entre algumas histórias, Marilza relembra uma viagem realizada na Amazônia na qual só se chegava à comunidade pelas águas ou pelo ar. Para ir contra a correnteza, uma voadeira leva três horas de travessia, contra oito horas de barco. A favor da correnteza, o tempo diminui com as forças motoras do próprio deslizamento das águas. Desconhecendo as necessidades da viagem, ela pagou a passagem do barco (R\$ 20,00) e logo se viu cingida por uma inusitada realidade: teria que ter uma rede para aliviar a jornada de barco! Alguém a informou de que seria possível pagar uma cabine, que dispensava a rede. Assim, ela desceu para trocar a passagem e se assustou com o preço de R\$ 120,00! Mas, no meio de muitas conversas, uma senhora pegou o bilhete de suas mãos e sumiu entre os vultos das pessoas ali na roda. Passado um tempo curto, a senhora retornou a tempo de lhe entregar um bilhete de cabine, na gentileza e no provável carisma que exercia na comunidade, que barganha a passagem popular da rede em troca da luxuosa cabine. O camarote era bem equipado, com ar condicionado, banheiro individualizado, cama de casal e conforto de viagem. Marilza compreendeu a diferença dos preços e, amargamente, assimilou também que as passagens eram hierarquizadas entre ricos e pobres. Mais do que isso, compreendeu que o cargo que ocupa, muitas vezes, recheia-se de regalias que os próprios católicos oferecem, na arena de disputa naquilo que Caetano Veloso cantaria sobre os "podres poderes⁷⁰". Foi Caetano também quem disse: "De perto, ninguém é normal". Infelizmente, o abismo social permanece sem uma consciência crítica de que os estereótipos, cargos ou clichês ainda modelam uma sociedade desigual, com pouco, ou quase nenhum, direito de justiça social.

**E a vida inclui
a água,
as árvores,
os animais,
o planeta
e o cosmos.**

Jesus, para Marilza, não é aquele que está somente no templo — ele está na praça, na rua, no campo, no poço, na caverna e nos labirintos em que vagueiam os humanos. Viver a fé em uma comunidade global implica considerar que as pessoas devem superar o contrato "dominador-dominado" e ter o grito do excluído pautando a vida como essência primeira. E a vida inclui a água, as árvores, os animais, o planeta e o cosmos. Por isso, ela não reconhece certas religiões que transformam a fé em mercado, em uma mera negociata de fraude do credo. Certos religiosos confundem a relação do "Estado" com a cruz e a espada que trouxeram no mesmo navio da colonização. Abraçaram o governo atual contra a laicidade popular e buscam o lucro mais do que a fé.

De fato, a igreja também possui uma vasta diversidade de fissuras políticas, a exemplo dos ultraconservadores, como a Opus Day⁷¹, e demais rachaduras que são opositoras ao atual Papa Francisco. Elas apregoam a salvação da humanidade no corolário anterior ao Concílio Ecumênico Vaticano II, sob a alegação de que a igreja deve estar menos distante da fé. Entre a direita e a esquerda, haverá também espaço aos cantores que apregoam a alegria, no carisma de ficar em cima do muro, na maioria das vezes descansando sobre os tijolos da direita.

⁷⁰ <https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44764/>

⁷¹ A família Kock, que financia e decide as eleições estadunidenses e pertence à Opus Day [<https://opusdei.org/en/>], também é uma das patrocinadoras dos estudos que negam a interferência humana nas mudanças climáticas, atribuindo o aquecimento global ao excesso de atividade vulcânica. Ao lado da petrolífera Esso e do Sindicato Patronal dos Estados Unidos, o império dos irmãos Kock favorece publicações que perfazem 3% dos artigos negacionistas. Na luta contra as mudanças climáticas, não restam dúvidas de que os grupos em situação de vulnerabilidade sofrerão mais ainda os efeitos causados pelos senhores do poder Capital.

Declarada como capital do mundo, *Paris está em chamas*⁷²! No dia em que Notre-Dame ardia em labaredas, Marilza concedia esta entrevista e, sabiamente, considerava que os seres humanos se indignariam com a perda da matéria, mas seriam incapazes de se embraçar contra o incêndio da floresta ou se enfurecer contra o cotidiano de violências que as mulheres sofrem. O fogo capitalista da "nossa senhora" ("*notre-dame*" em francês) interpela a recuperação arquitetônica da torre alta, mas seu subterrâneo está recheado de intolerância religiosa, misoginia, discursos de ódio, pedofilia e descaso ambiental. Somente as gárgulas da catedral poderão responder se os objetos góticos foram roubados pelo Corcunda de Victor Hugo. Quantas vidas foram roubadas no nome dessa santa torre? Para além das paredes arquitetônicas, é preciso reerguer todas as vidas do Universo.



Fonte: Vox, 16 abr. 2019

(<https://www.vox.com>).

Nas esteiras da consideração de Marilza, a humanidade está perdendo sua essência. Os seres humanos se sentem deuses, donos de seus próprios mundos, regidos à revelia das violências ou injustiças, sob a égide da vontade própria. Aí não existe solidariedade, comunhão ou projetos coletivos. O Deus único é o faraó com seus chicotes açoitando os escravos que dormem ao relento, com trabalho forçado de sol a sol e sem nenhuma espécie de justiça trabalhista, muito menos de previdência.

Aos bárbaros do capital, não lhes basta um "Deus mais humano", pois eles querem ser superiores ao próprio Deus, isolados de Nazaré da Galileia, local miserável e indigente. Não querem um Deus sem-terra, camponês, preto, com deficiências — querem um Deus do Banco Central, capaz de dar 80 tiros de violências que oprimem a pedagogia da vida digna.

É urgente, assim, retomar o "Deus mais humano", que tenha acolhimento aos projetos políticos comunitários, com organização de conselhos participativos, com equidade social e justiça para que nossos direitos não sejam violados. Para isso, é imperativo reunir as CEBs, as pastorais, os cristãos leigos e leigas e todos os grupos e movimentos sociais engajados com os Direitos Humanos e da Terra. É crucial que a hierarquia religiosa saia do espaço somente eclesial e encontre a sociedade na pulsação da vida em todos os lugares.



Em junho deste ano, após nove anos, Marilza deixa a presidência do CNLB e se dedicará à articulação e à animação das CEBs do Brasil, um jeito de ser igreja dos pobres, dialogal, misericordiosa e participativa (experiência cultivada ao longo de sua vida pastoral), e à preparação do 15º Intereclesial (encontro entre igrejas) das Comunidades Eclesiais de Base, que acontecerá em 2022 em Rondonópolis/MT. Como cristã leiga, permanece firme na luta pela dignidade da mulher e sua indispensável contribuição na igreja e na sociedade, ampliando sua presença nos espaços de decisão como um direito. Como dizia o poeta: "Participando sem medo de ser mulher".

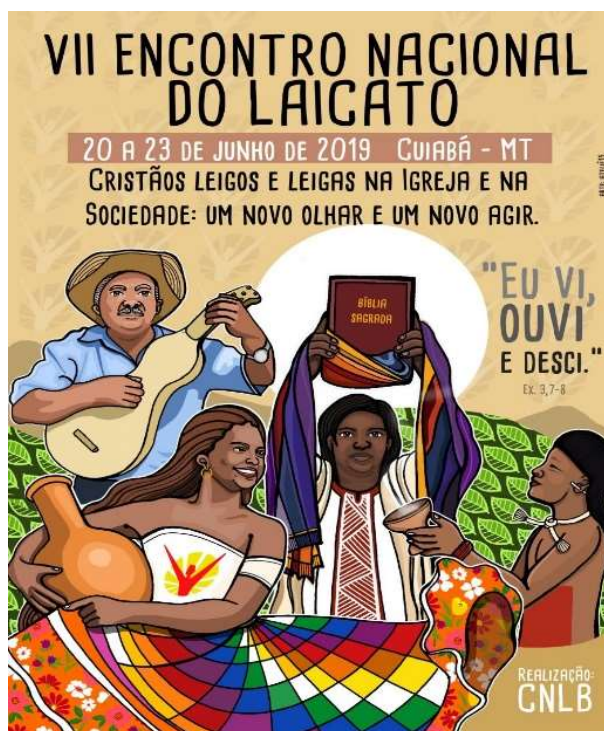
⁷² *Paris está em chamas* é um filme da década de 1960, dirigido por René Clément com roteiro de Francis Ford Coppola, que reuniu diversas estrelas do cinema (<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-2801/>). O filme retrata o controle de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial, que manda incendiar Paris como forma de enaltecer a ascensão das forças nazistas. Não fosse pelas datas, poderia ser um cenário totalmente contemporâneo.

Finalizamos esta entrevista com o convite para o VII Encontro Nacional do Laicato⁷³, entre os dias 20 a 23 de junho de 2019, no Hotel Fazenda Mato Grosso, em Cuiabá, MT. Sob o lema "Eu vi, ouvi e desci", as cristãs e os cristãos leigos debaterão os momentos históricos da igreja na sociedade, com enfoque nas violências e nas alternativas possíveis para sobrepujar a crise da civilização. O conflito mundial afeta também as religiões, e, por isso, os organizadores do evento buscam discutir algumas proposições de superação e resistência, entre a existência e a ação — entre a luta e a generosidade do esperar.

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida

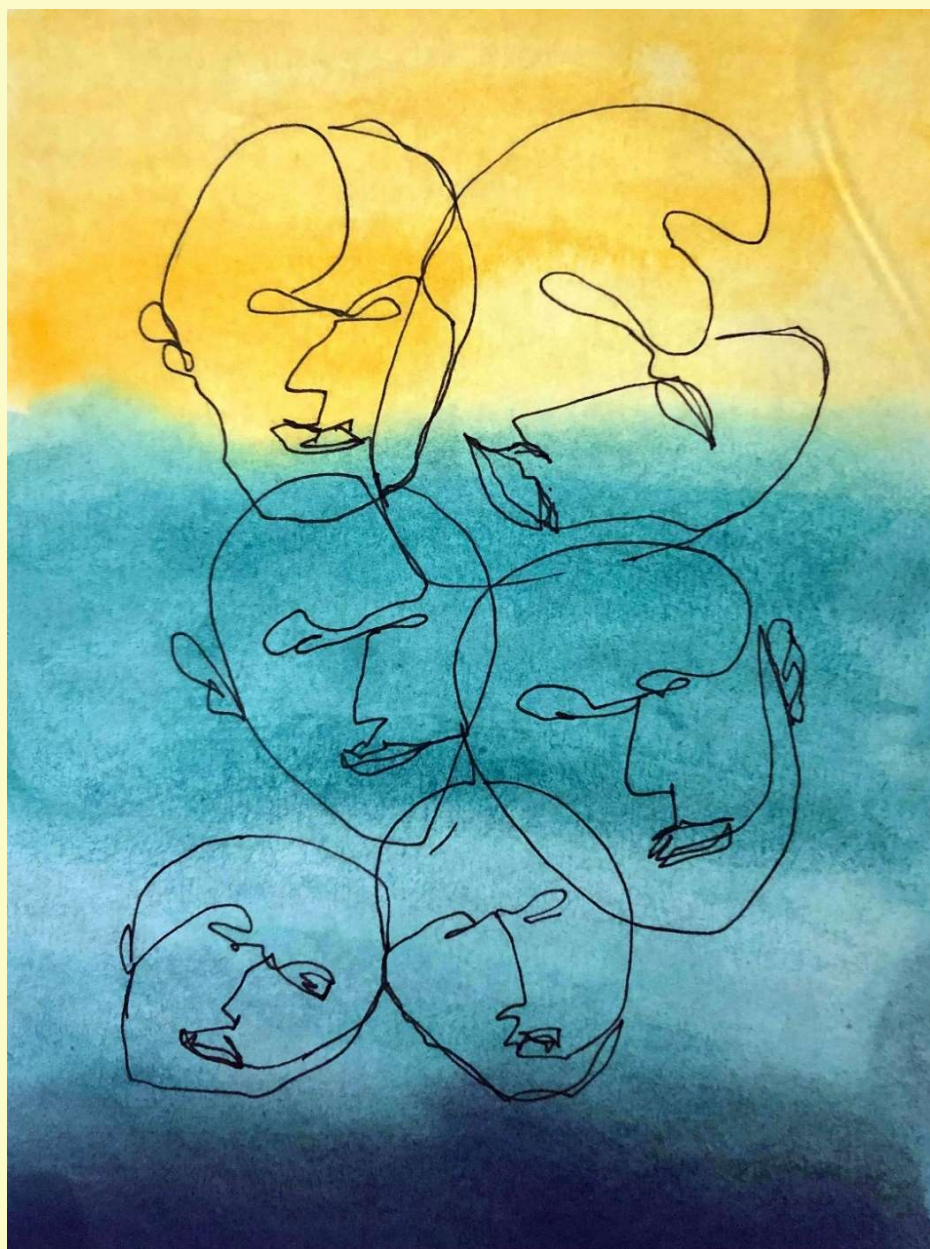
*Maria, Maria*⁷⁴



⁷³ <http://www.cnlb.org.br/?p=3359> – Para outras informações, enviar mensagens para: cnc@cnlb.org.br ou marilzaschuina@gmail.com.

⁷⁴ Milton Nascimento & Fernando Brandt, 1976 – Clube da Esquina 2 – <https://cifrantica3.blogspot.com/2006/06/maria-maria.html>

5. APÊNDICES



Arte: Roberta Simione

APÊNDICE A

CARTA DE MIGRAÇÃO DE MATO GROSSO Fórum de Fluxos Migratórios Cuiabá: UFMT, 8 e 9/11/2018

*É preciso sair da ilha para ver a ilha.
Não nos vemos se não saímos de nós.*

~ José Saramago



Fotos: Flávia Bertier

Intensificado e num dos momentos mais marcantes da história civilizatória, o processo de migração bate os recordes mundiais em número e, qualitativamente, assemelha-se mais às remoções (movimentos forçados) do que os deslocamentos opcionais. Trata-se de movimentos locais, nacionais e internacionais, que demandam políticas públicas dos países que acolhem os refugiados, os removidos ou os migrantes.

Esta Carta da Migração é fruto do Fórum Fluxos Migratórios, que reuniu organismos do governo e da sociedade civil, com estudiosos e militantes, além de migrantes de Cuba, Haiti, Venezuela, Senegal, Peru, Chile, México, Indonésia, Vietnam e Libéria e, também, descendentes de migrantes do próprio Brasil. Por meio de depoimentos, palestras e debates em fórum por todos os participantes, o diálogo buscou um pacto de pensamentos, ações, sentimentos e políticas que pudessem subsidiar a construção de fortes políticas públicas que considerassem as migrações de maneira inclusiva e, sobremaneira, justa.

Diversos outros temas perpassam a dimensão migratória, como um aumento considerável do sexo feminino na pauta, entretanto sofrendo mais assédio moral e sexual. Além disso, o processo migratório deve ampliar o debate para acolhimento dos grupos em situação de

vulnerabilidade, como crianças, idosos, pessoas com deficiência (PcD), povos indígenas, ciganos, comunidade LGBTQ+, quilombolas, favelados e demais grupos que estejam mais expostos com o crescimento do fascismo, com claros pilares do autoritarismo, armamentos, racismo, misoginia, homofobia e xenofobia.

O fluxo migratório da atualidade supera todos os recordes anteriores, e o relatório mundial da Organização das Nações Unidas (ONU)⁷⁵ acusa que, em 2017, tivemos cerca de 258 milhões de pessoas transitando entre um país e outro. Embora os países do Hemisfério Norte sejam aqueles que mais recebem migrantes, aumentam a frequência e o número de migrações em todo o mundo, inclusive no Brasil. As causas principais são econômicas, políticas, religiosas e conflitos civis, aumentando a migração climática em todo o mundo.

Consideramos que seja fundamental construir políticas públicas de migração que sejam transparentes e que possibilitem a participação e o controle social por parte da sociedade civil e das diversas comissões de Direitos Humanos existentes em MT. Devem ser incluídos os acolhimentos linguísticos e à educação, de forma plena, ampla e irrestrita. Os processos legais da residência, que inclui a mobilidade e o trabalho, além de outros aspectos relevantes da garantia de boa alimentação, saúde, acesso digital e moradia, são essenciais à democracia da migração, com assistências e diálogos articulados dos órgãos públicos, da sociedade civil e das agências nacionais e internacionais.

Esta Carta da Migração quer fomentar marcos legais que tratem da legislação migratória que fortaleça e garanta o acolhimento, o espaço de refúgio, o trabalho, a educação, a saúde e o bem-viver das populações, com uma especial atenção a crianças e adolescentes, que garanta uma juventude digna, inclusive com a inclusão da dimensão lúdica, ao lume dos fatos de que as mulheres e as crianças são as que mais sofrem nos processos de migração.

Para além dos sofrimentos humanos, há um ambiente que foi destruído, devastado pelo clima, gerando o desgaste da natureza, que inibe a agricultura camponesa e produz a aridez da terra e ausência de água ou desastres relativos à atmosfera do planeta que destroem outras formas de vida. Por isso, as políticas públicas migratórias devem estar em consonância com as políticas ambientais, nos diálogos inseparáveis entre cultura e natureza.

Os participantes do fórum debatem a migração como responsabilidade do Estado, com abertura democrática e participativa, para construir as políticas públicas, principalmente em alguns eixos essenciais:

1) POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

Recomenda-se a regulamentação da Lei Federal nº 13.445/2017 no âmbito do Estado de MT. Fortalecer uma forte política pública de migrantes, garantindo a mobilidade e o trabalho, com a criação de mais centros, refúgios ou casas de acolhimento que consigam atender os migrantes. Encorajar e estimular as atividades já existentes, como cursos de formação profissional, empreendedorismo social, idiomas ou cidadania, além de um "balcão" de direitos trabalhistas com orientações gerais sobre o trabalho. Abrir diálogos com empregadores para fortalecer a possibilidade de contratação de migrantes estrangeiros. Sob o guarda-chuva da Lei de Migração (2017), é essencial construir legislações específicas do estado e dos municípios de Mato Grosso. Recomenda-se que os municípios criem seus meios e redes para articulação política, conforme as singularidades, os limites e as possibilidades de cada território, a exemplo de Conselhos Municipais de Migração, de Fóruns Participativos e de Observatório da Migração, entre outras possibilidades.

⁷⁵ United Nations Organisation, International Migration Report, 2017.

https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf

2) POLÍTICAS EDUCATIVAS

Garantia da aprendizagem da língua portuguesa e reforço da educação de forma ampla, irrestrita e multilíngue, para todos os níveis e idades, para todos os credos, orientações sexuais, religiões ou etnias. Uma aprendizagem que considere a formação, a extensão e a pesquisa em um ciclo permanente, que possibilite a comunicação, o acesso digital, as políticas específicas de inclusão e a construção da interculturalidade na "com-vivência" com os diferentes.

3) POLÍTICAS DE SAÚDE

Boa alimentação, combate ao agrotóxico, acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo apoio odontológico, e, na eminência do mal do século, atendimento psicológico que vise cuidados com a depressão e outras inquietudes emocionais.

4) POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

De forma geral, que abarquem as dimensões prévias, incluindo as relações de gênero e os direitos de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência (PcD) e demais grupos em situação de vulnerabilidade. Uma política que fomente a criação de redes com várias conexões e intersectorialidades, e que, por meio de diálogos, consigam frear o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e as demais situações que comprometem o bem-viver. Uma rede de fluxos e conexões que promova uma lei de migração mais democrática, o trabalho digno, o acesso à moradia, a livre mobilidade e o direito da informação, da educação, da saúde e também do lazer. E, porque somos conectados, a garantia do ambiente protegido, com direitos que possam promover a proteção dos povos humanos, dos não humanos e de todas as porções de água, terra, fogo e ar que consigam manter a felicidade de uma Terra sustentável.

Cuiabá, 8 e 9 de novembro de 2018.

Auditório Setec, UFMT

Participantes do Fórum Fluxos Migratórios

Relatoria: Michèle Sato



APÊNDICE B

CARTA DA JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA DA UFMT 2019⁷⁶



Passamos por tempos sombrios em que a mão do autoritarismo pesa sobre nós, latino-americanos, mais uma vez! Já dá para sentir o cheiro de chumbo no ar! O povo das cidades vive sob ameaça da violência urbana, da falta de empregos, do enxugamento de recursos nas escolas e hospitais, já tão precários! Mas isso também atinge as companheiras e companheiros do campo que vêm enfrentando a ameaça da falta de incentivo governamental, das balas dos latifundiários e da intoxicação por agrotóxicos!

Ameaçados/as também estão nossos companheiros/as das florestas! Os povos indígenas, donos milenares destas terras, têm sido difamados e ameaçados; suas terras invadidas, seus rios poluídos e seus povos perseguidos!

Vivemos atualmente uma potencialização do racismo no Brasil, que já é profundo e a cada dia ataca de muitas formas as vidas dos negros e negras no país. A violência policial, que mata mais de cinco mil por ano no país, atinge sobretudo os negros. Os territórios quilombolas também estão cada vez mais ameaçados.

As mulheres estão sendo mortas e a liberdade sobre seus corpos já tão débil está ainda mais ameaçada; assistimos diuturnamente os ditos "cidadãos de bem" pregarem o ódio às pessoas LGBTQs e, de ataque a ataque, o capitalismo mostra que, no tempo presente, não tem nada a oferecer a aqueles que trabalham e sonham com um mundo melhor do que a desesperança e o medo.

Neste tempo em que é mais fácil ceder, não arredamos o pé da luta! E a Jornada Universitária pela Reforma Agrária, conhecida por JURA, se torna uma jura: nos promete dias melhores!

⁷⁶ <https://juramatogrosso.wixsite.com/jura2019>

Parecemos poucos e frágeis quando estamos dispersos, mas quando nos cruzamos nas salas de aula tornadas campos de luta, somamos nossos sonhos e então acreditamos mais firmemente que a aspereza do futuro pode ser a promessa de dias melhores no futuro! Como nos ensina Gramsci: "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem." Contra a morbidade, os sonhos buscados na prática militante cotidiana! Tempos de chumbo demandam nervos de aço! Se os bancos insistem que são mais importantes que escolas e hospitais, que caiam os banqueiros!

Se os latifundiários impõem monocultura que degrada nossas terras, rios e ar como a única forma de produzirmos; que caiam os latifundiários!

Se os industriários nos querem tirar o direito de trabalhar com dignidade, de termos férias e direitos, então tomemos para nós as indústrias!

Se o mundo hoje nos é impossível, que juntemos nossas marchas para construir um mundo em que caibam nossas necessidades e anseios!

A JURA transforma a Universidade em um espaço de encontro, de sonhos e lutas coletivas, num momento em que as próprias universidades sofrem ataques sem precedentes!

Querem acabar com a produção de conhecimento e ciência, querem colocar a polícia para vigiar professores, nomear reitores, pró-reitores e diretores; mas já anunciamos que mesmo dentro de uma jaula, "sala de aula esta jaula vai virar!" Cada liderança nossa que for tombada sempre será a semente que multiplicará nossos sonhos e luta! Foi assim com Zumbi e Dandara, com Margarida, com Marielle e assim será para sempre!

Os companheiros e as companheiras que sonharam e lutaram antes de nós estarão vivos nos nossos sonhos e lutas de hoje, até que nosso sonho de emancipação humana se torne verdade!

A jura que firmamos hoje é a de lutar até a vitória pelas nossas bandeiras:

**Por nenhum Direito a menos!
Contra a Reforma da Previdência!
Abaixo a Reforma Trabalhista!
Abaixo à Emenda Constitucional 95!
Contra os cortes na Educação!**

**Lula Livre!
Marielle e Anderson Presentes!
Pela Reforma Agrária Popular!
Pela demarcação das terras indígenas e quilombolas
Pela Vida das Mulheres!
Contra a LGBTfobia!
Vidas Negras importam!**

Cuiabá, 29 de maio de 2019



2019 RELATÓRIO ESTADUAL N 5

Fórum de Direitos Humanos e da Terra
Mato Grosso - Brasil



GPEA



JESUÍTAS BRASIL

